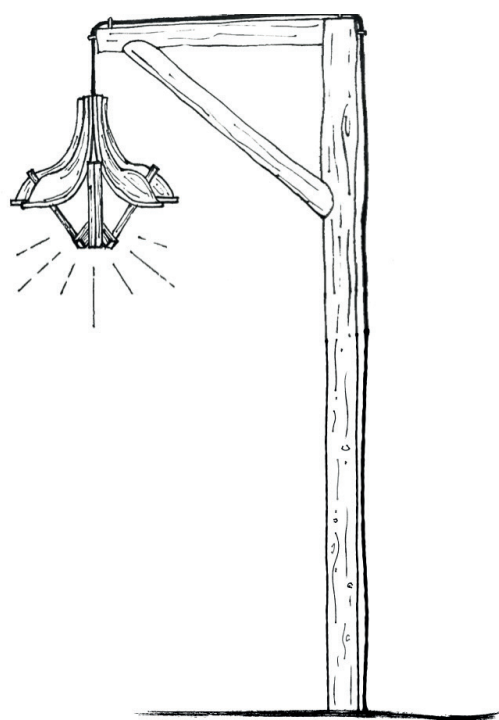


ECOS DA BARRA: COMUNIDADE, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

David Aragão Vaz



ECOS DA BARRA: COMUNIDADE, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

David Aragão Vaz

Trabalho final de graduação apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Dsc. Newton Célio
Becker de Moura

Fortaleza, novembro de 2020

Aos moradores, amigos e a
todas as pessoas que fazem
da Praia da Barra Grande um
recanto de contentamento.

“..a praia tá aqui pra todo mundo, só não podem é esquecer de quem já tava aqui antes.”

Marta Ribeiro, moradora

AGRADEÇO

À minha família, em especial aos meus amados pais, José e Lúcia, e aos meus incríveis e eternamente presentes irmãos Danilo e Delano.

Aos meus admiráveis amigos, amores que a vida colocou nos meus muitos caminhos até aqui.

Ao Otto, pelas estradas mais emocionantes da minha vida.

À Anágila, pela companhia diária e por tornar meus dias mais leves.

Aos amigos e moradores da Barra Grande, Barrinha e Cajueiro, pelo carinho.

À UFC e todos os professores, pelos novos universos apresentados e por me colocar num processo contínuo de desconstrução e reconstrução.

Ao meu orientador, professor Newton Becker, por toda a contribuição, disponibilidade e motivação para ir além.

À todos que, de alguma forma, participam ou participaram da construção do meu ser.

Muito obrigado!

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- V495e Vaz, David Aragão.
Ecos da Barra : comunidade, turismo e desenvolvimento sustentável / David Aragão Vaz. – 2020.
145 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia,
Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2020.
Orientação: Prof. Dr. Newton Célio Becker de Moura.
1. Arquitetura. 2. Centro comunitário. 3. Turismo de base comunitária. 4. Desenvolvimento sustentável. 5. Praia da Barra Grande. I. Título.

CDD 720

ECOS DA BARRA: COMUNIDADE, TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BANCA EXAMINADORA

Dsc. Newton Célio Becker de Moura (Orientador)
DAUD-UFC

Dsc. Ricardo Alexandre Paiva
Convidado DAUD-UFC

Dsc. Raquel Dantas do Amaral
Convidada FAU-USP

Fortaleza, novembro de 2020

RESUMO

O presente trabalho propõe um equipamento comunitário para a Praia da Barra Grande, localizada no município de Cajueiro da Praia – Piauí. A proposta se baseia nas demandas da população local por uma comunidade mais inclusiva e com participação democrática não somente nos processos de desenvolvimento estrutural da praia, mas também nas decisões relacionadas a políticas públicas destinadas ao fortalecimento da economia e do turismo local. O trabalho cuida das relações de poder existentes no vilarejo e das modificações dos modos de vida da comunidade ocorridas nas últimas décadas em decorrência da exploração do turismo massificado. Trata, ainda, dos conceitos de turismo e sustentabilidade, discussão esta essencial na fundamentação do trabalho e nas reflexões acerca dos melhores caminhos para o desenvolvimento sustentável local. Diferentes modelos de projetos e práticas de turismo sustentável desenvolvidos em diversos estados do País são apresentadas para auxiliar no embasamento da proposição final deste trabalho, que sugere a construção de um centro comunitário com potencial para restabelecer o protagonismo sociocultural e econômico da comunidade da Praia da Barra Grande por meio do desenvolvimento da capacitação profissional, da integração cultural e da gestão comunitária compartilhada.

Palavras-chave: Centro comunitário. Turismo de base comunitária. Desenvolvimento sustentável. Praia da Barra Grande.

ABSTRACT

The present work puts forward a community center project to be installed in Barra Grande, a beachside area located in the town of Cajueiro da Praia – Piauí. The proposal is based on the demands of the local population, which claims a more inclusive community with a wider democratic participation, thus allowing local inhabitants to take part not only in the processes of local structural development but also in the decisions concerning public policy aimed at strengthening local economy and tourism. This work analyses the power relations currently in place and the changes that occurred in local lifestyle during the last decades, primarily due to the exploitation of mass tourism. It also examines the concepts of tourism and sustainability, notions deemed here essential to both the study's theoretical framework and the considerations about the best viable approaches towards a local sustainable development. In order to buttress the final proposition of this work, the study also relies on ongoing projects and practices in different States, thus finally advancing the construction of a community centre with potential to reinstate the local polity of Barra Grande as a central actor in its own sociocultural and economic life through professional training of native inhabitants, cultural integration and shared community management.

Key-words: Community center. Community based tourism. Sustainable development. Barra Grande Beach.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras:

Figura 1.1	Vista aérea do mangue.	11
Figura 1.2	Vista aérea do mangue.	13
Figura 1.3	Diagrama de diretrizes e eixos projetuais.	15
Figura 1.4	Vista aérea do vilarejo da Barra Grande.	16
Figura 2.1	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.	21
Figura 2.2	Passeio do cavalo-marinho.	23
Figura 2.3	Praia da Barra Grande.	25
Figura 3.1	Trabalho comunitário.	30
Figura 3.2	Etapas de consolidação do PSA.	31
Figura 3.3	Organograma síntese dos Programas de Desenvolvimento Integrado do PSA.	33
Figura 3.4	Assembleia geral.	34
Figura 3.5	Preparo das hortas comunitárias.	34
Figura 3.6	Distribuição da produção agrícola.	34
Figura 3.7	Distribuição da produção.	35
Figura 3.8	Economia da floresta.	35
Figura 3.9	Jangadas à beira mar.	36
Figura 3.10	Ciranda dos Povos do Mar.	38
Figura 3.11	Pescadores em Ponta Grossa – CE .	39
Figura 3.12	Curral Velho – CE.	39
Figura 3.13	Artesanato local em Caetanópolis de Cima – CE.	39
Figura 3.14	Fachada da Casa Grande	40
Figura 3.15	Fachada da Casa Grande.	45
Figura 3.16	Restaurante da Casa Grande.	45
Figura 3.17	Lojinha da Casa Grande.	45
Figura 3.18	Pousada de Fátima.	45
Figura 3.19	Vista aérea da Aldeia Infantil SOS Manaus.	46
Figura 3.20	Estratégias de ventilação natural e linguagem com referências contextuais da Amazônia.	48
Figura 3.21	Edificações em Planta e Corte.	49
Figura 3.22	Casas-lares.	49
Figura 3.23	Casas-lares.	49
Figura 3.24	Fachada principal.	50
Figura 3.25	Fachada oeste.	51
Figura 3.26	Técnica de ferrocimento aplicado a cisterna.	53
Figura 3.27	Taipa de mão.	53
Figura 3.28	Parede com garrafas.	53
Figura 3.29	Sacos de malha Raschel.	54
Figura 3.30	Paredes de hiperadobe.	55
Figura 3.31	Preparo do COB.	57
Figura 3.32	Bacia de evapotranspiração (BET).	57
Figura 3.33	Teto verde.	59
Figura 4.1	Mapa da Rota das Emoções.	65
Figura 4.2	Mar e mangue.	67
Figura 4.3	Torre de observação do Peixe-boi.	68
Figura 4.4	Cajueiro Rei.	69
Figura 4.5	Igreja matriz de Cajueiro da Praia.	69

Figura 4.6	Mar de Cajueiro da Praia.	69
Figura 4.7	Cajueiro Rei - O maior do mundo.	70
Figura 4.8	Mirantes da Barra.	71
Figura 4.9	Acesso à praia.	72
Figura 4.10	Ruas da Barra Grande.	73
Figura 4.11	Notícia veiculada pelo Portal O Dia.	76
Figura 4.12	Notícia veiculada pelo Governo do Estado do Piauí.	76
Figura 4.13	Ecos da Barra.	78
Figura 4.14	Acesso ao mangue.	79
Figura 4.15	Encontros da Praia.	80
Figura 4.16	Luminárias da Barra.	80
Figura 4.17	Início do passeio do Cavalo Marinho.	81
Figura 4.18	Pôr do sol na Barra Grande.	81
Figura 4.19	Perspectivas.	81
Figura 5.1	Vista aérea do terreno.	86
Figura 5.2	Diagrama de diretrizes e eixos projetuais.	100

Mapas:

Mapa 4.1	Mapa de localização de Cajueiro da Praia.	62
Mapa 4.2	Cajueiro da Praia - mapa de acessos.	63
Mapa 4.3	Região turística do Polo do Delta.	64
Mapa 4.4	Sobreposição da APA Delta do Parnaíba.	66
Mapa 4.5	Foto de satélite da Praia da Barra Grande em outubro de 2009.	75
Mapa 4.6	Foto de satélite da Praia da Barra Grande em outubro de 2019.	75
Mapa 5.1	Mapa de fluxos e acessos.	84
Mapa 5.2	Mapa de uso do solo: domínio.	84
Mapa 5.3	Orientação solar e direção dos ventos predominantes .	87
Mapa 5.4	Mapa de organização do território municipal.	89
Mapa 5.5	APA do Delta do Parnaíba.	95
Mapa 5.6	Zoneamento da APA.	95
Mapa 5.7	Aproximação I: Zoneamento de Cajueiro da Praia.	95
Mapa 5.8	Aproximação II: ZURI de Barra Grande.	95
Mapa 5.9	Mapa de vegetação.	103
Mapa 5.10	Mapa de água.	103
Mapa 5.11	Superposição de mapas de vegetação e água.	104
Mapa 5.12	Áreas de preservação.	104
Mapa 5.13	Estudo de setorização.	105

Gráficos:

Gráfico 1	Gráfico de evolução do PIB per capita do município de Cajueiro da Praia	67
Gráfico 2	Gráfico de evolução do IDH no município de Cajueiro da Praia	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA - Área de proteção ambiental

CCBN - Centro Cultural Banco do Nordeste

ENBTL - Encontro de Turismo de Base Local

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MTur - Ministério do Turismo

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG - Organização não governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PRODETURIS - Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará

PRT - Programa de Regionalização do Turismo

PSA - Projeto Saúde e Alegria

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

TBC - Turismo de Base Comunitária

UC - Unidade de Conservação

ZURI - Zona urbano-industrial

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SESC - Serviço Social do Comércio

SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

ÍNDICE

Lista de ilustrações	4
Lista de abreviaturas e siglas	6
Apresentação	11
Introdução	13
Objetivo geral	14
Objetivos específicos	14
Público-alvo	16
Justificativa e problemática	17
Estratégias metodológicas	19
Reflexão	20
Sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável	20
Surge o turismo de base comunitária	26
Conexão	28
Projeto Saúde e Alegria (PSA)	30
Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM)	36
Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri	40
Aldeia Infantil SOS	46
Raízes Eco Hostel	50
Entrelaces	60

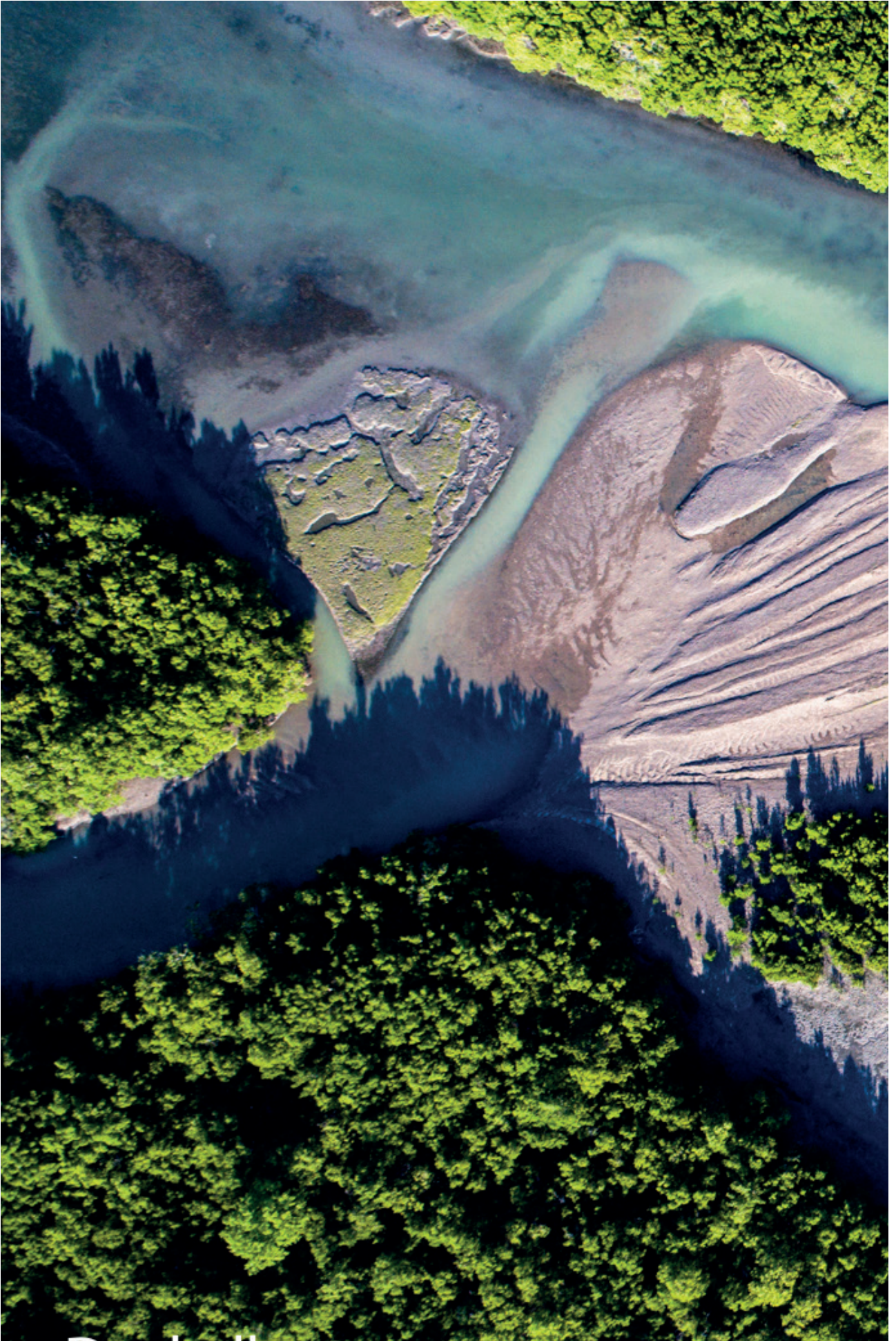
Aproximação	62
Região turística do Polo do Delta	64
Área de proteção ambiental (APA)	65
O município	66
A Praia da Barra Grande	71
Impactos decorrentes do turismo	72
Proposição	82
Complexo Ecoar Barra Grande	83
A área	84
Legislação	88
Plano diretor municipal	88
Plano de manejo da APA Delta do Parnaíba	92
Concepção	96
Diretrizes de projeto	98
Programa de necessidades	100
Processo de implantação	102
Projeto	106
Considerações finais	140
Referências	142



APRESENTAÇÃO

Este trabalho tem como base relações de afeto desenvolvidas ao longo dum período vivido na Barra Grande. Tem a ver com experiências, vivências e pessoas que me acolheram e me fizeram sentir pertencente. Tem a ver, também, com a terra e com o território, sendo alimentado pela construção de sonhos – muitos sonhos – e de relacionamentos. Tem a ver com a busca de um bem viver a cidade e todas suas possibilidades. Tem a ver, sobretudo, com as pessoas.

Enquanto morador da Barra Grande, busquei ouvir e tentar compreender os diferentes atores existentes no local. Nessa trajetória, liguei pontos, teci redes, tentei expandir meu pensamento ao máximo para, assim, conectar saberes das mais diversas frentes e entender que tipo de crescimento se faz ali. Naturalmente, essas experiências e perspectivas não vieram desacompanhadas das perguntas que, a cada novo encontro e aprendizado, avolumavam-se na minha cabeça. Por que tão rápido se transforma? Quem se beneficia? É bom para quem? Para a maioria? Quanto mais me questionava, mais necessidade sentia de estudar as relações de poder existentes na comunidade. Essas questões, somadas aos saberes multidisciplinares vivenciados diariamente no ambiente acadêmico da Universidade Federal do Ceará – UFC –, têm me permitido abrir uma nova dimensão de conhecimentos e a chegar cada vez mais próximo do meu objetivo. Este trabalho, portanto, mais do que descobrir as respostas, propõe qualificar o exercício do questionamento na caminhada.



INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como proposta a implementação de um centro comunitário que visa o restabelecimento do protagonismo socioeconômico e cultural dos moradores da Praia da Barra Grande, no Piauí. Os **ecos da Barra** se revelam nas urgentes demandas da comunidade por inclusão social e participação democrática: participação esta não apenas nos processos de desenvolvimento estrutural do vilarejo, mas também – e talvez principalmente – nas decisões relacionadas a políticas públicas destinadas ao fortalecimento do fluxo turístico no local. Buscou-se, nesta pesquisa, propor recursos para mitigar os impactos do turismo predatório que vem, ao longo das últimas décadas, modificando bruscamente as dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais da comunidade, tornando os moradores nativos em meros coadjuvantes dentro de seu próprio território.

Inicialmente, no capítulo **Reflexão**, o debate abordará conceitos abrangentes de turismo e sustentabilidade, para então prosseguir para um enfoque sobre quais caminhos podem ser tomados a fim de se alcançar um desenvolvimento local mais sustentável. A seguir, no capítulo **Conexão**, são explorados alguns casos cujo estudo ajuda a informar essa discussão sobre turismo e sustentabilidade ao trazer importantes informações que auxiliam no embasamento e justificativa para a implantação do equipamento comunitário proposto ao final deste trabalho. No capítulo **Aproximação**, retrata-se, por meio de aproximações geográficas, a relação da Praia da Barra Grande não só com o município do qual faz parte, Cajueiro da Praia, mas também com a Região Turística do Polo do Delta, a de maior expressividade econômica do estado do Piauí.

Por fim, a **Proposição** final navega pela escolha da área ideal para a implementação do centro comunitário em estudo – aqui nomeado Complexo Ecoar Barra Grande –, analisando-se, também, a legislação concernente, conceitos e partido arquitetônico, diretrizes estratégicas, e o programa arquitetônico de necessidades.

Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo principal propor um equipamento comunitário que possibilite o restabelecimento do protagonismo sociocultural e econômico da comunidade da Barra Grande por meio da capacitação profissional; do desenvolvimento social; da promoção da valorização do meio ambiente e da identidade cultural local; da geração de benefícios econômicos para a comunidade; e, por fim, da democratização da participação comunitária – juntamente ao poder público e investidores da região – nos processos decisórios relativos ao desenvolvimento sustentável local.

Objetivos específicos

A fim de tornar possível o objetivo geral do presente trabalho, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver uma referência local em treinamento e capacitação da comunidade, nutrindo educação, empreendedorismo e, por conseguinte, incentivando a geração de emprego e renda;
- Incentivar a articulação de uma rede de governança para o desenvolvimento sustentável envolvendo todos os grupos que compõem o turismo na comunidade (hospedagem, gastronomia, artesanato, ecoturismo, agricultura, entretenimento, entre outros);
- Criar espaço para discussões e questionamentos relacionados ao turismo sustentável, permitindo trazer à luz para comunidade e visitantes a importância da abordagem cooperativa do turismo no desenvolvimento socioambiental da localidade;
- Estabelecer uma base endógena de iniciativa local, contribuindo para que a comunidade obtenha efetiva participação política nos processos decisórios e se torne protagonista no desenvolvimento local;
- Estimular a gestão participativa e a divulgação de informações e atualizações dentro da comunidade; e
- Estimular vivências e trocas culturais entre comunidade e visitantes, podendo tornar esse encontro de desenvolvimento e fortalecimento cultural a principal imagem do turismo comunitário local.



Figura 1.3 Diagrama síntese dos objetivos.
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Público-alvo

A proposta deste trabalho possui maior foco na Praia da Barra Grande por conta de sua maior exposição aos impactos decorrentes de práticas de turismo predatório, como veremos adiante, mas ambiciona-se que toda a comunidade do município de Cajueiro da Praia e regiões vizinhas possam, de alguma forma, se beneficiar do equipamento e possivelmente replicar as propostas de desenvolvimento sustentável por meio da gestão comunitária.

O equipamento proposto abrigará atividades que incentivam o compartilhamento de conhecimentos e experiências de maneira coletiva, almejando humanizar as relações entre visitantes e moradores da região, sendo estes os alvos prioritários do equipamento. No entanto, para que haja um dinamismo e operosidade satisfatórios para a ideia aqui proposta, outros importantes agentes devem estar envolvidos no processo, a exemplo das Organizações Não Governamentais (ONGs) e entidades parceiras, investidores da iniciativa privada e administração pública.



Figura 1.4 Vista aérea do vilarejo da Barra Grande.

Fonte: Chamadageralparnaiba.com, 2019

Justificativa e problemática

Ao longo das últimas décadas, as localidades do litoral nordestino têm se destacado como pontos de ocupações de veraneio e instalação de grandes empreendimentos turísticos, transformando os espaços de vivência de comunidades em polos de lazer massivos e mercantilizados, alterando as dinâmicas sociais, econômicas, ecológicas e culturais desses lugares. A implantação do equipamento urbano proposto se justifica, pois, na urgência de se fortalecer o sentimento de pertencimento de lugar que, aos poucos, tem dado espaço a um gradativo processo de segregação e isolamento social gerado pela desordenada expansão territorial e pela intensa centralização do poder.

O desenvolvimento deste trabalho se justifica, por conta disso, pela necessidade do empoderamento da comunidade da Praia da Barra Grande, que se vê impotente frente aos avanços do excludente turismo de massa que vem ocorrendo na região desde o final do século XX, como veremos nos capítulos seguintes, quando empresários iniciaram a instalação de equipamentos turísticos muito semelhantes a *resorts*¹, minimizando e, por vezes, evitando o contato dos visitantes com o comércio e serviços oferecidos pela comunidade.

Inicialmente, a discussão do trabalho abordará conceitos amplos de sustentabilidade, para que se possa seguir para a discussão sobre quais os caminhos para um desenvolvimento local mais sustentável. Essa discussão é informada, também, por estudos de caso que servem como importante fonte de informação a embasar e justificar a implementação do equipamento e diretrizes propostas.

A proposição deste trabalho conversa, ainda, com o conceito de desenvolvimento local cunhado por Barquero (apud Zapata 2004), onde o autor explana que, para garantir a geração de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local, deve existir um sistema produtivo capaz de gerar renda crescente por meio da utilização dos recursos disponíveis, sejam eles humanos, institucionais, econômicos, ambientais e/ou culturais. Barquero aponta ainda o desenvolvimento local como processo de integração social e eco-

¹ Segundo a Associação Brasileira de Resorts, são empreendimentos hoteleiros de alto padrão nos quais os hóspedes não necessitam se afastar para ter suas necessidades de lazer, alimentação, conforto e entretenimento satisfeitas.

nômica que se propõe a potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que compõem o bem-estar social (ZAPATA, 2004).

Nesse contexto, a inserção do equipamento comunitário proposto se mostra como uma boa alternativa enquanto âncora de desenvolvimento socioeconômico e cultural na praia da Barra Grande, já que se utiliza de um potencial manifesto – qual seja, turismo e hospitalidade – para mobilizar e explorar este e outros potenciais latentes e incipientes da localidade que, por sua vez, possuem força para se desenvolverem competitivamente a médio e longo prazo (a exemplo da produção agrícola familiar, da gastronomia e do artesanato local). A proposta contribui, ainda, para elevação das oportunidades sociais e para a viabilidade da competitividade da economia local, ao passo em que dá condições para assegurar, por meio da organização formal da comunidade e suas diversas associações, empoderamento e fortalecimento político quanto às decisões concernentes ao desenvolvimento turístico, estrutural, socioeconômico, político, ambiental e cultural da localidade.

Além de treinamento e capacitação em diversos setores, o equipamento proposto visa possibilitar a formalização de aspectos que vêm sendo debatidos pela comunidade nas últimas décadas, como o estabelecimento de um centro de referência e fortalecimento comunitário, permitindo, ainda, o intercâmbio cultural com visitantes nacionais e internacionais que buscam vivenciar o cotidiano do morador local. Quer se estimular, assim, a interação social e o fortalecimento da imagem da Praia da Barra Grande como um destino turístico de desenvolvimento local sustentável gerido pelos seus moradores.

Em suma, o Complexo Ecoar Barra Grande busca trazer benefícios socioeconômicos a partir do desenvolvimento endógeno e estabelecer uma relação harmoniosa entre visitantes e comunidade local, que terá em seu empoderamento social a força necessária para tornar-se protagonista no processo de desenvolvimento e tomada de decisões, fortalecendo, desta forma, sua identidade cultural e a valorização do meio ambiente e dos ecossistemas na região.

Estratégias metodológicas

- Pesquisa bibliográfica sobre o tema;
- Visitas para realização de observação e levantamento de dados do local;
- Conversas informais com diversos atores do turismo (ex.: moradores e lideranças, associações, empresários e trabalhadores de equipamentos turísticos);
- Análise de estudos de caso e referências projetuais;
- Proposta de intervenção.

Sobre Turismo e Desenvolvimento Sustentável

Não há definição universal de desenvolvimento. De acordo com Souza (2009), uma corrente de economistas neoclássicos e pós-keynesianos enxerga os crescimentos industrial e econômico como sinônimos de desenvolvimento. Por outro lado, uma segunda corrente – que engloba economistas marxistas e cepalinos, mais voltados, pois, para a realidade empírica – considera que crescimento econômico é condição necessária, porém não suficiente, para o desenvolvimento. Esta corrente entende o crescimento da economia como uma mera variação quantitativa do produto, ao passo que o desenvolvimento engloba alterações qualitativas no modo de vida das comunidades, das instituições e das estruturas de produção. Souza (2009, p. 6) afirma, ainda, que:

o desenvolvimento caracteriza-se pela transformação de uma economia arcaica (entendida como sinônimo de economia de subsistência ou de economia informal que, em oposição à economia moderna, não possui alta intensidade de capital e tecnologia) em uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida do conjunto da população.

Ainda nesse contexto – e em contraposição ao conceito econômico de produção e desenvolvimento que exclui a natureza do âmbito da produção e que gera destruição ecológica e degradação ambiental –, Binswanger (1997, p. 38) assevera que:

o conceito de desenvolvimento sustentável deve ser como uma alternativa ao conceito de crescimento econômico, que está associado ao crescimento material, quantitativo da economia. Entretanto, isto não significa que, como resultado do desenvolvimento sustentável, o crescimento econômico deva ser totalmente abandonado, pois a natureza é a base necessária e indispensável da economia moderna, assim como da vida das atuais e futuras gerações.

Sob esta perspectiva, Sachs (1986) criou o conceito de **eco-desenvolvimento** ao pontuar princípios básicos pelos quais o desenvolvimento deve se pautar, sendo o primeiro deles o de satisfazer as necessidades básicas das pessoas, seguido do de solidariedade com as futuras gerações e o de preservação da natureza e do meio ambiental. Em síntese, a definição desse conceito – hoje denominado desenvolvimento sustentável – diz respeito a uma política alternativa de desenvolvimento. Como coloca Neef (1994), ao contrário da economia do ter, o **desenvolvimento sustentável**

se baseia na sociedade do ser, onde o ser humano e a cultura de cooperação e solidariedade convergem para o centro desse processo.

Quanto a isso – e com certo pessimismo em relação ao futuro das próximas gerações por conta dos indicadores socioeconômicos e ambientais dos últimos anos –, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que seus 193 países-membros assinassem o compromisso formalizado pela Agenda 2030, um plano global formado por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas para o alcance do desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até o ano de 2030. Todos os signatários desse acordo têm que honrar o compromisso de alcançar as metas dos 17 objetivos que, individualmente, abordam diferentes aspectos e



Figura 2.1 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Fonte: PNUD Brasil, 2019

carregam suas respectivas metas, todas a convergir para a viabilidade de uma sociedade sustentável. A figura 2.1 ilustra estes objetivos.

É, portanto, com base nessa perspectiva de desenvolvimento sustentável, que este trabalho aborda o turismo na Praia da Barra Grande, local onde, como se verá adiante, essa atividade vem sendo considerada a alternativa com maior potencial de impacto no crescimento local. Na contextura da sustentabilidade, a Organização Mundial do Turismo (OMT)² define que **turismo sustentável** é aquele que, por meio da boa **gestão dos recursos**, mantém a **integridade cultural**, processos ecológicos fundamentais, a biodiversidade e o sistema de suporte à vida (OMT, 2011). Essa sustentabilidade demanda planejamento dos usos para que prejuízos ao ambiente e à população sejam reduzidos ou evitados. Além disso, o desenvolvimento não deve ser orientado pelo mercado, como geralmente feito no turismo tradicional, mas por valores humanos e ambientais.

Apontada como relevante alternativa de estímulo ao desenvolvimento, a exploração do turismo, contudo, nem sempre se coloca de maneira sustentável. Macedo (2012) sustenta que a grande maioria dos gestores públicos apresentam o turismo como um fenômeno capaz de transformar positivamente a vida das sociedades, comumente focando seus discursos nas vantagens da atividade. Tal associação com o desenvolvimento se dá, em geral, por se presumir que a atividade turística tem o potencial de reparar desigualdades sociais e econômicas por meio da geração de postos de trabalho e de seu efeito multiplicador sobre a renda gerada.

Apesar de o turismo contribuir de maneira relevante para o aumento da economia local, diversos estudos – a exemplo daqueles realizados por Beni (2000) e Coriolano (1999) – têm mostrado problemas originados ou exacerbados pela atividade turística nas esferas social, econômica e ambiental. Em especial, isso se dá quando o turismo se desenvolve preterindo as reais necessidades da população e da administração local, priorizando unicamente a adaptação da região para suprir as exigências dos visitantes e servir aos interesses do mercado.

² Agência especializada das Nações Unidas responsável pela promoção do turismo responsável, sustentável e universalmente acessível como indutor do desenvolvimento inclusivo.



Figura 2.2 Passeio do cavalo-marinho.

Fonte: barratur.com.br, 2018

Baldi (2006) e Lopes et al (2012, p. 108) apontam para a urgência de uma reflexão crítica sobre a visão hegemônica do turismo quando este é colocado como principal responsável pelo desenvolvimento local. Consideram ainda que, a partir da década de 90, a exploração econômica da atividade turística passou a ser considerada a “alternativa da vez” para a problemática do desenvolvimento em países do hemisfério sul.

Com base nesse argumento, torna-se indispensável considerar o desenvolvimento como processo gradativo, envolvendo fatores qualitativos como geração e distribuição da renda, qualidade de vida, socialização do poder, acesso aos serviços públicos e privados, garantia da preservação dos recursos naturais, compartilhamento dos benefícios oferecidos pela modernização tecnológica, entre outros fatores inerentes ao processo de democratização da sociedade.

Nesse contexto, a prática sustentável requer um melhor entendimento por parte da sociedade que, de forma geral, não consegue pôr em prática as premissas ao redor das quais gira a sustentabilidade. Logo, é importante salientar que, para uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário que a população esteja consciente dos reais problemas ambientais e socioeconômicos que a encurralam (CORIOLANO, 2007). Dessa forma, entende-se que **desenvolvimento sustentável** significa qualificar o crescimento econômico e social considerando a necessidade de **preservação do meio ambiente, da identidade e da cultura** próprias de cada local.

Em complemento ao exposto, cabe ressaltar a existência de economias de escala não exploradas dentro das localidades que constituem grande potencial de desenvolvimento. Existe ainda um sistema produtivo capaz de gerar crescentes rendimentos por meio da utilização dos recursos existentes no local, a exemplos do ecoturismo, da agricultura, do artesanato e da gastronomia. Além disso, a introdução de inovações produtivas (criação de novos roteiros turísticos, fortificação da cultura gastronômica local, inovação no artesanato, etc.) pode assegurar, de maneira

sustentável, a geração de riquezas e a melhoria da qualidade de vida da população, pois viabiliza a competitividade da economia local e eleva as oportunidades sociais. Tal estratégia de desenvolvimento endógeno se reflete na integração dos processos de dinâmicas sociais e econômicas, além de expandir aspectos produtivos e potencializar as dimensões socioculturais, econômicas, ambientais e político-institucionais que constituem os pilares de transformação para o bem-estar da sociedade (ZAPATA, 2000).

Tal qual acontece em regiões economicamente desenvolvidas e consideradas melhor ordenadas socialmente, é imprescindível a atuação de atores distintos no **fomento ao desenvolvimento** da população. Entre esses atores estão as comunidades locais, associações, cooperativas, entes privados, prefeituras e órgãos públicos de governança, organizações não-governamentais e agências de financiamento. Essa **coletividade de atores** permite a impulsão do desenvolvimento em diferentes frentes, a saber: o incentivo de novas formas de organizar a produção; surgimento de novas formas de ajuda e cooperação; crescimento da capacitação profissional e da produtividade social; articulação com atores e dinâmicas externas; e intervenção em setores de alto efeito multiplicador (DOWBOR, 1996). Em outras palavras, tal processo de desenvolvimento endógeno permite abranger as esferas socioeconômica, política, cultural e ambiental por meio das potencialidades do lugar, apropriando-se da diversidade cultural e de atividades já realizadas localmente como âncora de incentivo ao crescimento de setores com potencial competitivo ainda não desenvolvidos, mas com potencial para tanto – seja a curto, médio ou longo prazo (MACEDO, 2012).

³ Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas a recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. (MTur, 2010)

⁴ Turismo de Esportes compreende as atividades turísticas decorrentes da prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas. (MTur, 2010)

⁵ Ecoturismo é o segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações. (MTur, 2010).

No presente estudo, considera-se que o turismo é um setor de **alto efeito multiplicador**, já que se está tratando da Praia da Barra Grande, um destino turístico muito disputado em decorrência do turismo de sol e praia³, de esportes⁴ e do ecoturismo⁵, como se verá adiante. No tocante às atividades locais a se beneficiarem por meio do fluxo turístico enquanto efeito multiplicador, podem-se mencionar o **artesanato**, a **agricultura familiar**, a **gastro-nomia**, as **manifestações culturais** e o **modo de vida tradicional local**.

Entende-se, diante do que foi exposto, que as estratégias para a aproximação do desenvolvimento local devem partir da mobilização dos recursos existentes na região, tendo como protagonistas os agentes locais, nativos e moradores que buscam a (re)democratização dos espaços e participação igualitária nas decisões do crescimento estrutural, social e econômico de suas comunidades. Entretanto, além do esforço dos atores principais (comunidade local), cabe também à vontade política da administração pública viabilizar o caminho para o crescimento por meio da institucionalização das políticas públicas demandadas pela população.

Por fim, cumpre ressaltar que, ao passo em que os impactos do turismo tradicional começam a ser compreendidos como danosos, novas práticas de gestão têm surgido com o intuito de contornar esses desarranjos provenientes do que pode ser considerado um turismo predatório. Essas novas práticas de gestão implicam novas formas de turismo com a participação direta da comunidade e com o mínimo possível de impactos negativos ao espaço. Seria, pois, esse turismo de base comunitária um caminho para um desenvolvimento mais sustentável?



Figura 2.3 Praia da Barra Grande.

Fonte: territorios.com.br, 2018

Surge o turismo de base comunitária

As discussões sobre **Turismo de Base Comunitária (TBC)** no Brasil só se intensificaram na década de 1990, quando pesquisadores de variadas áreas do País trouxeram o debate de ideias para o Encontro de Turismo de Base Local (ENBTL)⁶. Apesar de o Encontro ter permitido um maior desenvolvimento de pesquisas, projetos e publicações sobre o tema, estudos posteriores permaneceram nos “bastidores” até há pouco tempo (IRVING, 2009).

O termo Turismo de Base Comunitária, também chamado de turismo comunitário ou turismo de base local, consiste em um modelo de turismo protagonizado pelas comunidades locais receptoras dos visitantes (COSTA, 2013). Em outras palavras, nesse modelo ocorre gestão participativa da comunidade na concepção, desenvolvimento e gestão do turismo, de modo que as decisões estratégicas sobre o desenvolvimento coletivo são traçadas comunitariamente. Na literatura referente ao tema e em programas oficiais de fomento, o TBC é caracterizado como uma proposta fortemente associada ao turismo sustentável e ao desenvolvimento local (CORIOLANO, 2009; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009 apud FABRINO et al., 2016).

Caminhando em direção oposta ao turismo massificado – no qual o turista geralmente é mero consumidor de produtos prontos, como pacotes de viagens ou roteiros individuais e personalizados –, o modelo do TBC substitui a venda desse produto turístico ‘prêt-à-porter’ por uma experiência de intercâmbio cultural. Nessa modalidade de turismo, “nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista” (BARTHOLO et al., 2019). É possível refletir, ainda, quando Bartholo et al (2019) concluem que

⁶ Criado no ano de 1997 por iniciativa e coordenação da Professora Adyr Balastrieri Rodrigues, e realizado pelo Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), o ENBTL objetivava debater e promover reflexões relacionadas ao turismo no Brasil, principalmente acerca das iniciativas de base local.

o turismo massificado reproduz em diversos destinos o estresse de que os turistas buscam escapar durante as férias: viagens para lugares cada vez mais superlotados onde todos cumprem cronogramas pré-fixados para consumir os mesmos eventos indicados nos folhetos publicitários. Nas pequenas comunidades, esta unificação acontece, ainda, não apenas nos moldes de gestão padronizados, mas também no modo de vida e no patrimônio relacional das populações receptoras.

A premissa básica para o desenvolvimento do TBC é que ele tenha a comunidade como sujeito e não objeto do processo (IRVING, 2009). Além desse protagonismo comunitário na gestão da atividade e/ou oferta de bens e serviços relacionados ao turismo, o Ministério do Turismo (MTur) expõe como princípios comuns ao TBC a **gestão participativa**, o **associativismo e cooperativismo**, a **democratização de oportunidades e benefícios**, a **parceria e participação**, e, por fim, a **valorização da cultura local** (BRASIL, 2010).

Com relação a esses princípios, o TBC, muito além de buscar benefícios econômicos, também almeja contribuir para o processo de (re)valorização da identidade cultural e para a preservação do modo de vida das comunidades (SANSOLO e BURSZTYN, 2009). Contudo, é essencial tornar claro que os projetos de TBC devem se alicerçar no princípio da melhora da condição de vida das populações residentes em regiões excluídas do sistema hegemônico de produção e onde o Estado pouco se faz presente, aparecendo o turismo como uma das poucas alternativas para a geração de emprego e renda. Ainda assim, a atividade turística nessas regiões é geralmente explorada por um oligopólio especializado na área, buscando apenas o domínio e o reordenamento do território de populações nativas. O modo capitalista legitima sua produção por meio da organização socioespacial que gera e, de modo geral, impede ou atrasa o desenvolvimento da autonomia individual e coletiva, em especial das comunidades mais vulneráveis, exacerbando, assim, injustiças, assimetrias sociais e processos exploratórios. Conclui-se, portanto, que fortalecer a gestão dessas comunidades faz parte de um processo essencial para que elas possam atuar em disputas políticas necessárias para garantir um desenvolvimento sustentável contrário ao modelo hegemônico predominante.

Em síntese, entende-se que o *empoderamento* e a autonomia dos moradores locais e nativos são fatores que contribuem imensamente para a luta contra o poderio hegemônico que põe em risco a perpetuação da cultura local. Assim, a garantia do domínio de seus territórios, a reprodução dos modos de vida e o fortalecimento dessas comunidades são os objetivos centrais desse estudo, tendo como estratégias primárias e gerais: a ampliação da **autonomia individual e coletiva**, a **sustentabilidade** e a **igualdade**.

CONEXÃO

projetos de referência

Neste capítulo, serão examinados diferentes modelos de projetos aplicados em diferentes locais no Brasil que se conectam aos diálogos sobre turismo e/ou desenvolvimento sustentável expostos anteriormente e à proposta de intervenção desenvolvida nesse trabalho. Inicialmente, serão abordados projetos institucionais que aspiram estimular processos participativos de desenvolvimento comunitário que envolvem a mobilização comunitária em prol do coletivo, o associativismo e cooperativismo, a capacitação pessoal e profissional das pessoas, a integração de políticas públicas e as formas que diferentes povos encontraram para evitar uma possível desarticulação de seus modos de vida em decorrência dos planos de turismo convencional destinados aos seus locais de morada. Em seguida, serão apresentados modelos em que propostas institucionais e arquitetônicas dialogam e se complementam em sua essência na busca da valorização social e ambiental. Por fim, serão apresentados em um projeto edificado na Praia da Barra Grande, técnicas de bioconstrução* e conceitos de sustentabilidade e permacultura** que colaboram na viabilização da construção de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio com a natureza.

***Bioconstrução:** Se refere a construções com técnicas arquitetônicas relativamente simples que envolvem a preocupação ecológica desde sua concepção até sua ocupação. São diversas as técnicas da arquitetura vernacular mundial que podem ser empregadas nesse tipo de construção, com preferência dada as que utilizam materiais locais.

****Permacultura (ou “cultura permanente”):** Termo desenvolvido por Bill Mollison e David Holmgren que consiste no método holístico de planejar e executar ocupações humanas de forma sustentável, unindo práticas ancestrais aos conhecimentos contemporâneos de diversos campos do saber, especialmente da arquitetura, engenharia, ciências agrárias e sociais, todas com enfoque ecológico.



Projeto Saúde e Alegria (PSA)

Pará, Brasil



Figura 3.1 Trabalho comunitário.
Fonte: saudeelaegria.com.br, 2019

O Projeto Saúde e Alegria (PSA) é uma instituição civil sem fins lucrativos que atua em comunidades amazônicas⁷, desenvolvendo programas integrados com o objetivo de promover e dar suporte a processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável que contribuam no melhoramento de políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania. Uma equipe técnica multidisciplinar é responsável por visitar regularmente as comunidades, a fim de implementar programas relacionados a: ordenamento ambiental, fundiário e territorial; organização social e a garantia dos direitos humanos; produção familiar e a geração de renda; saúde e saneamento; educação, cultura, comunicação e inclusão digital (saudeealegria.org.br, 2019).

⁷ O projeto atende atualmente aproximadamente 30 mil moradores de comunidades rurais em situação de vulnerabilidade social nos municípios paraenses de Aveiro, Belterra, Juriti e Santarém.

Para facilitar o acompanhamento dos resultados, são feitos diagnósticos participativos e o planejamento elaborado em conjunto com os moradores, fomentando, assim, o apoio à comunidade na gestão de seu desenvolvimento sustentável. A experiência foi se consolidando gradualmente ao longo das últimas décadas e, para ilustrar o plano estratégico de continuidade, o projeto foi dividido em etapas de consolidação, como mostra o esquema abaixo.

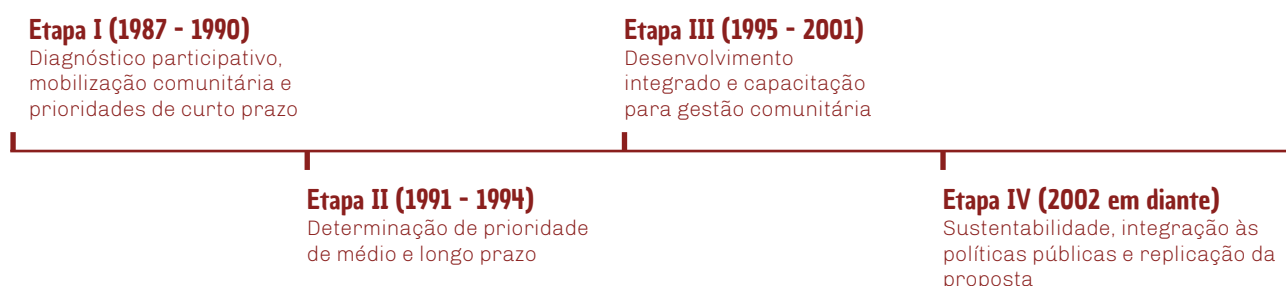


Figura 3.2 Etapas de consolidação do PSA.

Fonte: saudeealegria.com.br adaptado pelo autor, 2019

Ao longo dessas etapas, o projeto tem se desenvolvido de modo a permitir que as comunidades atendidas constantemente se adequem às alterações socioeconômicas e políticas do País da melhor forma possível. Para tanto, diversos tipos de planos e ações são demandados ao longo do tempo e necessitam receber suporte multidisciplinar para assegurar que as comunidades estejam prontas para debater e estudar novas estratégias de trabalho, buscando disseminá-las, também, para outras regiões por meio de diferentes atores sociais, públicos ou de iniciativa privada, que buscam de alguma forma fazer parte do projeto, colaborando na edificação de soluções de cunho socioeconômico e ambiental e no melhoramento das políticas públicas. Para garantir que todos os processos ocorram de forma participativa, o PSA se articula com associações locais, ONGs, movimentos sociais, grupos de trabalho e instituições públicas e privadas parceiras, fortalecendo os laços entre todos os atores envolvidos por meio de assessorias, seminários, oficinas e participação em eventos e conselhos diversos.

A imagem a seguir ilustra um resumo das muitas experiências de prestação de assessorias e consultorias trabalhadas pelo PSA que buscam soluções para problemas reais das comunidades.



Figura 3.3 Organograma síntese dos Programas de Desenvolvimento Integrado do PSA.

Fonte: saudeelaegria.com.br, 2019



Figura 3.4 Assembleia geral.

Figura 3.5 Preparo das hortas comunitárias.

Figura 3.6 Distribuição da produção agrícola.

Fonte: saudeelaegria.com.br, 2019

Figura 3.7 Distribuição da produção.**Figura 3.8** Economia da floresta.

Fonte: saudeelaegria.com.br, 2019



Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM)

Ceará, Brasil.

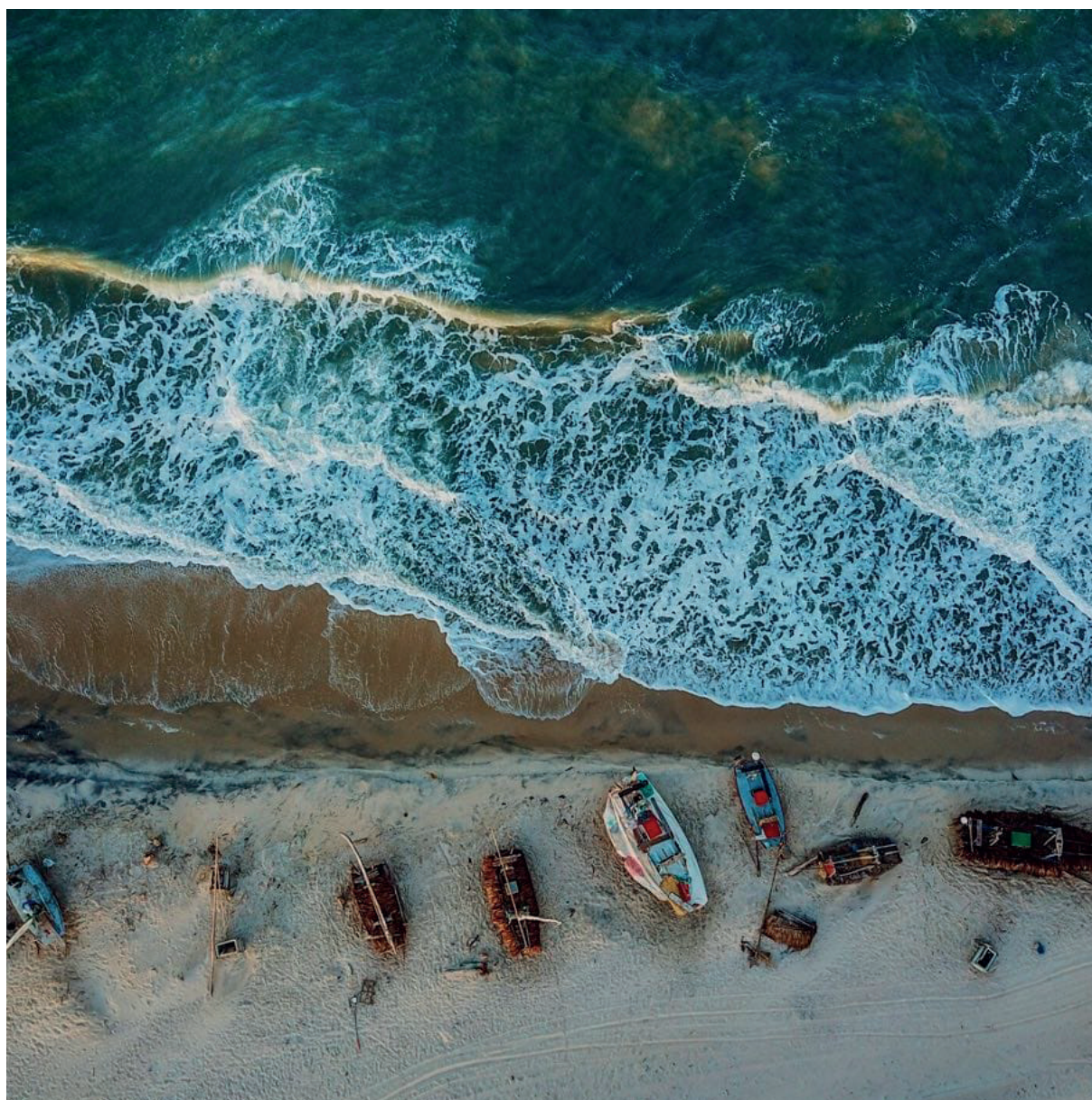


Figura 3.9 Jangadas à beira mar.

Fonte: facebook.com/redetucumturismocomunitario, 2020

Formada por povos do litoral cearense, a Rede Tucum é uma articulação entre comunidades vinculadas a associações de pescadores e moradores que estruturam serviços do turismo comunitário no estado (VIAJAR VERDE, 2016). Essa necessidade de organizar o turismo em defesa de seus territórios se intensificou nos anos 1990 com a expansão das políticas de turismo no Brasil, a exemplos do PNMT⁸, do PRODETURIS⁹ e do PRODETUR/NE¹⁰, quando as comunidades perceberam a possibilidade de desarticulação dos modos de vida sociais e culturais que os planos de turismo convencional poderiam trazer para a vida destes locais.

A Rede foi lançada durante o 2º Seminário Internacional de Turismo Sustentável, realizado em Fortaleza em 2008 (CONEXÃO PLANETA, 2016). Inicialmente formada por 12 (doze) comunidades articuladas no processo de construção do coletivo, na criação e na estruturação de estratégias de gestão e promoção social, hoje já somam 15 (quinze) o número de grupos de turismo formadores da Rede Tucum. No litoral oeste do Ceará, esses grupos são: Tatajuba, em Camocim; Curral Velho, em Acaraú; Caetanos de Cima, em Amontada; Assentamento Maceió, em Itapipoca; Flecheiras, em Trairi; e Tapebas, em Caucaia. No litoral leste, têm-se: Batoque e Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz; Prainha do Canto Verde, em Beberibe; Assentamento Coqueirinho, em Fortim; Vila da Volta, em Aracati; e Ponta Grossa e Tremembé, em Icapuí. Além desses grupos, em Fortaleza a rede conta com uma estrutura de hospedagem no Centro de Formação Frei Humberto e no grupo de mulheres do Conjunto Palmeiras (VIAJAR VERDE, 2016).

A organização atua de forma descentralizada e é formada por assembleia, coordenação colegiada, coordenação executiva e secretaria executiva, sendo cada comunidade responsável pelo seu grupo de turismo local. Dentre as principais características da Rede Tucum, se destaca a íntima relação que as comunidades têm com seus territórios, sendo a forma de vida desses povos o principal atrativo turístico para aqueles que buscam uma experiência não convencional de turismo. Os roteiros envolvem atividades como rodas de conversa em noites de lua cheia, pescarias com pescadores locais, troca de experiências com rendeiras, conversas sobre atividades tradicionais com café e tapioca e intercâmbio de conhecimento sobre produtos agroecológicos pro-

⁸ O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) foi desenvolvido para promover a dinamização da atividade turística municipal e teve início em 1993 sob a coordenação do então Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

⁹ Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará – PRODETURIS, criado em 1989.

¹⁰ O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) foi desenvolvido pela iniciativa da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), apoiada pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e elaborado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e governos estaduais do nordeste, com o objetivo de expandir a infraestrutura da região nordeste e atrair uma superestrutura para o setor turístico.



Figura 3.10 Ciranda dos Povos do Mar.

Fonte: Águeda Coelho, 2017

duzidos localmente (CONEXÃO PLANETA, 2016). Além disso, é possível experimentar diferentes vivências tradicionais das comunidades, como a mariscagem, o artesanato e a agricultura local. É interessante pensar como esse sistema de turismo comunitário tem colaborado com as comunidades, que tendem a fortalecer sua economia, cultura e seus laços afetivos com o local, além de perceberem o turismo como uma permuta de experiências benéficas para visitantes e moradores. Rosa Martins, apoiadora e ex-coordenadora e secretária da Rede Tucum, atesta essa conclusão ao dizer que:

“O que é interessante perceber é que, além dos serviços próprios da atividade turística, outros são gerados. Comunidades que não produziam alimentos orgânicos passaram a produzir, e esses alimentos são comercializados com empreendimentos locais. Isso vem potencializando a agricultura familiar. Indiretamente, o turismo vem desencadeando outros processos que vão dinamizar a renda local das famílias que estão associadas à atividade turística. Mas essa atividade é sazonal, sabemos que as comunidades não podem depender só dela. Há períodos de alta e de baixa. E nesses períodos de baixa as comunidades continuam desenvolvendo suas outras atividades, sem depender unicamente da renda do turismo”

(CONEXÃO PLANETA, 2016)

Conforme coloca Mônica Ribeiro (CONEXÃO PLANETA, 2016), ao tempo em que a Rede Tucum pauta a organização de suas comunidades e seus vários atrativos oferecidos, ela estabelece estratégias baseadas nos estudos das demandas das comunidades. Ou seja, ao organizarem o turismo local, esses grupos já envidam esforços no sentido de aumentar a qualidade de vida de todos, realçando o exercício de cidadania dos próprios moradores ao se ressaltar, por exemplo, que “uma estrada não é construída para o turista, mas para toda a comunidade”. Quanto a esse exercício de cidadania, Ribeiro (CONEXÃO PLANETA, 2016) explica como se dá o processo de construção e troca permanente entre as comunidades da Rede. Anualmente, as comunidades se reúnem em assembleias com representações de cada grupo para discutir novas estratégias e deliberar sobre as demandas de desafios atuais ou daqueles surgidos durante o processo de recepção dos turistas. Como produto destas assembleias, são desenvolvidos cadernos de normas e procedimentos para nortear os trabalhos desenvolvidos pelas comunidades. Essas assembleias anuais duram cerca de quatro dias e são realizadas em diferentes localidades, a fim de possibilitar aos participantes uma maior vivência e reforçar as trocas exercidas entre todos.



Figura 3.11 Pescadores ao mar em Ponta Grossa – CE .

Fonte: Eleandro Freitas, 2017

Figura 3.12 Curral Velho – CE.

Fonte: facebook.com/redetucumturismo-comunitario, 2020

Figura 3.13 Artesanato local em Caetanós de Cima – CE.

Fonte: Instituto Terramar, 2019

Fundação Casa Grande - Memorial do Homem Kariri

Ceará, Brasil.



Figura 3.14 Fachada da Casa Grande

Fonte: Samuel Macêdo/ Memorial do Homem Kariri, 2017

Um projeto de empreendedorismo social responsável pela promoção da valorização da cultura local e da educação de jovens e crianças trouxe uma nova identidade à pequena localidade de Nova Olinda, no Ceará – cidade com população estimada em 15.310 habitantes e onde 40,67% do Produto Interno Bruto provém da administração de serviços públicos municipais (IBGE, 2016).

Desenvolvido por iniciativa local do grupo responsável pela Fundação Casa Grande¹¹, o projeto articula diferentes empreendimentos sociais que, ao longo do tempo, ajudaram na organização de um turismo diferente do que geralmente se encontra. Entre estas novas formas de negócio estão as hospedagens, lá chamadas de “pousadas domiciliares”, ou quartos nas casas dos pais das crianças e jovens atendidas pela Fundação construídos (ou adaptados) e destinados para o acolhimento de turistas que chegam à cidade. Além de se destacar como fator contribuinte na formação do Turismo de Base Comunitária no município, esse tipo de empreendimento também é responsável por ocasionar um incremento na renda das famílias locais e estimular as trocas culturais entre moradores e visitantes. O local, que um dia foi um vilarejo desconhecido, passou a receber turistas do Brasil e do exterior, guiados pela curiosidade na forma como a instituição educa crianças e jovens envolvendo toda a família em um processo contínuo de formação e transformação sociocultural. A Fundação Casa Grande se tornou, por meio da educação e serviços prestados, cartão-postal de Nova Olinda.

Como relatam Taumaturgo dos Santos et al. (2019) a respeito do turismo comunitário desenvolvido por meio da Fundação Casa Grande, inicialmente as visitas à cidade eram rápidas, feitas por transeuntes que aproveitavam o caminho de outros destinos para uma rápida passagem para conhecer Nova Olinda. Com o passar do tempo e o aumento do reconhecimento da Fundação, os visitantes começaram a gastar mais tempo na cidade, acarretando em uma estadia mais prolongada, intensificando o fluxo de turistas nas pousadas domiciliares.

As hospedagens oferecidas pelos moradores são bem simples, tendo como atrativo principal para o público a simplicidade da vida em comunidade e as vivências e trocas realizadas com as famílias receptoras. Contudo, isso já não se mostrava suficiente para manter a sustentabilidade do negócio, que via em sua

¹¹ Em 1992, o casal Alemberg Quindins e Rosiane Limaverde restaurou uma velha casa de tijolos do avô de Allemberg e decidiram torná-la um centro cultural em Nova Olinda, que se chamaria Casa Grande – Memorial do Homem Kariri. Hoje, a organização, que tem caráter não governamental, cultural e filantrópico, se chama Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, e objetiva proporcionar a crianças, jovens e seus familiares uma formação social e cultural através da vivência em gestão institucional dentro dos programas oferecidos.

gestão compartilhada interferências que geravam complicações atinentes à qualidade dos serviços. Ao longo dos anos, diversas adversidades afetaram os serviços das pousadas domiciliares, demandando assim uma nova forma de gestão que resolvesse ou mitigasse os problemas.

É nesse contexto que, considerando a inexistência de posições hierárquicas entre as até então 9 (nove) famílias que faziam parte das pousadas domiciliares e entendendo ser este o modelo de organização mais adequado à ideia da Fundação, foi criada pelos pais das crianças e jovens participantes a COOPAGRAN – Cooperativa Mista dos Pais e Amigos da Casa Grande. Taumaturgo dos Santos et al. (2019) detalham o impacto da cooperativa dentro do turismo comunitário local ao explicarem que

novos pais entraram no negócio, chegando a contabilizar 9 leitos disponíveis para hospedagem. Havia reuniões semanais com os participantes da cooperativa, registro em ata e prestação de conta. Era seguido o regimento previsto na lei de cooperativa. A COOPAGRAN produzia e comercializava lembrancinhas (souvenirs) e artesanatos, além de ser responsável por gerenciar o receptivo turístico por meio da lojinha, cantina, pousadas domiciliares e serviço de transporte. A gestão do negócio acontecia de forma compartilhada.

Com o passar dos anos, cresceu o fluxo turístico e as responsabilidades dentro da cooperativa, o que gerou entraves na prestação dos serviços, visto que a maioria dos pais participantes da cooperativa desenvolviam outras atividades extras para geração de renda e não podiam dedicar-se totalmente à administração direta da cooperativa. Eventualmente, a comunicação com os turistas começa a se tornar deficiente e a qualidade dos serviços oferecidos passa a cair. Como decorrência desses desafios,

as burocracias exigidas pelo regime de cooperativa e a falta de profissionais especializados para tratar as demandas judiciais deste formato de organização fizeram o negócio contrair dívidas e empacar em questões nas quais ninguém sabia resolver. O cenário que antes aparentava ser fascinante passou a ser enxergado como nebuloso. Os problemas que surgiram fizeram a cooperativa perder seu rumo. Diante disso, qual seria a decisão a ser tomada? Seria o caso de fechar a COOPAGRAN?

(TAUMATURGO DOS SANTOS ET AL., 2019)

A COOPAGRAN foi encerrada. Surgiu então, em 2013, coordenada por Pedro, um jovem que se desenvolveu dentro da Casa Grande, a Agência de Turismo Comunitário, uma empresa responsável por operacionalizar o turismo da Casa Grande. Inicialmente, a

agência tomou importantes ações em prol do turismo. Uma dessas ações pioneiras foi o lançamento de um *blog*, onde visitantes poderiam, além de ficar por dentro das novidades e eventos promovidos pela Fundação Casa Grande, conhecer a estrutura das pousadas domiciliares, reservar suas hospedagens e conhecer o perfil das famílias com as quais trocariam vivências.

Uma segunda importante alteração aconteceu no modelo administrativo das pousadas domiciliares com a criação do Grupo de Mães da Casa Grande, composto por aquelas que disponibilizavam leitos em suas residências. A agência de turismo comunitário passou, a partir de então, a operar no formato de microempresa, substituindo o modelo de cooperativa preexistente. A ocupação das pousadas era organizada em um sistema de rodízio, permitindo atender com igualdade a todas as mães. Somadas a estas mudanças significativas, reuniões semanais eram organizadas para debater o sistema de rodízio, as experiências com os hóspedes e as possíveis estratégias de melhorias no serviço a serem aplicadas, promovendo assim um momento de diálogo participativo entre a comunidade envolvida no programa.

Em adição a essas mudanças positivas no serviço de hospedagem, outros serviços foram reunidos: a reserva e retirada de passagens aéreas, traslados terrestres de pessoas e grupos, serviços de guia turístico e a criação de roteiros que reuniam atrações nas cidades localizadas no entorno de Nova Olinda. Além dessa iniciativa, muitos outros empreendimentos relacionados à Fundação Casa Grande foram criados, como a loja de artesanato, a loja de roupas com marca local, e um café e um restaurante que ofereciam comidas regionais (TAUMATURGO DOS SANTOS et al., 2019).

Com todas essas mudanças implementadas a partir de um modelo de gestão participativa organizado de maneira centralizada, novos visitantes foram beneficiados por contarem com uma estrutura de turismo mais bem articulada e capaz de suprir suas necessidades ao mesmo tempo em que a comunidade se vê ativamente engajada em todo o processo decisório relacionado ao turismo local, beneficiando-se diretamente não só da geração de ativos econômicos, dos conhecimentos de administração mercadológica, processos administrativos e gestão de empreendimentos sociais, mas principalmente das trocas culturais possibilitados por esse tipo de reciprocidade.





Figura 3.15 Fachada da Casa Grande.
Fonte: Arquivos da Fundação Casa Grande, 2016

Figura 3.16 Restaurante da Casa Grande.

Figura 3.17 Lojinha da Casa Grande.

Figura 3.18 Pousada de Fátima.

Google Earth alterado turismocomunita-
rioofcg.wordpress.com, 2010

Aldeia Infantil SOS

Amazonas, Brasil



Figura 3.19 Vista aérea da Aldeia Infantil SOS Manaus.
Fonte: jamerboi.com/engcronica37.html, 2008

Ao utilizar estratégias de adaptação nas diferentes escalas do projeto arquitetônico que abriga a sede do programa humanitário Aldeias Infantis SOS na cidade de Manaus, o arquiteto Severiano Porto¹² mostra uma preocupação holística e de eficiência ecológica ao desenvolver essa obra, edificada no estado do Amazonas em 1997 (ROVO E SANTOS OLIVEIRA, 2004). Tal 'ecoeficiência' – como pode ser chamada – inicia-se com a preocupação social do projeto por meio desse programa sem fins lucrativos, que objetiva a criação de pequenos núcleos familiares para crianças órfãs e permitir que elas convivam em um ambiente adequado para um crescimento saudável. A ideia do programa é construir pequenas comunidades de 12 casas-lares onde Mães-sociais são designadas para cuidar de sete a nove crianças, possibilitando que estas desenvolvam um futuro com o máximo de autonomia, uma vez que o estabelecimento do convívio social entre essas crianças e as comunidades que as cercam é constantemente estimulado (HENRIQUES, 2016).

Além das casas-lares, o conjunto reúne, também, uma casa comunitária, onde funciona o centro administrativo e também onde acontecem atendimentos médico e odontológico, a casa do dirigente, a casa do zelador, a escola de mães, a casa das tias, o vestiário de educação física, o alojamento para visitantes, um espaço de trabalho com terra, refeitório, lavanderia e garagem (Rovo e Santos Oliveira, 2004). As diversas edificações se conectam entre si e com as áreas de uso comum por meio de uma sinuosa circulação coberta feita em madeira e folhas de palmeira, onde claramente se percebe uma alusão à cultura local, seja no processo construtivo, seja no tipológico. As áreas de uso comum, como o auditório, jardim de infância, biblioteca infantil e áreas de esporte e lazer, também são comumente utilizados pelas comunidades adjacentes, fortalecendo o conceito de aldeia enquanto espaço comunitário das ocas indígenas.

A obra de Severiano Porto nos indica caminhos para operarmos uma arquitetura própria, voltada para que encontremos a forma adequada ao meio em que se insere sem ignorar elementos particulares a uma realidade diversa - realidade essa que é trabalhada por Severiano no âmbito da lógica da localidade. Nesse sentido, Severiano "regionaliza" ou contextualiza o que, inexoravelmente, pertence ao mesmo tempo a "todos os lugares."

(HESPANHA, 2009)

¹² Célebre "arquiteto da Amazônia", Severiano Porto é um arquiteto brasileiro responsável por desenvolver um modelo ímpar de arquitetura amazônica e sustentável, combinando técnicas locais com estratégias coerentes com o clima e a economia do lugar.

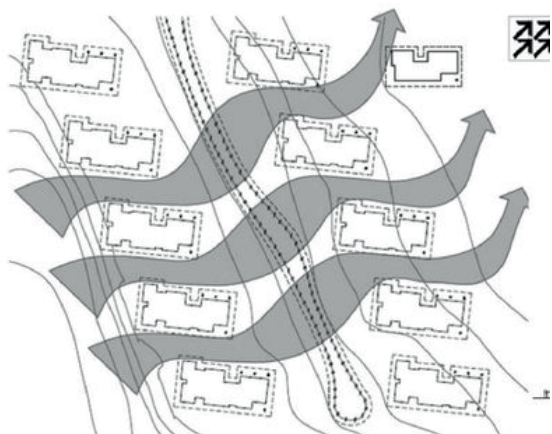


Figura 3.20 Estratégias de ventilação natural e linguagem com referências contextuais da Amazônia.

Fonte: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6303.-acesso, 2016

Em suma, a arquitetura proposta por Severiano Porto na Aldeia Infantil SOS busca otimizar a ventilação natural e resguardar as edificações do calor excessivo, chuvas regulares, alta incidência solar, invasão de insetos e outras pragas. Ademais, além dessas premissas básicas para construção no clima quente-úmido amazônico, também foi levada em consideração a máxima redução possível do impacto ambiental àquele ambiente, considerando sabiamente o aproveitamento de recursos disponíveis no local, como as soluções construtivas empregadas pela arquitetura autóctone e as habilidades do trabalho em madeira desenvolvido pela mão-de-obra local. Contudo, como refletem Mirian Keiko Ito Rovo e Beatriz Santos Oliveira (2004), as respostas ao programa da obra vão muito além dos resultados formais e do bom uso de soluções e técnicas construtivas, mas estimulam, por meio da relação pequena-casa/casa-maior, a sensação de autonomia necessária para a formação psicológica das crianças, ao passo em que preservam o sentimento de proteção causado pela imagem do menor dentro do maior, conferindo ao conjunto arquitetônico essa metáfora de útero, de aconchego de casa e da figura materna.

Muito além de resultados simplesmente funcionais, a ideia essencial do programa Aldeias Infantis SOS de nutrir a vida de crianças em uma atmosfera saudável e benéfica a todos, onde o foco é a convivência comunitária, foi seguramente bem interpretada por Severiano Porto, tendo desfechos que reforçam de maneira colaborativa o desempenho de todo o espaço, construído com eficiência, beleza, respeito, conforto e, acima de tudo, considerando atingir aos principais objetivos do programa por meio de estratégias de adaptação da arquitetura. Em sua obra, o arquiteto trata de um conceito maior de sustentabilidade que abrange fatores de natureza ambiental, cultural e tecnológica, além dos aspectos político, econômico e social.

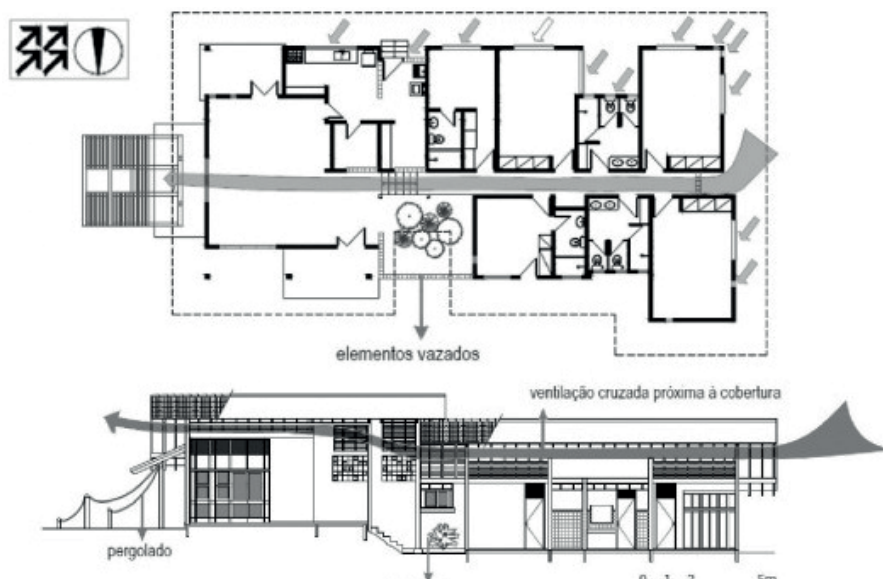


Figura 3.21 Edificações em Planta e Corte.

Fonte: vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6303-acesso, 2016

Figura 3.22 Casas-lares.

Figura 3.23 Casas-lares.

Fonte: aldeiasinfantisbsb.wordpress.com/, 2012

Raízes Eco Hostel

Piauí, Brasil



Figura 3.24 Fachada principal.
Fonte: raizesdomundo.com, 2020



Figura 3.25 Fachada oeste.
Fonte: raizesdomundo.com, 2020

Com base nos ideais de integração e coletividade, nasceu na Barra Grande em outubro de 2016 o Raízes Eco Hostel, albergue ecológico¹³ idealizado pelo casal Tati e Denny, que avistaram no pequeno vilarejo uma oportunidade de vivenciar a abundância natural e a tranquilidade de uma pequena vila em formação.

O albergue – projetado pelo arquiteto Gugu Costa¹⁴, responsável por trazer conceitos e práticas de bioconstrução – reflete o propósito idealizado pelos proprietários de uma construção com o mínimo impacto ao meio ambiente, envolvendo ainda formas orgânicas e de características singulares na região, como curvas, cores e texturas. Como contam Tati e Denny em conversas pessoais, durante os 10 meses de obra, houve envolvimento de uma grande equipe de moradores, amigos e voluntários na concepção da edificação, desde a tomada de decisão sobre o conceito geral do espaço até as técnicas de bioconstrução que seriam aplicadas. Nos meses em que se deu construção, além de mutirões, foram realizadas visitas eco-pedagógicas¹⁵ para moradores e demais interessados, e ainda uma série de vivências capacitadoras relacionadas às técnicas de bioconstrução, possibilitando aos participantes ter contato com materiais diversos e entender suas aplicações e os cuidados necessários para a boa manutenção da construção. A seguir, um breve resumo sobre as vivências e técnicas abordadas no Raízes Eco Hostel.

¹³ Albergues planejados e administrados de acordo com os princípios do ecoturismo, envolvendo práticas e operações ligadas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental (SARAIVA, 2013)

¹⁴ Arquiteto e bioconstrutor César Augusto da Costa, conhecido como Gugu Costa ou Bola de Barro.

¹⁵ O termo se refere a uma pedagogia orientada para a aprendizagem do sentido das coisas partindo da vida cotidiana, objetivando promover sociedades sustentáveis (MENEZES, 2001).

**O hostel tem várias
mãos e vários pés.**

(Tati, proprietária)

Vivência I (ministrada pelo arquiteto Gugu Costa): Foram apresentados conceitos e práticas relacionadas a técnicas de **taipa**, **ferrocimento**, **paredes com garrafas** e **acabamentos naturais**.

Taipa: sistema construtivo no qual se utilizam barro molhado e madeira para fazer o fechamento de paredes. Existem dois tipos: a **taipa de mão** (pau-a-pique, taipa de sopapo, barro armado, entre outros), que consiste no entrelace de madeiras que formam vãos posteriormente preenchidos com o barro, e a **taipa de pilão**, que consiste na compressão do barro em formas de madeira, chamadas taipais, criando estruturas mais resistentes.

Ferrocimento: Técnica em que uma camada de cimento é aplicada sobre uma estrutura metálica, podendo utilizar ferros, vergalhões envoltos por tela metálica, tela de galinheiro ou outro tipo de metal que se deseja reciclar. É uma alternativa de baixo custo para aplicações onde não se exija alta resistência mecânica.

Paredes com garrafas: Em uma das técnicas se utilizam garrafas PET (com ou sem tampa) empilhadas e presas por uma estrutura de talas de madeira ou bambu e rebocadas com mistura de barro, baba de cactos, água e fibras, muito semelhante à taipa de mão. Essa técnica se chama **PET a pique** (PERMACULTURA SEM FRONTEIRA, 2007). Outra técnica se utiliza de garrafas de vidro inseridas, mas não encobertas, em paredes de terra para permitir entrada de luz e também para finalidades decorativas.



Figura 3.26 Técnica de ferrocimento aplicado a cisterna.

Fonte: permaculturaceara.org.br, 2020

Figura 3.27 Taipa de mão.

Fonte: margemarquitetura.com.br, 2020

Figura 3.28 Parede com garrafas.

Fonte: Pinterest, 2020

Vivência II (ministrada pela empresa Biohabitate): Nessa vivência, foram exploradas as possibilidades da **terra ensacada**, ou **hiperadobe**, técnica largamente utilizada na construção das paredes do Raízes Eco Hostel. Os temas abordados durante a capacitação foram: seleção e escolha dos solos, qualidade e umidade da terra para o manejo, ferramentas e técnicas para terra ensacada, emendas e reparos, espiral e elementos estéticos e, por fim, acabamentos e revestimentos naturais.



Hiperadobe (ou terra ensacada): a técnica consiste em compactar terra argilosa em sacos de malha Raschel. Após o preenchimento dos sacos, estes devem ser apilados até que a terra esteja bem compactada, garantindo às paredes grande resistência mecânica.

Figura 3.29 Sacos de malha Raschel.

Fonte: sustentarqui.com.br, 2019



Figura 3.30 Paredes de hiperadobe.
Fonte: projetojeriva.blogspot.com, 2014

Vivência III (ministrada por Hélio, engenheiro civil e bioconstrutor): Durante o período dessa vivência, os participantes foram capacitados para fabricação de **tijolos de adobe**, manejo da terra e palha para criação de paredes de **COB** e ainda puderam acompanhar o desenvolvimento da **bacia de evapotranspiração (BET)** do hostel, que utiliza o sistema de bananeiras como tratamento das águas negras e cinzas do local.

COB: É um material construtivo composto de argila, areia, palha e água, mas podem-se inserir aditivos para torná-lo mais resistente mecanicamente, o que permite a criação paredes autoportantes, contanto que tenham espessura mínima de 40 cm. Além disso, a mistura é a prova de fogo e bastante resistente a abalos sísmicos. É uma técnica fácil de operar, exigindo apenas tempo para o pisoteio da massa, processo necessário para garantir a unificação dos materiais e homogeneização da mistura. Além de fácil operabilidade, o COB permite grande liberdade criativa, já que curvas podem ser facilmente moldadas, além de permitir o encaixe de qualquer objeto na parede, a exemplo das garrafas de vidro que garantem diversidade de cores e possibilidades diversas de iluminação e decoração.

Bacia de evapotranspiração (BET): Tecnologia da permacultura, também conhecida como fossa de evapotranspiração, círculo de bananeiras, fossa ecológica, entre outros nomes, é um sistema de tratamento de águas negras que evita a poluição do solo, do lençol freático e das águas superficiais. Além de não gerar efluentes, na fossa de bananeiras os dejetos são transformados em nutrientes para as plantas, que também são responsáveis por retirar a água do sistema por meio da sua folhagem no processo de evapotranspiração, devolvendo água totalmente limpa para o meio ambiente.



Figura 3.31 Preparo do COB.

Fonte: abundantedge.com, 2016

Figura 3.32 Bacia de evapotranspiração (BET).

Fonte: ecosan.ga, 2020

Vivência IV (ministrada por Hélio e Denny): Foram apresentados conceitos e práticas de construção de **teto verde**.

Os proprietários notaram que essas vivências, além de capacitar as pessoas a construírem usando diferentes técnicas de bioconstrução, também permitiram uma reativação no pensamento do construir com materiais locais, simples, de fácil manejo e de baixo impacto no meio ambiente. Além de capacitar moradores locais que, segundo Tati, já executaram outras obras bioconstruídas depois do aprendizado prático, as vivências edificaram redes de relacionamentos e alimentaram intercâmbio cultural entre todos os participantes, que se estenderam a pessoas de outros estados e países durante os dez meses de obra.

Os idealizadores do hostel contam que todo o processo se deu de forma orgânica e natural, não necessariamente seguindo uma regra projetual durante todo o tempo, mas absorvendo e processando conhecimentos de todos os envolvidos e aplicando diferentes técnicas de acabamentos e finalizações, o que garantiu ao espaço sua identidade que desperta curiosidade em hóspedes, moradores e visitantes da Praia da Barra Grande e região.

Tati ressalta ainda que, atualmente, existe outra vivência, a do hóspede quando vai ao hostel e imerge em uma experiência regada com os conceitos de sustentabilidade e permacultura; conceitos estes presentes no Raízes não só em sua bioconstrução, mas principalmente no respeito existente na harmonia entre o meio ambiente e as atividades realizadas no lugar.



Figura 3.33 Teto verde.

Fonte: institutodeengenharia.org.br, 2018

Entrelaces

Entre as referências estudadas, estas aqui apresentadas se destacaram por melhor refletir o objetivo social e ambiental da proposição do Complexo Ecoar Barra Grande, além de contribuir ricamente no processo de desenvolvimento de suas diretrizes, conceitos e partido arquitetônico. A seguir, podemos entender, de forma resumida, como cada uma contribui para o desenvolvimento da proposta deste trabalho.

As iniciativas do **Projeto Saúde e Alegria** incentivam o diálogo interdisciplinar e comunitário, investigam soluções para promover a saúde, formam e capacitam agentes sociais de mudança, não exercendo assistencialismo, mas estabelecendo pontes com órgãos, entidades públicas e privadas, universidades e outros projetos que atuem em comunidades buscando otimizar a organização social. Ou melhor, o projeto atua como suporte institucional nas comunidades que, ao longo do tempo, ganham expertise e conhecimento suficientes para lidarem de forma participativa com os desafios que surgem no decorrer da sua evolução.

A **Rede Tucum** se mostra como uma teia organizacional muito bem articulada no desenvolvimento do turismo de base comunitária no estado do Ceará, se mostrando sempre preocupada em normatizar e estabelecer padrões a serem seguidos por todas as comunidades que formam a Rede, visando garantir não só um padrão de qualidade no atendimento aos visitantes, mas também uma segurança aos moradores e participantes da organização que encontram na gestão participativa uma forma de manter seus modos de vida tradicionais.

A **Fundação Casa Grande** demonstra as possibilidades geradas através do efeito multiplicador de potencialidades já tratado anteriormente. A iniciativa utilizou da educação e do turismo de base comunitária para alavancar o desenvolvimento de crianças e adolescentes locais, que hoje contam com uma diversidade de programas que envolvem, entre outros, a educação infantil,

o esporte, o empreendedorismo e a formação profissional e de consciência ambiental. Por meio do espaço educativo construído na cidade, a Fundação transformou-se em referência local de desenvolvimento comunitário participativo e atrai turistas curiosos pelo poder transformador da educação.

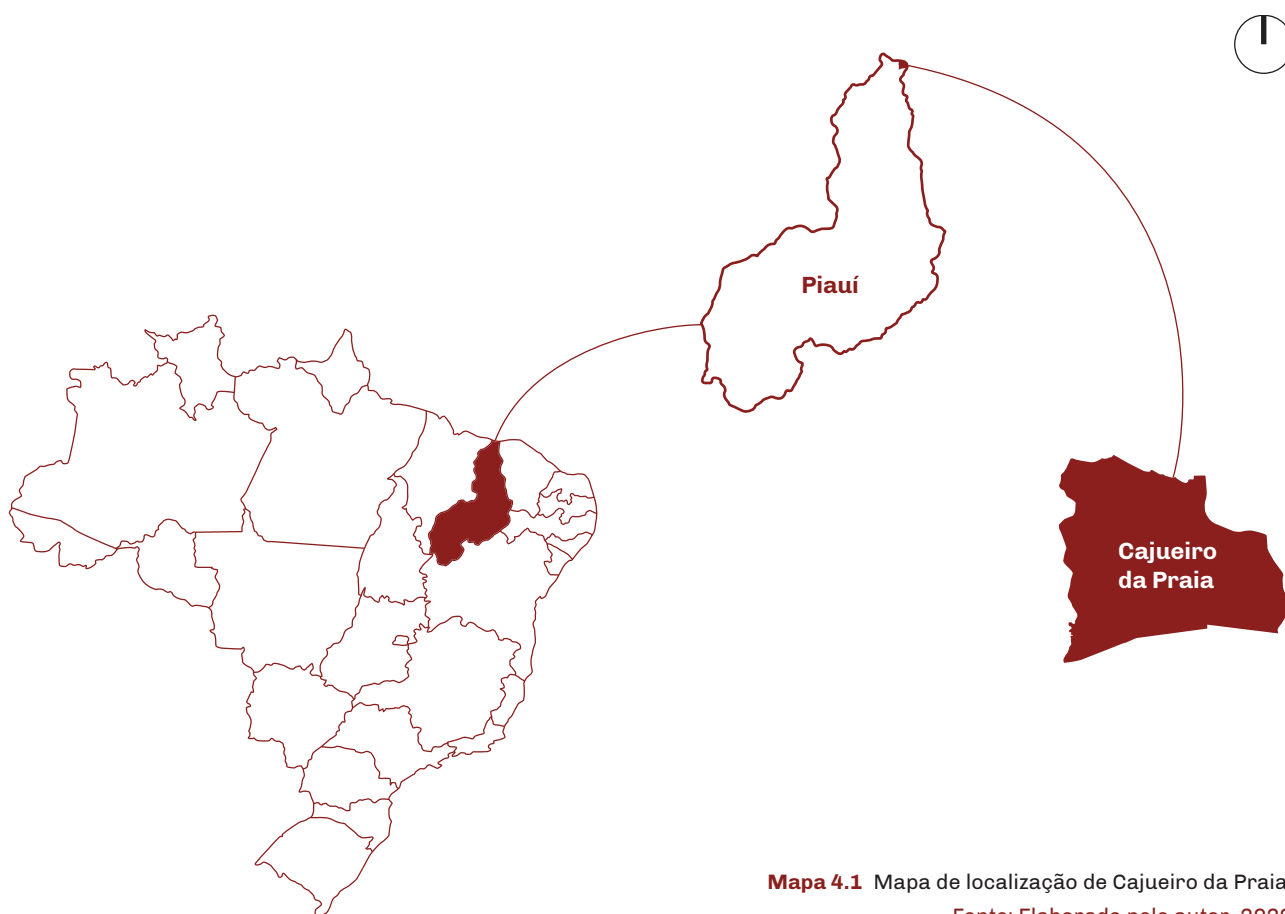
A obra de Severiano Porto, muito além de atender as necessidades construtivas de conforto termoacústico proposta, encontra seus pilares na arquitetura autóctone e no emprego das soluções e técnicas construtivas operadas pelas habilidades do trabalho em madeira desenvolvidas pelos locais ao longo dos anos. Em adição ao respeito pelas tradições locais e ao meio ambiente, a arquitetura de Severiano se traduz a partir dos objetivos propostos pelo **Aldeias Infantis SOS** de apoio humanitário, desempenhando um importante papel de manifestar nos usuários, ainda que de forma inconsciente, a sensação do aconchego de casa gerado pelo espaço. Em suma, conceito e partido arquitetônico estão intimamente conectados aos objetivos institucionais do espaço.

Por fim, e já se aproximando da realidade local da Barra Grande, o **Raízes Eco Hostel** traz em sua arquitetura uma interpretação de sustentabilidade bem aplicada ao contexto local, utilizando materiais locais, de fácil manejo e que se adequam ao clima da região. Ademais, o processo de construção promoveu uma importante integração entre moradores e visitantes, que experimentaram no processo de capacitação não somente o conhecimento sobre construção sustentável e permacultura, mas vivências de intercâmbio cultural que possibilitaram a criação de importantes redes de relacionamento.

O entrelaçar destas referências contribuem ricamente para a proposição final deste trabalho, que enxerga na necessidade de restabelecer o protagonismo socioeconômico e cultural dos moradores locais o mote para o desenvolvimento sustentável da Barra Grande por meio da gestão compartilhada do turismo, efeito multiplicador para tantas outras potencialidades locais.

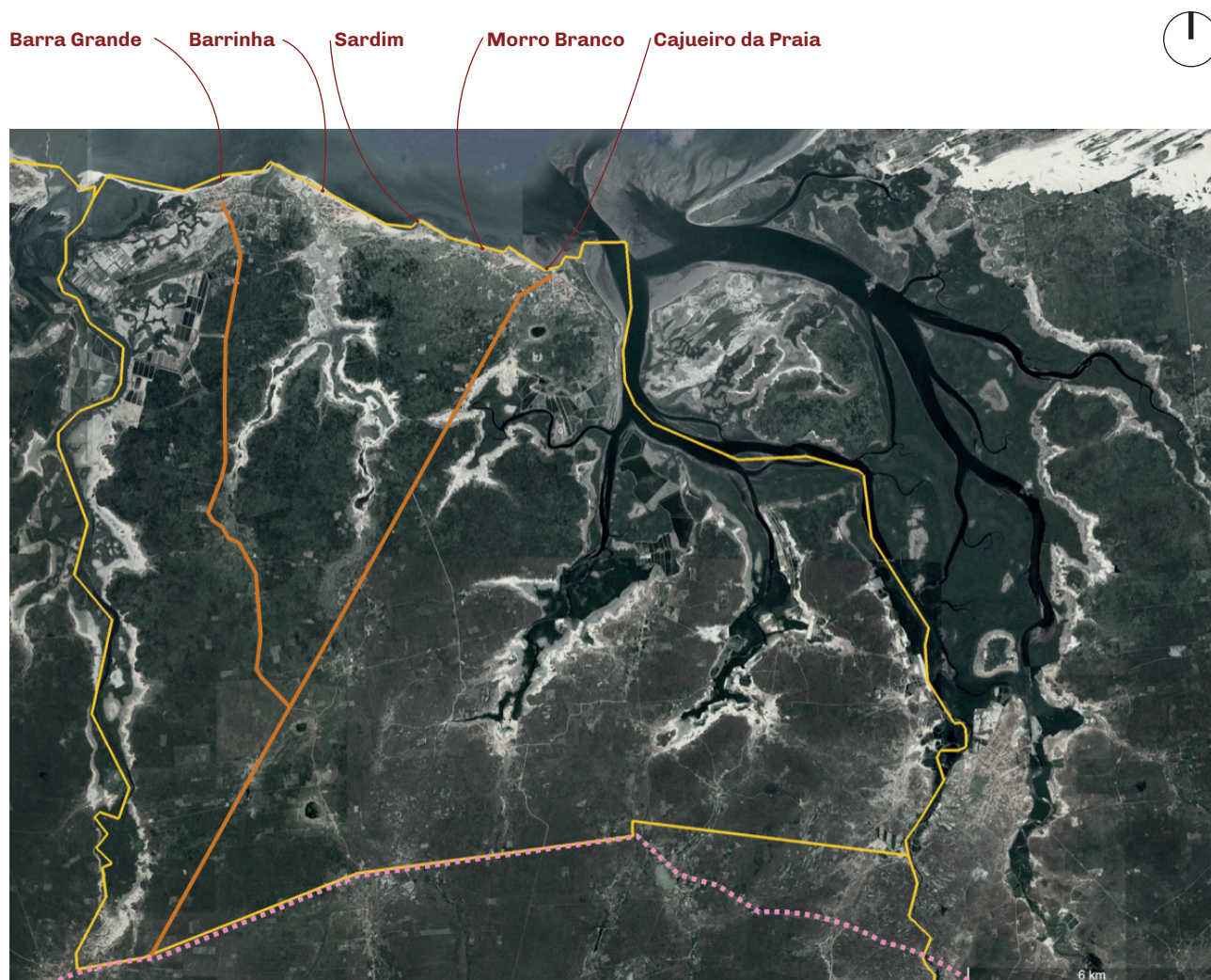
APROXIMAÇÃO

Neste capítulo, será feita uma análise da área estudada neste trabalho, partindo da escala maior para a menor. Inicialmente, será apresentada a **Região Turística do Polo do Delta**, suas principais características e sua importância para o turismo e economia local. Em seguida, será abordada a **Área de Proteção Ambiental** do Delta do Parnaíba, na qual está inserido o **município de Cajueiro da Praia**, onde se localiza a **Praia da Barra Grande**, principal objeto de estudo desta pesquisa. Além do contexto socioeconômico e cultural da Praia de Barra Grande, serão aqui discutidos os principais impactos decorrentes da prática do turismo e como este tem alterado os modos de vida da população local nos últimos anos.



Mapa 4.1 Mapa de localização de Cajueiro da Praia.

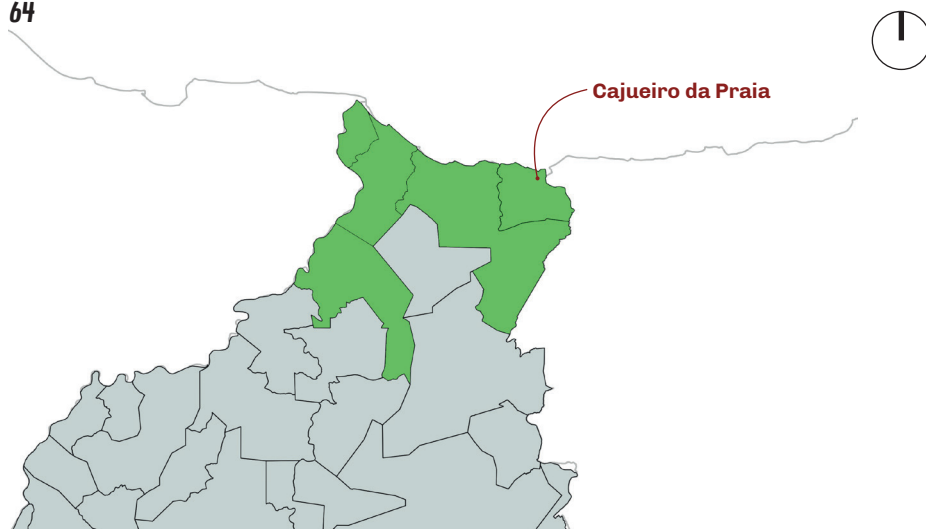
Fonte: Elaborado pelo autor, 2020



LEGENDA:

- Limites do Município
- - - BR 402
- Estradas do Cajueiro (sem nome)

Mapa 4.2 Cajueiro da Praia - Mapa de acessos.
 Fonte: Google Earth adaptado pelo autor, 2019



Mapa 4.3 Região turística do Polo do Delta.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

Região turística do Polo do Delta

Antes de nos aproximarmos mais do núcleo do objeto de estudo deste trabalho, é importante abordarem-se alguns conceitos básicos destacados pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar territórios nacionais de interesse turístico e sua relevância. Por meio do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), o MTur busca apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no país (MTur, 2013). Um dos instrumentos estratégicos para orientação das políticas públicas do PRT é o Mapa do Turismo Brasileiro, criado para definir recortes territoriais que devem ser trabalhados prioritariamente pelo programa. O mapa, atualizado bianualmente, é dividido em regiões turísticas, e no ano de 2019 somavam 333 (trezentos e trinta e três).

Essas regiões turísticas são, ainda de acordo com o MTur (2013), territórios com características análogas e/ou complementares com aspectos relacionados, seja identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica. Geralmente, são territórios formados por diversos municípios que se articulam em uma instância de governança regional¹⁶ em prol do desenvolvimento do turismo de forma cooperada, regionalizada.

O Piauí conta com 07 regiões turísticas denominadas “Polos”, a saber: Polo Aventura e Mistério, Polo das Águas, Polo das Nascentes, Polo das Origens, Polo Histórico Cultural, Polo Teresina e Polo Costa do Delta, este último sendo tratado mais detalhadamente a seguir. Por ora, cabe ressaltar que a Região Turística Polo Costa do Delta é atualmente o principal destino turístico do Estado do Piauí, sendo composta pelos municípios de Parnaíba, Buriti dos Lopes, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia. É neste último que se situa a Praia da Barra Grande, objeto de estudo deste trabalho.

O Polo leva este nome por se situar na região do Baixo (rio) Parnaíba, que é onde se situa o litoral piauiense e o produto turístico mais expressivo do local: o Delta do Rio Parnaíba. Apesar dos limitados 66 km de extensão, o litoral piauiense possui os principais atrativos de competitividade do turismo brasileiro, dentre eles o turismo de sol e praia, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca e o ecoturismo, permitindo que o turismo do

¹⁶ Organização com participação do poder público e de atores privados dos municípios que compõem as regiões turísticas, tendo como papel coordenar o PRT na esfera regional. (MTur, 2007)



Figura 4.1 Mapa da Rota das Emoções.

Fonte: deltarioparnaiba.com.br, 2019

Estado se mantenha atrativo tanto no mercado turístico nacional quanto no internacional (SETUR, 2009).

Ademais, para deixar claro o potencial competitivo do local em estudo, vale apontar que o Polo também se encontra inserido no Programa de Roteiros Integrados por meio da PRT do MTur (BRASIL, 2013). O roteiro integrado conhecido como Rota das Emoções, que envolve o Ceará, Piauí e Maranhão, objetiva unir produtos turísticos dos destinos dos Lençóis Maranhenses, do Delta do Parnaíba e de Jericoacoara. Como resume Costa (2009),

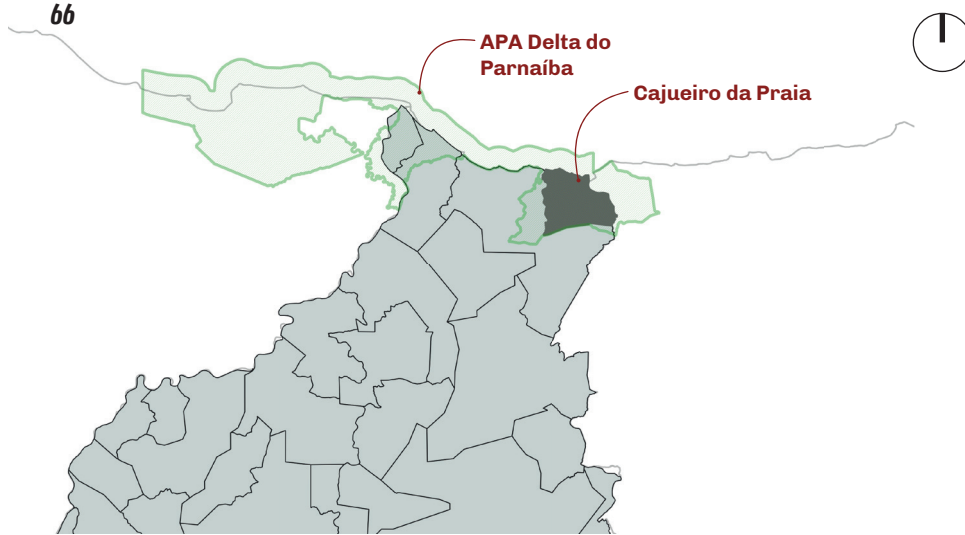
essa região é designada pelas políticas públicas federais como “Costa Norte”, algumas vezes “Polo Costa Norte”; definido pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) como “Roteiro CEPIMA” (Ceará, Piauí e Maranhão); e pelo nome fantasia de “Rota das Emoções” em sua promoção comercial.

O plano estratégico para este roteiro integrado objetiva, além de buscar uma distribuição territorial mais equilibrada de visitantes e da riqueza gerada pelo turismo, impulsionar a economia de áreas menos desenvolvidas, aumentar a notabilidade de atrativos e recursos turísticos menos conhecidos, aumentar as capacidades competitivas e de marketing das regiões e, também, proporcionar uma maior cooperação entre agentes turísticos e comunidades envolvidas.

Área de proteção ambiental (APA)

Além de estar localizado na região turística do Polo do Delta, é relevante lembrar que o município de Cajueiro da Praia, foco deste trabalho, também se situa na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba, Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável administrada pelo Instituto Chico Mendes de Preservação da Biodiversidade (ICMBio)¹⁷ e que abrange 10 (dez) municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará. As APAs, em geral, são vastas áreas, constituídas de terras públicas ou privadas, com algum nível de ocupação humana, e dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, tendo grande relevância para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Como objetivos básicos, busca proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e garantir o uso sustentável dos recursos naturais. (ICMBio, 2013).

¹⁷ Fundado em 2007, o instituto é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Cabe a ele propor, implantar, gerir, fiscalizar, monitorar e proteger as UCs instituídas pela União.



Mapa 4.4 Sobreposição da APA Delta do Parnaíba.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

Apesar de ter objetivos claros, a área abriga uma coleção de fatores, por vezes conflitantes, a exemplo do dinamismo da atividade turística, da pobreza e da fragilidade ambiental e cultural. Nessa região, observa-se uma “preocupação” com a sustentabilidade, desencadeando o nascimento de uma série de conflitos e ações de cooperação que ocorrem tanto no setor público como no privado (OLIVEIRA, 2016). Em geral, esses conflitos relacionados à sustentabilidade socioambiental na região da APA do Delta do Parnaíba têm motivos similares aos que ocorrem em praticamente todo o litoral nordestino, dentre os quais se destacam a expropriação de terras e o abuso da força de trabalho para a geração de riquezas. Em relação ao turismo, Oliveira (2016) coloca ainda que, abastecidos pela difusão do discurso ambiental no imaginário social, termos como “sustentabilidade”, “eco” e “desenvolvimento” são amplamente utilizados para promover e atrair visitantes a uma determinada localidade ou produto turístico. Vale lembrar que o termo “desenvolvimento” já foi discutido anteriormente neste estudo.

A seguir, para que se entenda melhor como essa lógica da atividade turística se traduz no objeto de estudo dessa pesquisa, traçaremos um panorama geral do município de Cajueiro da Praia e, mais detalhadamente, da Praia da Barra Grande.

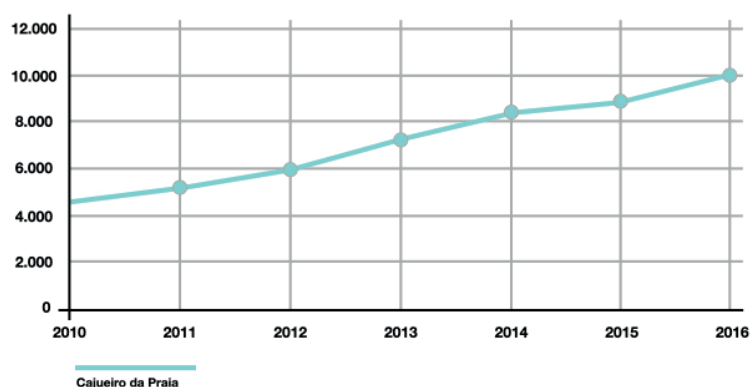
O município

O município de Cajueiro da Praia, localizado no Estado do Piauí, latitude 02°55'40" e longitude 41°20'10" do Território da Planície Litorânea, é uma das onze regiões em que está dividida a Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba e que são consideradas, nos limites dessa Unidade da Federação, como unidades de planejamento do Estado (MACEDO, 2012). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste e ao sul com o município de Luís Correia, e a leste com o Estado do Ceará. Distante 384 km da capital do estado, Teresina, o município possui uma área de 271,16 km², uma densidade demográfica de 26,36 hab/km² e uma população estimada em 7.642 pessoas (IBGE, 2019).



Figura 4.2 Mar e mangue.
Fonte: siteantigo.pi.gov.br, 2017

Quanto aos aspectos econômicos, o gráfico 1 mostra que o PIB do município mais que dobrou no período que vai do ano de 2012 ao ano de 2016. Quanto aos motivos dessa evolução, entende-se que o turismo foi um dos setores de maior contribuição (MACEDO, 2012), conforme veremos a seguir.



No panorama social, o município apresenta um expressivo crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerado, a partir de 2010, como médio, enquanto no ano de 2000 ainda era compreendido como baixo, conforme mostra o gráfico 2. Para fins de referência, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) classifica o IDH em três categorias, sendo elas: baixo, quando o índice é inferior a 0,500; médio, quando o índice estiver entre 0,501 e 0,800; e alto, para índices superiores a 0,801 (PDITS Polo Costa do Delta, 2012).

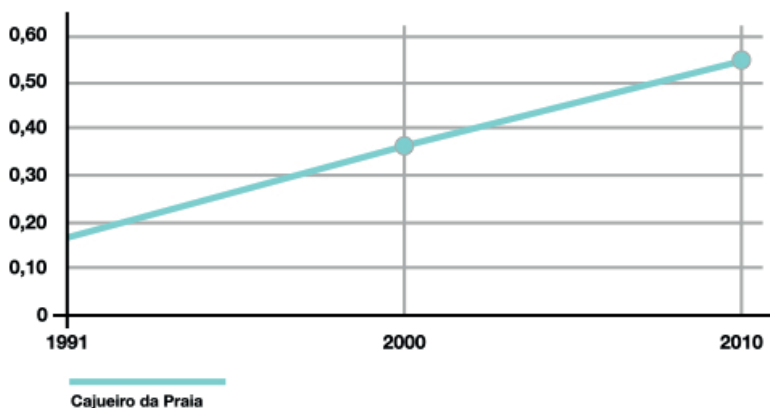


Gráfico 1 Gráfico de evolução do PIB per capita do município de Cajueiro da Praia.

Fonte: IBGE, 2018

Gráfico 2 Gráfico de evolução do IDH no município de Cajueiro da Praia.

Fonte: IBGE, 2018



Figura 4.3 Torre de observação do Peixe-boi.

Fonte: raizesnomundo.com, 2020

Apesar de ainda muito distante de ser o ideal para assegurar uma boa qualidade de vida para a população local, nota-se uma considerável melhoria do IDH entre os anos de 1991 e 2010 (IBGE, 2018), o que indica a relevância do turismo para a região, mostrando-se potencialmente como um eficaz instrumento catalisador desse processo de desenvolvimento caso tenha, nas políticas públicas, suporte para que ocorra de forma sustentável. Nesse sentido, cabe destacar que o município de Cajueiro da Praia é um dos beneficiados pelo PRT do MTur (SETUR, 2010).

O programa objetiva nortear o planejamento descentralizado e compartilhado com enfoque territorial e é representado a partir de oito eixos de atuação responsáveis por orientar ações de apoio à gestão, estruturação e promoção do turismo nas regiões e municípios (MTUR, 2019). Os oito eixos, segundo o PRT (MTUR, 2019) são: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimentos; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização; e monitoramento.

Contrastando com esse potencial de crescimento, a Administração Pública de Cajueiro da Praia destaca a inexistência de escolas privadas no município e considera o fato de toda a educação ser gerida pelos poderes municipal e estadual público como um ponto forte da gestão. (Plano Diretor de Cajueiro da Praia, 2008, p. 70). O município conta com apenas 01 (uma) escola que oferece educação a nível médio e 09 (nove) escolas ofertantes de educação pré-escolar e fundamental (INEP, 2019). No entanto, vale salientar a inexistência de institutos de ensino superior na região, assim também como cursos locais voltados para a capacitação em turismo, empreendedorismo, agricultura, ou qualquer outra área relacionada aos modos de vida da região e suas principais atividades. Como consequência, os habitantes locais que desejem garantir uma melhor educação e se tornarem mais competitivos para o mercado local precisam se deslocar para estudar, e em geral optam pelo município mais próximo, Parnaíba, distante aproximadamente 65 km.



Figura 4.4 Cajueiro Rei.

Fonte: turismo.pi.gov.br, 2020

Figura 4.5 Igreja matriz de Cajueiro da Praia.

Fonte: passeios.org, 2020

Figura 4.6 Mar de Cajueiro da Praia.

Fonte: turismo.pi.gov.br, 2020



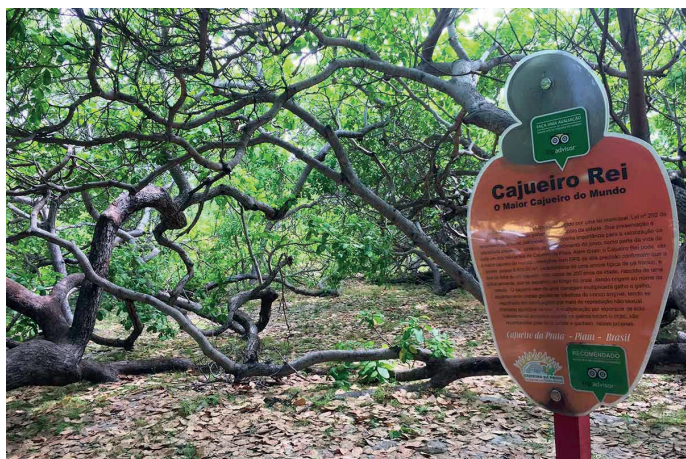


Figura 4.7 Cajueiro Rei - O maior do mundo.

Fonte: Portal Parnaíba Informa, 2020

Considerando o turismo como instrumento econômico de destaque do município, é relevante apontar aspectos interessantes da cultura local para que possam ser abertamente explorados pelos próprios moradores. Isso se mostra importante não apenas para fortificar o enraizamento cultural e econômico dos habitantes nativos frente ao domínio hegemônico de investidores estrangeiros no local, mas também para valorizar, como produto de desenvolvimento econômico e social, o que parece ser seu patrimônio mais rico e expressivo: sua identidade, costumes e hábitos culturais. Algumas das principais práticas econômicas e de identidade cultural do município envolvem festividades religiosas – como a tradicional Festa do Caju e a Regata do Pescador –, lendas locais, a produção de alimentos e bebidas – como a cajuína, tão apreciada em todo o Estado –, a agricultura, o ecoturismo, o artesanato e a gastronomia como um todo, que, em geral, envolve frutos do mar provenientes da pesca local.

Além disso, Cajueiro da Praia possui um grande apelo paisagístico concentrado em recursos naturais espalhados, principalmente, em seus 13 km de faixa litorânea, que compreende as seguintes praias: Barrinha, Sardim, Morro Branco, Cajueiro da Praia, Ilha das Ganas, Ilha das Garças, Ilha da Lagoa das Pemas e Barra Grande. Esta última é o foco deste trabalho por se destacar como principal agregador das atividades turísticas locais e por ser o principal alvo da exploração insustentável dos recursos naturais, econômicos e sociais da região, como se evidenciará adiante.

Figura 4.8 Mirantes da Barra.

Fonte: Acervo pessoal, 2019

A Praia da Barra Grande

Contexto Geral

Localizada no extremo oeste do município de Cajueiro da Praia, a Praia da Barra Grande tem atraído muitos turistas que lá encontram espaços apropriados para banho de mar e para prática de esportes de aventura. Por conta dos ventos alísios¹⁸ que sopram nessa costa, o entusiasmo pelos esportes aquáticos, em especial o kitesurfe¹⁹, traz anualmente expressiva quantidade de turistas para o local. Ademais, Barra Grande se destaca por ser a única praia do município de Cajueiro da Praia a ter estrutura turística com hotéis, pousadas, bares e restaurantes, e o suporte necessário para realização de passeios turísticos, a exemplo do oferecido pelas associações de condutores e guias turísticos da comunidade.

¹⁸ Os alísios são ventos regulares e úmidos que sopram na direção leste-oeste e ocorrem em zonas subtropicais de baixa altitude. São muito intensos na costa litorânea do Piauí, em especial nos meses de agosto, setembro e outubro, alcançando velocidades superiores a 25km/h.

¹⁹ Kitesurfe é um esporte aquático que tem como princípio básico “voar sobre a água” utilizando uma prancha acoplada aos pés e uma pipa que se move pela força dos ventos.





Figura 4.9 Acesso à praia.
Fonte: Acervo pessoal, 2019

Somado ao turismo de sol e praia, também é importante destacar que, por Barra Grande estar inserida na APA do Delta do Parnaíba, faz-se necessária uma maior aproximação com os propósitos do turismo ecológico de proteção ambiental, cujo estímulo à conservação e à promoção da formação de uma consciência global de preservação do meio ambiente e recursos naturais entre moradores e visitantes é de fundamental importância.

Segundo o morador local e ex-presidente da Associação de Condutores de Turismo BARRATUR, o Sr. Marcos Cazuza, que vem buscando pesquisar a história do povoamento da praia, o povoado foi formado inicialmente por pescadores (MACEDO, 2012). Como contam moradores mais antigos da região, a aceleração do crescimento do povoado só ocorreu em maior escala a partir dos anos 2000, quando foi instalada a primeira pousada voltada para praticantes e simpatizantes do kitesurfe.

A introdução do esporte e do equipamento turístico ao local trouxe um tipo novo de turista, com maior poder aquisitivo e, conseqüentemente, gerou um maior fluxo sazonal de pessoas na cidade. O potencial do esporte se mostrou de grande relevância na realidade local, pois em um curto período já se torna perceptível um intenso avanço territorial de hotéis, pousadas, restaurantes, bares e outros equipamentos de turismo e lazer sobre um espaço onde antes apenas haviam pequenas casas de moradores nativos da região, inseridos em uma economia estruturada na subsistência através da pesca artesanal e do comércio.

Por conta desse acelerado crescimento na demanda de hospedagens e a conseqüente expansão de toda uma malha de empreendimentos voltada ao turismo local, não se podem ignorar as mais diversas formas de impacto na vida da população, na economia local e, principalmente, no meio ambiente, tema abordado a seguir.

Impactos decorrentes do turismo

No contexto do crescimento econômico, para se ter uma ideia do súbito aumento no número de turistas, vale salientar que em

2006 haviam apenas 06 estabelecimentos hoteleiros no povoado de Barra Grande (CARVALHO, 2010), enquanto em 2010 este número já subira para 13 pousadas, totalizando 242 leitos (MACEDO, 2012). Atualmente, já se somam mais de 45 meios de hospedagem (BOOKING.COM, 2020), entre hotéis e pousadas (26) e apartamentos e casas (19), sem contar com o crescente número de aluguéis por temporada de acomodações em residências familiares oferecidas pelo site AirBNB, hoje totalizando cerca de 40 (AIRBNB, 2020).

Além disso, outras empresas prestadoras de serviço também surgiram, como padarias, farmácias, *lan houses*, cafeterias, hamburguerias, lanchonetes, salões de beleza, mercadinhos, dentre outros tipos de serviço. Com esse crescimento ocorreu uma significativa mudança na oferta de empregos na localidade, dinamizando a economia em várias frentes. Contudo, é importante apontar que os empregos ofertados à população local são, em geral, de nível operacional e com baixa remuneração, muitas vezes em caráter de diária, contratos informais ou por serviço prestado. Outro aspecto negativo desse súbito e desordenado crescimento econômico que merece destaque é a crescente especulação imobiliária, contribuindo para uma ineficiência mercadológica.

Ermínia Macedo (2012) observa que, a medida em que o povoado avança na construção de novas pousadas, em especial as mais próximas à beira mar, o valor do metro quadrado aumenta, já que nessa área se encontram os turistas de maior poder aquisitivo.

Figura 4.10 Ruas da Barra Grande.

Fonte: raizesdomundo.com, 2020



Enquanto isso, aos moradores locais sobraram os espaços em contra direção ao mar, tendo grande parte deles vendido suas moradas para empresários de fora a preços irrisórios, bem abaixo de seu atual valor real. Em sua investigação, Macedo (2012) constatou que há 03 décadas um terreno de 450 m² era vendido numa faixa de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais), enquanto há apenas uma década, um terreno nas mesmas condições custava entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Nos mapas 4.5 e 4.6, pode-se observar claramente a rápida expansão imobiliária do vilarejo em apenas uma década.

Infelizmente, ainda não existem dados estatísticos suficientes para medir os impactos na economia gerados pela atividade turística na região, mas o que se observa em Barra Grande é que a faixa litorânea vai se tornando uma alameda de belos empreendimentos de natureza comercial ou particular pertencentes a empresários externos à localidade. À comunidade, restam as áreas mais interiores, com menos estrutura, carentes de cuidados estéticos e funcionais e de menor preocupação para as iniciativas de políticas públicas. Em outras palavras, Barra Grande parece estar em pleno desenvolvimento econômico insustentável, apesar das constantes assertivas do poder público e beneficiários do capital de que todo o crescimento de Barra Grande é pautado em premissas dos conceitos de sustentabilidade (figuras 4.11 e 4.12).

Quanto **às questões socioculturais**, percebemos uma estreita relação com os aspectos econômicos quando a comunidade demonstra se sentir excluída do processo de desenvolvimento, tornando-se coadjuvante dentro do seu próprio território (MACEDO, 2012). Assistem calados à entrada de novos empreendimentos, novas culturas e até idiomas, formas de agir, de vestir, de se comportar e se divertir, sem vivenciar uma relação horizontal no processo de planejamento da comunidade. A entrada de novos empresários vindos de fora da comunidade cria uma barreira cada vez maior à população local, que não se vê como parte integrante do processo de tomada de decisões e do crescimento.

Paralelamente, é como se dois mundos coexistissem: o mundo dos moradores locais e o mundo dos empresários detentores do capital. A barreira que separa esses mundos não é física, mas



2009



2019

Mapa 4.5 Foto de satélite da Praia da Barra Grande em outubro de 2009.

Mapa 4.6 Foto de satélite da Praia da Barra Grande em outubro de 2019.

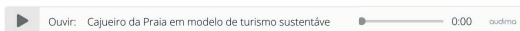
Fonte: Google Earth, 2019

Projeto visa transformar Cajueiro da Praia em modelo de turismo sustentável

A ação consiste em um planejamento estratégico de 13 anos que deverá transformar a cidade em referência mundial

07/03/2017 09:20h

Compartilhar no



Uma reunião entre o Governo do Estado e a Secretaria de Turismo, no Palácio de Karnak, resultou em um pacto de projeção turística para a região da praia de Barra Grande, no litoral piauiense. A ação consiste em um planejamento estratégico de 13 anos que deverá transformar a cidade em referência mundial em Turismo sustentável. Além do governador Wellington Dias, participaram do encontro, o prefeito de Cajueiro da Praia, doutor Girvaldo, Mauro Eustáquio Soares, sócio da Falconi Consultoria e o presidente do Sinduscon, Andre Baía.

A proposta elaborada por empresários, arquitetos e entidades consiste em tornar o município de Cajueiro da Praia modelo em sustentabilidade, promovendo desenvolvimento econômico sem danos ao meio ambiente, por meio do ecoturismo com base na inclusão da comunidade local. "Por isso, a necessidade de buscarmos parcerias, seja com governos, seja com entidades filantrópicas. Temos ainda mais dois pilares fundamentais nesse processo: superar o problema do saneamento e assegurar voos para a cidade de Parnaíba", pontuou André Baía, presidente do Sinduscon.

Início
Notícias
Contato
Site Antigo

GOVERNO
CIDADÃO
SERVIDOR
TURISMO
INVESTIMENTOS
IMPrensa
ACESSO

Início / Notícias / Governo prevê projeção de Cajueiro da Praia como cidade turística

Turismo
06 MARÇO, 2017 13:09

Governo prevê projeção de Cajueiro da Praia como cidade turística

Reunião sobre turismo sustentável, Cajueiro da Praia (Jorge Henrique Bastos)

Em reunião com o Governo do Estado e a Secretaria de Turismo nesta segunda-feira (06), no Palácio de Karnak, o prefeito de Cajueiro da Praia, doutor Girvaldo e o presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sinduscon), Andre Bahia, acordam pacto de projeção turística para a região da praia de Barra Grande. A ação consiste em um planejamento estratégico de treze anos que deverá transformar a cidade em referência em ecoturismo.

Dentre as ações que estão sendo planejadas, Cajueiro ganhará um terminal turístico, já em processo de construção, e um contorno rodoviário de acesso à região da Barrinha. O centro da cidade vai passar por uma etapa de drenagem urbana, melhorando o saneamento local. A orla da cidade também vai ser contemplada com obras como a Reserva dos Pescadores, que abrigará um mirante e um jardim botânico.

Figura 4.11 Notícia veiculada pelo Portal O Dia.

Fonte: portalodia.com/noticias/piaui/projeto-visa-transformar-cajueiro-da-praia-em-modelo-de-turismo-sustentavel-294752.html, 2017

Figura 4.12 Notícia veiculada pelo Governo do Estado do Piauí.

Fonte: siteantigo.pi.gov.br/materia/ccom/governo-preve-projecao-de-cajueiro-da-praia-como-cidade-turistica-107.html, 2017

socioeconômica e cultural, produto de privilégios oferecidos pelas políticas públicas ao poderio econômico de um grupo minoritário. Em geral, a relação que se dá entre esses dois mundos é meramente exploratória, mas de certa forma interdependente. Após a realização de diversas entrevistas com moradores, Macedo (2012) coloca que a comunidade alega que, de forma geral, empresários estabelecem essas barreiras, o que dificulta o processo de comunicação, que acontece quase sempre numa hierarquia vertical, de cima para baixo. Não se quer dizer aqui que a criação dessas barreiras seja algo premeditado, mas que empresários dos setores relacionados ao turismo, em geral apegados ao desejo de gerar proveitos de seus empreendimentos, tendem a estabelecer uma contracultura entre seus subordinados, acreditando (e fazendo acreditar) ser a forma “correta” de trabalhar o atendimento aos turistas vindos de diferentes partes do mundo, muitas vezes prescrevendo um roteiro comum a ser seguido pelos funcionários – no mais das vezes nativos – como forma de “educá-los” para a hospitalidade.

O caso mais significativo, entre as modificações no cotidiano dos moradores, é a marginalização de pescadores e agricultores locais, visto que essas atividades produtivas locais de subsistência têm sido substituídas pelos subempregos gerados pelo turismo. Os moradores locais tendem, ademais, a abandonar suas atividades artesanais ao perceberem que o retorno é muito baixo quando comparado ao aluguel de suas residências para turistas em estações de alta temporada. Em suas pesquisas sobre a realidade da localidade, Macedo (2012) pontua que essas circunstâncias têm causado indignação aos moradores, especialmente quando estes sequer são ouvidos pelo Poder Público, que pouco faz para tornar o processo de ordenamento local mais democrático e participativo. Não bastasse, a população tem se mostrado inquieta e busca se adaptar para entrar no mercado de trabalho, especialmente no setor turístico, como é possível verificar pela criação de duas associações de condutores: NATIVOS e BARRATUR (MACEDO, 2012). Essas associações, formadas e organizadas por moradores nativos da região, vêm explorando o potencial do ecoturismo e guiando turistas em passeios ecológicos, buscando por conscientizar os visitantes acerca da importância do turismo sustentável e do patrimônio natural da região.

Ao discorrer sobre fatores relacionados aos **impactos ambientais**, Soares (2006) explica que

no que diz respeito à cobertura vegetal como fator básico para a proteção do solo, observa-se a redução da vegetação nativa da área da praia, em decorrência da sua retirada para construção de segundas residências e o desmatamento próximo aos cursos d'água, na forma de queimadas, provocando a exposição do solo e seu carreamento pela precipitação pluvial.

Observa-se que, por falta de fiscalização adequada, muitas construções acontecem de forma irregular e em desacordo com o que estabelece o Plano Diretor de Cajueiro da Praia, alimentando, assim, o crescimento desordenado do local. Outro problema que avança com a expansão dos fluxos na comunidade diz respeito ao esgotamento sanitário e à deposição de lixo. Embora essas atividades não sejam vinculadas diretamente aos turistas, tornam-se mais complexas por conta do aumento da população que transita no local, ocasionando, dada a inoperância das políticas públicas de limpeza, desconforto e eventualmente problemas de saúde à população local, que já enfrenta outros desafios a afetar diretamente sua saúde, como a falta de esgotamento e saneamento básico. Diante da seriedade desses impactos na vida local, acumulados no breve espaço de pouco mais que uma década, questiona-se se é possível construir um turismo sustentável sem a existência de uma governança participativa para debater, normatizar e orientar esse processo.

Por conta dessas e tantas outras circunstâncias, moradores da comunidade têm reclamado com veemência da omissão dos órgãos de gestão municipais e estaduais frente aos problemas que marcam as relações sociais do turismo em Barra Grande. A atuação estatal não é inexistente, porém se mostra insuficiente, levando os moradores a alegarem que os órgãos públicos tendem a agir levando em consideração apenas os interesses dos empresários que, por sua vez, acreditam levar evolução e desenvolvimento para o crescimento local pelo simples fato de ofertarem subempregos com renda mínima aos moradores da região (MACEDO, 2012).

É fato que o turismo trouxe uma melhor infraestrutura física a determinadas áreas do local, com a instalação de novos equipamentos e aumento na variedade de serviços. Entretanto, apesar da geração de emprego e renda e da dinamização da economia local, as trocas culturais parecem oferecer mais impactos negativos do que positivos aos nativos, que permanecem como coadjuvantes nesse processo. É importante ressaltar, conforme atesta Macedo (2012), que a teoria do turismo expõe a atividade como instru-

Figura 4.13 Ecos da Barra.
Fonte: Acervo pessoal, 2019





Figura 4.14 Acesso ao mangue.

Fonte: Acervo pessoal, 2019

mento de inclusão social. No entanto, as atuais práticas em Barra Grande têm mostrado resultados contrários. Investir em ações de **educação ambiental, patrimonial e empreendedora** dentro da comunidade receptora do turismo é condição fundamental nesse processo de evolução local.

Deve-se pensar formas estratégicas para alavancar o desenvolvimento sustentável esperado pela comunidade, empresários e gestão pública, a começar pela **democratização da voz** dentro do processo decisório, como nas experiências em outros Estados mencionadas anteriormente. A **gestão participativa** torna legítima toda e qualquer modificação interna, uma vez que esta passa por planejamento, discussão e aprovação coletiva envolvendo todos que participam do desenvolvimento do turismo e do local. A ideia é agir com prudência no intuito de não impactar negativamente a balança econômica, o meio ambiente e os recursos naturais, a cultura e identidade locais, promovendo trocas honestas e responsáveis entre todos os atores envolvidos no processo, em especial, os moradores.

Como forma de estabelecer um eixo estratégico de operação, este trabalho foca na aplicação das proposições de um turismo de base comunitária em Barra Grande como modelo base para um turismo sustentável, considerando os modos de vida locais, as insatisfações e desejos dos moradores e a preocupação com a relação entre os sistemas naturais e antrópicos observados até esta etapa da pesquisa. Busca-se, com isso, dinamizar a economia local em diversas frentes, para que toda a comunidade se beneficie direta ou indiretamente, tenha seu poder aquisitivo aumentado e sua cultura respeitada e valorizada não só pelos próprios moradores, mas também pela classe empresarial, órgãos públicos de gestão e população de visitantes que escolhem a Praia da Barra Grande como destino de viagem.

A proposta é que o turismo seja planejado e gerido pela comunidade de forma horizontal, onde o desenvolvimento local se baseie em iniciativas de ordem institucional, cultural e associativa, pensando na economia de forma sistêmica e evolucionária, porém com bases sustentáveis pautadas em interesses comuns, com especial enfoque para a comunidade de moradores da região.



Figura 4.15 Encontros da Praia.

Fonte: Acervo pessoal, 2019

Figura 4.16 Luminárias da Barra.

Fonte: revivendoviagens.com, 2019





Figura 4.17 Início do passeio do Cavalo Marinho.

Fonte: ICMBio, 2019

Figura 4.18 Pôr do sol na Barra Grande.

Figura 4.19 Perspectivas.

Fonte: Acervo pessoal, 2019



PROPOSIÇÃO

Nesta última seção, serão expostas as etapas finais da elaboração da proposta deste trabalho. Primeiramente, será apresentado o **escopo fundamental do equipamento** comunitário proposto, bem como sua finalidade e os objetivos a serem alcançados com sua implementação. Mais adiante, serão discutidas tanto a **área** sugerida para a construção quanto questões concernentes a **legislação**, passando em seguida pelos conceitos que envolvem a criação do espaço como um todo, assim como a **concepção** das estruturas a serem edificadas e seus principais materiais de construção. Na sequência, serão analisadas as **diretrizes gerais** do projeto, que fundamentam o desenvolvimento do **programa arquitetônico de necessidades**. Por fim, será abordado o **processo de implantação** da arquitetura e a totalidade das edificações e paisagismo geral do equipamento a serem apreciados nos **deseños finais**.

Complexo Ecoar Barra Grande

O Complexo Ecoar Barra Grande, ou Complexo Ecoar BG, será um centro comunitário para a integração e desenvolvimento das diversas potencialidades da Praia da Barra Grande já discutidas anteriormente, como o artesanato, a gastronomia, a construção sustentável, a agricultura familiar, o comércio de base local e o ecoturismo. Unir estas e outras tantas virtualidades locais com uma articulação comunitária de gestão compartilhada aliada à restauração de padrões de sustentabilidade antes vividos pelos habitantes da Barra Grande aparenta ser o resultado manifesto de um somatório de urgências ecoadas pela comunidade em prol de um desenvolvimento sustentável. Além do mais, como já mencionado, o turismo se coloca aqui como agente multiplicador do potencial de outros segmentos. O encontro dessas necessidades pode simbolizar não somente a conquista de um espaço que represente a comunidade local, mas pode também suprir uma demanda latente por um polo de turismo local que permita consolidar a cultura tradicional em todos seus ricos e abundantes aspectos.

O escopo essencial do centro de desenvolvimento comunitário proposto é, pois, a participação da comunidade em todos os processos decisórios relacionados ao desenvolvimento da Praia da Barra Grande, em especial aqueles relacionados às estratégias de políticas do turismo local, principal dinamizador da economia e modos de vida locais.

Propõe-se que o Complexo Ecoar BG seja um espaço de desenvolvimento participativo e integrado, articulado em uma rede comunitária gerida por um núcleo central, organizado democraticamente pelos próprios moradores e associações locais. Também se almeja que o Complexo seja intensamente apoiado pelos governos municipal e estadual, com amplo acesso a programas de ações de incentivo ao turismo e à cidadania promovidos pelo governo federal. Além do apoio do poder público, espera-se encontrar suporte em outras iniciativas de turismo de base local espalhados pelo Brasil e pelo mundo, assim também como em órgãos catalisadores da cultura, da cidadania e do empreendedorismo, a exemplo do Centro Cultural Banco do Nordeste (CCBN), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), do Serviço Social do Comércio (SESC), do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) e tantas outras iniciativas, públicas ou privadas, que possam, de alguma forma, contribuir para o desenvolvimento sustentável da Praia da Barra Grande.

Mapa 5.1 Mapa de fluxos e acessos.

Mapa 5.2 Mapa de uso do solo: domínio.

Fonte: Google Earth alterado pelo autor, 2019

A área

A escolha da área se deu não só pela proximidade com o mar e com o mangue, um dos principais pontos de visitação do ecoturismo local, mas principalmente pela necessidade de proteção, monitoramento e recuperação ambiental da área, a se tornar possível por meio do esforço coletivo da população local em parceria com ONGs, órgãos do poder público e entes privados com interesses de preservação socioambiental. Também é notório o favorecimento da paisagem litorânea no que diz respeito à possibilidade de intensificação do fluxo dos visitantes no local, garantindo à comunidade um destaque competitivo frente ao domínio hegemônico do turismo por parte de investidores não-locais, como evidenciado no mapa de uso do solo (mapa 5.2). Já no mapa 5.1, pode-se observar a relação do vilarejo da Barra Grande com a área escolhida para a implantação do complexo, bem como os principais acessos, fluxos e os equipamentos públicos e espaços de convivência locais.

Ademais, a estratégia proposta para o terreno escolhido dialoga diretamente com temas de interesse do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, abordado adiante no subcapítulo que trata da legislação local. Como resultado dessa interação estratégica e normativa, surgem um conjunto de diretrizes, ações e propósitos que estruturam o que se chama aqui de Complexo Ecoar Barra Grande. Como exemplos dessas ações, podem-se citar a promoção da educação ambiental coletiva para preservação do patrimônio paisagístico, histórico e cultural; a implementação de atividades economicamente viáveis e sustentáveis de geração de emprego e renda; a realização de programas de capacitação profissional em parcerias com órgãos públicos e comunidade civil; a qualificação da mão de obra; e o estímulo para uma gestão compartilhada. Mais adiante, a importância dessas ações ficará mais evidente com a análise dos eixos e diretrizes estratégicas que deram origem ao programa arquitetônico de necessidades.



MAPA 5.1 - LEGENDA:

- Vias de Acesso à Praia da Barra Grande
- Principalmente Vias Internas
- Principais Equipamentos Públicos e Locais de Convivência
- Terreno da Proposta de Intervenção

MAPA 5.2 - LEGENDA:

- Estabelecimentos Comerciais, de Serviço e/ou de Hospedagem em Posse de Nativos ou Moradores
- Estabelecimentos Comerciais e/ou de Serviços em Posse de Não Nativos ou Moradores
- Estabelecimentos de Hospedagem em Posse de Não Nativos ou Moradores
- Terreno da Proposta de Intervenção
- Propriedade Privada



Figura 5.1 Vista aérea do terreno da proposta de intervenção.

Fonte: Dan Deckelbaum, 2017



Mapa 5.3 Orientação solar e direção dos ventos predominantes.

Fonte: Google Earth adaptada pelo autor, 2019

Legislação

Plano diretor municipal

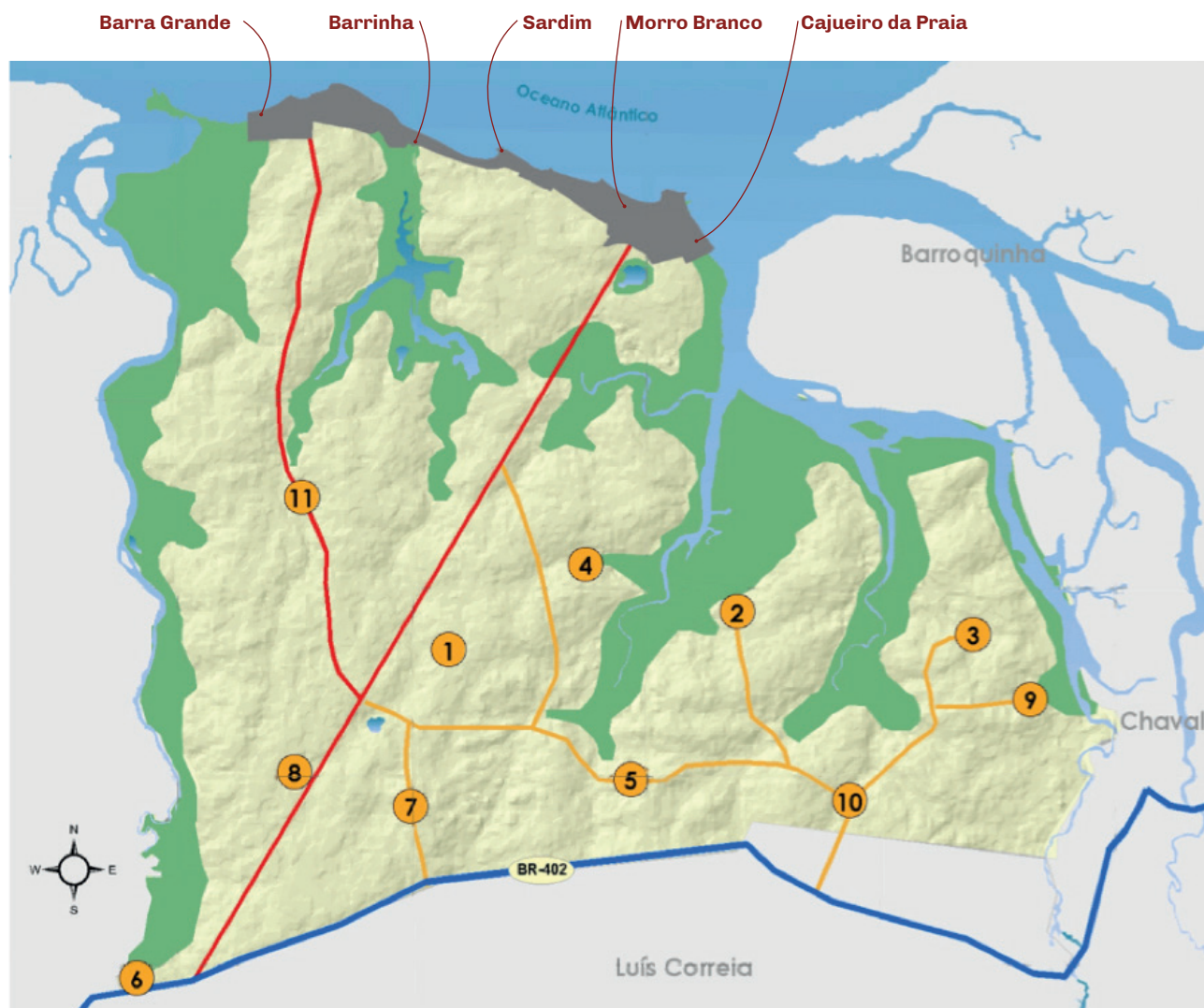
O território do município é formado por áreas integradas que objetivam permitir um planejamento adequado para implementação dos princípios e diretrizes definidos pela Lei Municipal nº 181, de 15 de outubro de 2008, que institui Plano Diretor do Município de Cajueiro da Praia. São instituídas para o município, por meio do Art. 29 do Plano Diretor Municipal, as seguintes áreas integradas: Zona Urbana, Zona Rural e Zona de Urbanização Específica. O terreno designado para implantação da proposta deste trabalho se encontra, como mostra a figura 5.15, em **Zona Rural de Interesse Ambiental** que, conforme o Art. 43 do mesmo plano,

compreende as áreas de APPs – Áreas de Preservação Permanente de manguezais, restingas, dunas, apicum, carnaubal e alagadiços e áreas de amortecimento para preservação destas, e destina-se à preservação das unidades de paisagem natural, podendo abrigar atividades agrícolas de baixo impacto e extrativismo sustentável.

É fundamental, contudo, que tenhamos conhecimento de outros aspectos gerais do Plano Diretor Municipal que tratam dos objetivos, princípios e diretrizes pertinentes ao desenvolvimento municipal, em especial os que apresentam o interesse do município na promoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental, como os expostos no recorte a seguir.

Mapa 5.4 Mapa de organização do território municipal.

Fonte: Adaptado do Plano Diretor Municipal de Cajueiro da Praia de 2008

**LEGENDA:**

- | | |
|---------------------|-------------------------------------|
| 1 Árvore Verde | — Rodovia Federal |
| 2 Boa Vista | — Rodovia Estadual |
| 3 Canto Comprido | — Trechos Locais |
| 4 Canto Grande | ■ Zona Urbana |
| 5 Campina | ■ Zona Rural de Interesse Ambiental |
| 6 Camurupim | ■ Zona Rural de Uso Consolidado |
| 7 Lagoa de São José | ■ Municípios Vizinhos |
| 8 Morada Nova | ■ Hidrografia |
| 9 Praia Branca | |
| 10 Terra Nova | |
| 11 Tocos | |

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE CAJUEIRO DA PRAIA

DO OBJETIVO

Art. 2º. O Plano Diretor de Cajueiro da Praia tem como objetivo central promover o desenvolvimento sustentável e de forma integrada com os municípios do entorno, tendo o turismo de base ecológica e comunitária, a agricultura e a pesca como propulsores da geração de emprego e renda, a partir do uso socialmente justo e equilibrado de seu território, de forma a assegurar para seus habitantes as condições de vida digna e cidadã.

DOS PRINCÍPIOS

Art. 7º. Os princípios norteadores do Plano Diretor são:

V. desenvolvimento sustentável onde as pessoas são o centro das preocupações e têm o direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza;

VI. proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico;

IX. a promoção de ações voltadas à garantia do direito de todos, impedindo ações dos agentes públicos e privados que gerem situações de segregação e exclusão de grupos e comunidades carentes;

X. a incorporação da participação popular como mecanismo intrínseco do planejamento da cidade, utilizando os mecanismos estabelecidos no Estatuto da Cidade, especificamente:

audiências públicas e debates com a participação de associações representativas dos diversos segmentos da comunidade e da população em geral;

publicidade e acesso aos documentos e às informações produzidas.

DAS DIRETRIZES SETORIAIS

SEÇÃO I - DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Art. 8º. São diretrizes para a integração regional:

I. articulação com os organismos externos ao município tendo em vista a participação ativa do governo municipal e da população de Cajueiro da Praia na definição e implantação de programas estratégicos de abrangência regional, de forma a assegurar resultados efetivos para o desenvolvimento sustentável do município;

IV. definição conjunta de objetivos e mecanismos legais para a concretização de parcerias regionais bem como articulação para sua implantação efetiva, envolvendo as administrações municipais e agentes da iniciativa privada.

SEÇÃO II - DO MEIO AMBIENTE

Art. 10º. Constitui ainda diretriz geral para o meio ambiente a promoção e a priorização do saneamento ambiental e da educação ambiental e sanitária, abrangendo todos os grupos sociais e as diferentes faixas etárias.

SEÇÃO III - DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Art. 13º. Visando a promoção do amplo acesso da população a serviços públicos de qualidade relativos à saúde, à educação básica, à segurança pública, à promoção social, à cultura e ao esporte e ao lazer, são diretrizes para o desenvolvimento social:

VIII. fortalecimento da identidade cultural e da auto-estima do cidadão de Cajueiro da Praia;

IX. resgate da cultura local por meio da promoção e incentivo às manifestações culturais, folclóricas e religiosas;

X. definição e implantação de política municipal de promoção social voltada para a população de baixa renda, de forma a permitir o resgate da cidadania, a participação e a inserção social;

Art. 14º. Constitui ainda diretriz para o desenvolvimento social a abertura de oportunidades de acesso dos cidadãos do município à educação profissional para suprir as necessidades do mercado local do turismo sustentável, da agricultura familiar, da pesca e das demais atividades econômicas vocacionadas no município, de forma a promover a geração de emprego e renda.

SEÇÃO IV - DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 15º. A promoção do desenvolvimento econômico sustentável de Cajueiro da Praia dar-se-á, prioritariamente, pelo incentivo ao turismo de base comunitária, à agricultura e à pesca.

Art. 16º. O turismo de base comunitária a que se refere o artigo anterior deverá estar apoiado nas potencialidades locais e preservação do meio ambiente, de forma a privilegiar a inserção social, a geração de emprego e renda e a qualidade de vida do cidadão cajuense.

Art. 17º. São diretrizes para o desenvolvimento do turismo no município:

- incentivo ao empreendedorismo e promoção da capacitação de empreendedores locais, notadamente no campo do turismo ecológico, sustentável, de base comunitária;
- priorização de atividades turísticas compatíveis com a capacidade de suporte do ambiente natural local;
- valorização e incentivo aos empreendimentos turísticos liderados por cidadãos residentes em Cajueiro da Praia, concernentes à cadeia produtiva do setor e que privilegiem a geração de empregos para a comunidade local; promoção de atividades e roteiros turísticos que considerem as potencialidades específicas de Cajueiro e a complementaridade com os produtos ofertados pelos demais municípios da região;

SEÇÃO V - DA URBANIZAÇÃO, DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

Art. 19º. São diretrizes para a urbanização, uso e ocupação do solo:

- preservação das características do meio ambiente urbano das centralidades de Barra Grande, Barrinha e de Cajueiro da Praia, com reconhecimento de três núcleos definidos;
- promoção da expansão ordenada da ocupação e uso do solo por meio da estruturação de eixos de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, econômica e social;
- estruturação de malha urbana integrada, de forma a promover o desenvolvimento das centralidades de Barra Grande, Barrinha e Cajueiro da Praia, visando a harmonia e a integração paisagística da cidade com o seu meio natural;
- ocupação do sítio urbano de forma a considerar as limitações impostas por suas características físico-ambientais, de forma a impedir a deterioração ou desequilíbrio do meio;
- apropriação do espaço urbano de forma a promover o crescimento harmonioso, a mitigação de conflitos e a integração paisagística da cidade com seu meio natural;
- preservação das condições necessárias à permanência das populações tradicionais e à garantia de acesso, circulação e utilização das áreas públicas, notadamente as praias;
- promoção da expansão urbana equilibrada, buscando atender a demanda por novos espaços e a consolidação de áreas urbanas já ocupadas;
- implementação de projetos estruturantes visando dinamizar atividades estratégicas e incentivar melhorias da área urbana;
- estruturação de núcleos de apoio às atividades rurais, buscando fortalecer as características culturais locais e promover a inserção da população nas cadeias produtivas das atividades econômicas estratégicas;

Art. 20º. Visando a promoção da qualificação e da diferenciação das áreas turísticas naturais e construídas do município, são ainda diretrizes para a urbanização, uso e ocupação do solo:

- I. qualificação e diferenciação do uso das áreas turísticas com base em plano estratégico de desenvolvimento do turismo local, adotando soluções integradas à preservação dos recursos naturais, ao tratamento das áreas urbanas e dos espaços reservados ao desenvolvimento de atividades econômicas;
- II. implantação de mobiliário urbano padronizado e de sinalização turística adequada para atendimento à demanda turística.

SEÇÃO VI - DA INFRAESTRUTURA

Art. 26º. São diretrizes para o saneamento ambiental:

- I. promoção de meios alternativos de captação de água para uso residencial, com destaque para o aproveitamento de águas originadas das chuvas, principalmente nas áreas rurais;
- II. disseminação e orientação da população rural quanto à utilização de meios alternativos de purificação da água para o consumo doméstico;
- III. adoção de medidas voltadas a práticas sustentáveis de esgotamento sanitário nas áreas urbanas e rurais.


(Recortes do texto original que trata a Lei Nº 181, de 15 de outubro de 2008 do município de Cajueiro da Praia - PI)

Plano de manejo da APA Delta do Parnaíba


O terreno escolhido para a implantação do Complexo Ecoar Barra Grande, segundo o Plano Diretor Municipal de Cajueiro da Praia (2008), está localizado em uma **Zona Rural de Interesse Ambiental**. O plano não dispõe de uma orientação mais aprofundada sobre as possibilidades de edificação na área, mas apenas diretrizes gerais. No entanto, é sabido que a Praia da Barra Grande, assim como todo o território do município de Cajueiro da Praia, encontram-se inseridos na APA do Delta do Parnaíba.

Respeitando a necessidade e interesse na preservação dos recursos ambientais e patrimoniais locais e atendendo ao objetivo geral do **Plano de Manejo da APA do Delta do Parnaíba** de realizar o ordenamento territorial, serão aqui adotadas estratégias concordantes com as normas pré-estabelecidas para utilização da UC, objetivando a redução de impactos negativos das atividades inseridas na área.

De acordo com o zoneamento proposto pelo Plano de Manejo da APA em questão, o terreno escolhido se encontra inserido em uma **Zona Urbano-Industrial (ZURI)**, cuja finalidade é o ordenamento de áreas com elevado nível de mudança do ambiente natural, onde se estabeleceram trechos já urbanizados ou com condições favoráveis à expansão urbana e onde estão instaladas – ou há potencial para instalação – indústrias. O quadro a seguir resume as principais normas e diretrizes referentes à **ZURI**.



No balanço da maré, cheias e vazantes dos rios, a APA Delta do Parnaíba, localizada na região costeira dos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, protege paisagens singulares, um dos maiores deltas de mar aberto do mundo e outros complexos estuarinos, com ambientes de transição entre Caatinga, Cerrado e áreas Costeiro-marinhas que lhe conferem uma alta biodiversidade, sendo ainda limite de distribuição de espécies amazônicas. A APA possibilita o uso sustentável dos recursos naturais como a pesca, o extrativismo e o turismo, respeitando as culturas e tradições locais.



(ICMBio, 2020)

PLANO DE MANEJO DA APA DELTA DO PARNAÍBA

ZONA URBANO-INDUSTRIAL (ZURI)

NORMAS

69. As atividades permitidas são: proteção, pesquisa, monitoramento ambiental, recuperação ambiental, visitação com alto grau de intervenção, moradia com adensamento populacional, uso direto de recursos naturais, produção agrícola, pecuária, silvicultura e aquicultura, geração de energia, comércio, indústria e mineração, com a implantação da respectiva infraestrutura.

71. É permitida a construção de residências de acordo com os padrões de parcelamento urbano e rural previstos no plano diretor do município ou legislação municipal que estabeleça as diretrizes.

72. É permitida a construção de empreendimentos turísticos de significativo impacto ambiental desde que o processo de licenciamento ambiental apresente projetos de saneamento de esgotos (industriais e domésticos), abastecimento de água e destinação de resíduos sólidos.

São permitidas atividades consideradas de significativo impacto, sem prejuízo do devido processo de licenciamento ambiental, desde que autorizadas pela UC e conforme a legislação vigente.

NORMAS GERAIS DA APA DELTA DO PARNAÍBA

INFRAESTRUTURA

Todas as obras ou serviços de engenharia ou infraestrutura necessários à gestão da UC devem considerar a adoção de tecnologias alternativas de baixo impacto ambiental durante a construção ou reforma, incluindo economia e aproveitamento de materiais, água, energia (aquecimento solar, ventilação cruzada, iluminação natural), disposição e tratamento de resíduos e efluentes, harmonização com a paisagem, de acordo com as diretrizes institucionais vigentes.

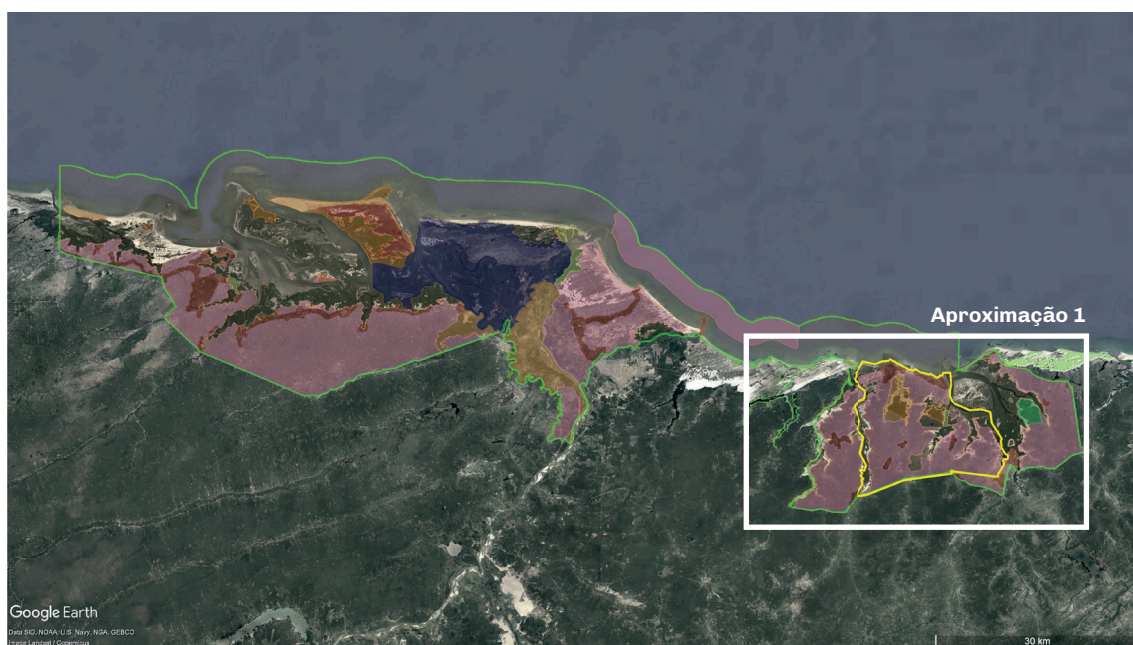
Não é permitido o lançamento de efluentes sanitários a céu aberto, evitando a contaminação do solo e dos recursos hídricos.

LEGENDA:

- Zona de Conservação - ZC
- Zona de Uso Restrito - ZUR
- Zona de Uso Moderado - ZUM
- Zona de Uso Comunitário - ZUC
- Zona Urbano-industrial - ZUI
- Zona de Infraestrutura - ZI
- Zona de Produção - ZPR
- Zona de Sobreposição - ZST



APA do Delta do Parnaíba



Zoneamento da APA

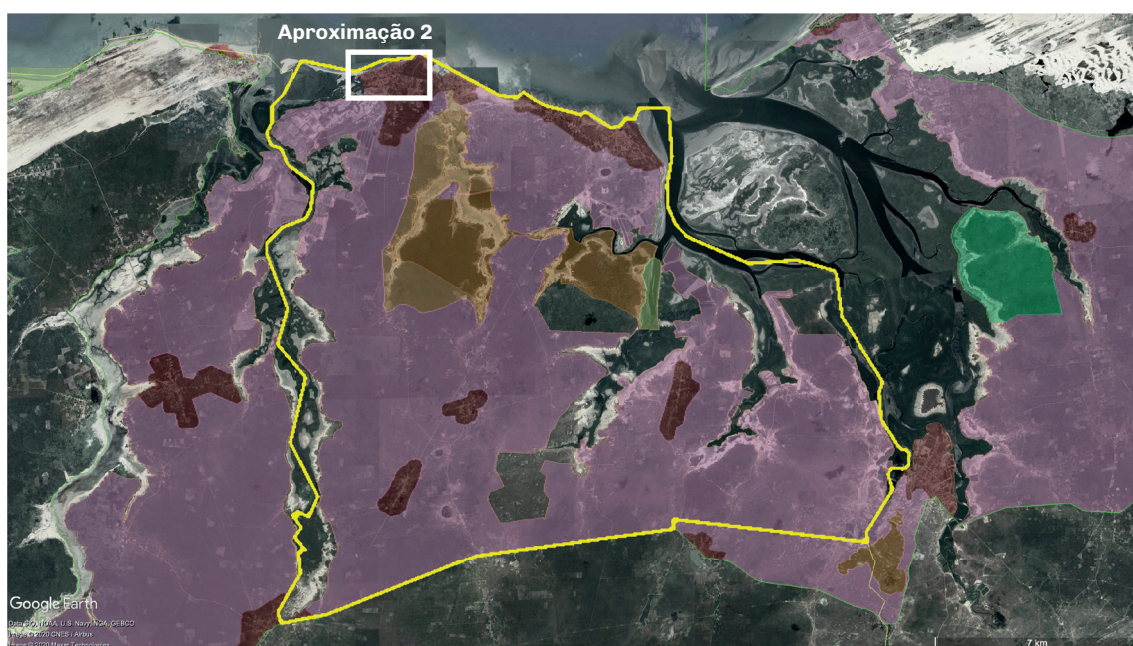
Mapa 5.5 APA do Delta do Parnaíba.

Mapa 5.6 Zoneamento da APA.

Mapa 5.7 Aproximação I: Zoneamento de Cajueiro da Praia.

Mapa 5.8 Aproximação II: ZURI de Barra Grande.

Fonte: ICMBio, 2019



Aproximação 1: Zoneamento de Cajueiro da Praia



Aproximação 2: ZURI de Barra Grande

Concepção

Este projeto busca atender uma demanda por uma comunidade mais inclusiva na Praia da Barra Grande. A proposta é oferecer à localidade um espaço de desenvolvimento e integração comunitária que faça parte do cotidiano dos moradores, nativos e visitantes, tornando-se, ainda, referência regional na valorização dos bens naturais e culturais.

O prefixo “eco” faz referência tanto ao eixo sócio-educativo-ambiental de ecodesenvolvimento, ou desenvolvimento sustentável, conceito já debatido anteriormente, quanto às demandas da comunidade local por voz e participação nas decisões concernentes à administração da Barra Grande. O projeto proposto, que busca nutrir o senso de pertencimento da população com o local, tem em seu cerne a necessidade de ser parte da comunidade desde sua concepção até eventual replicação em comunidades vizinhas.

Nesse contexto, o projeto propõe o uso de materiais de construção e técnicas construtivas comuns à comunidade, possibilitando, também, que sejam oferecidos cursos de capacitação e formação em bioconstrução nesse estágio do processo de implementação. Além do mais, o complexo tem um caráter expositivo, visto que diferentes técnicas construtivas são aplicadas nas edificações espalhadas ao longo dos mais de 55.000 m² de área do complexo. Dessa forma, os moradores podem compreender como simples técnicas construtivas podem ser aplicadas de diferentes maneiras na construção. Alguns exemplos dos principais materiais comuns às construções locais utilizados no projeto são o barro, a madeira e a palha.

O projeto tem como conceito norteador o encontro. As aberturas físicas e visuais do local geram um núcleo de convivência para a comunidade e visitantes, criando espaços de intercâmbio cultural e redes de conexão. Os visitantes serão acolhidos para vivenciar a cultura dos moradores, conhecer as tradições e saberes populares, trocar experiências e saberes, adquirir produtos artesanais da região e conhecer mais da gastronomia local, além de descobrir novos roteiros turísticos propostos pelos moradores. Estes, além dos benefícios das trocas culturais, geração e distribuição de renda, cursos, oficinas, palestras e capacitações, também terão o local como referência de lazer, descanso e diversão.

A proposta sugere uma implantação de baixo gabarito, adequando-se aos modos de construção local e mantendo a relação da linguagem arquitetônica entre as diferentes edificações e atividades existentes no programa arquitetônico. Ademais, a construção buscará respeitar o entorno natural e construído do qual fará parte.

As edificações propostas servirão de base para o início de uma articulação comunitária envolvendo práticas de gestão de empreendimentos sociais, administração mercadológica e trabalho comunitário. Contudo, os moradores terão espaço para o desenvolvimento de futuros empreendimentos sociais voltados para o interesse comum, conforme suas necessidades se modificam ao longo do tempo.

Como partido, propõe-se para os acessos e fluxos internos, o uso de formas orgânicas e livres, aproveitando-se das formas naturais preexistentes e dando novas intenções estéticas à paisagem. Para as estruturas, prevaleceu o uso de formas orgânicas permitidas pelo uso do barro, material abundante no município. Para espaços internos, são propostos layout básico essencial e setorizações, afinal, cabe à comunidade, mestres do local, entender a necessidade comum e efetuar alterações ao longo da vida dos espaços, adequando-os às suas conveniências e transformações do tempo.

Para a região central do complexo, para onde os caminhos confluem, propõe-se uma maloca central como área multiuso de vivências coletivas, a exemplos de eventos, reuniões e exposições. Além disso, a arquitetura prevê o uso de materiais de construção de baixo impacto ecológico, energias renováveis e da implantação de sistemas sustentáveis que possam ser reproduzidos nas casas dos moradores, a exemplo das bacias de evapotranspiração e das soluções para o reaproveitamento de água.

Ainda no contexto ambiental, um plano de vegetação assegurará a proteção de solos mais vulneráveis ao mesmo tempo em que contribui para o valor paisagístico de impacto visual e de benefícios associados ao conforto térmico e à proteção do ambiente natural. Sistemas agroflorestais e uma horta comunitária, além de estimularem a preservação dos solos gerando renda para os moradores, atende a uma ascendente demanda local de verduras, frutas e legumes frescos.

Diretrizes de projeto

O território é um fator de identidade, de fortalecimento de vínculos e de autoafirmação das comunidades que, por meio dele, se reconhecem e se reproduzem socialmente, assim garantindo a continuidade de seus saberes e de sua história (CAPPUCCI, 2016).

O Complexo Ecoar BG busca desenvolver o potencial social da população local, para que esta atue como protagonista em seu próprio desenvolvimento enquanto comunidade. Sendo assim, a criação de um equipamento comunitário busca alimentar a autonomia individual e coletiva, possibilitando uma melhor articulação comunitária e consequente aumento da governabilidade e domínio local por parte dos moradores.

Com base nisso e nos objetivos centrais expostos nos capítulos anteriores, foi desenvolvido um programa arquitetônico de necessidades pensado para abrigar atividades de fomento ao desenvolvimento da **autonomia individual e coletiva**, a **sustentabilidade** e a **igualdade** – atividades estas que figuram como diretrizes estratégicas desse projeto.

O quadro a seguir expõe a relação entre estes três eixos estratégicos mencionados, as necessidades individuais e coletivas identificadas nesta pesquisa, aqui agrupadas por proximidade ou relação direta, e os principais objetivos globais a serem alcançados nos âmbitos econômico, sociocultural e ambiental deste projeto.



AUTONOMIA

NECESSIDADES IDENTIFICADAS

Capacidade de articulação política

Capacitação profissional

Educação emancipatória

Gestão participativa e compartilhada

Suporte de capital social

Transparência e comunicação

OBJETIVOS

Promover o protagonismo comunitário por meio da capacitação profissional e do desenvolvimento de potenciais competitivos.

Fomentar práticas de gestão democrática e o fortalecimento político das associações garantindo efetividade na luta contra o poder hegemônico de produção do espaço.



IGUALDADE

Competitividade de mercado

Cooperação comunitária

Equidade social

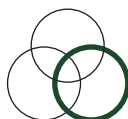
Estabelecimento de vínculos de pertencimento

Integração social e intercâmbio cultural

Melhoria da distribuição de renda

Provocar o empoderamento social por meio da articulação comunitária em redes democráticas de associação e cooperação.

Conferir acesso à informação, aos serviços e aos programas e ações direcionados ao benefício individual e coletivo.



SUSTENTABILIDADE

Acessibilidade

Conservação da biodiversidade

Promoção da saúde social e ambiental

Uso da força de trabalho local

Uso de materiais locais e energias renováveis

Valorização da cultura local e suas tradições

Valorizar e promover o amplo desenvolvimento da identidade cultural, das tradições e da ecologia dos saberes.

Estimular o desenvolvimento endógeno sustentável suportado por luta política e de emancipação.

Fomentar a apropriação responsável do espaço, dos recursos e materiais oferecidos localmente.

Programa de necessidades

Para fins de agrupamento das atividades a serem realizadas na proposta do Complexo Ecoar BG, dividiu-se o programa em três principais subgrupos que se interconectam diretamente com o analisado nas diretrizes, necessidades e objetivos definidos no quadro anterior. São eles: capacitação (associação, educação e empreendedorismo), integração (vivência, comércio, lazer e cultura) e gestão comunitária (voz e participação). Ademais, o espaço também contemplará um plano de vegetação que não somente auxiliará na proteção das dunas e áreas mais próximas ao mar, mas também agregará ao local um maior conforto térmico e diferencial paisagístico.

O diagrama a seguir ilustra a relação entre os eixos estratégicos e os subgrupos a serem trabalhados dentro do programa arquitetônico de necessidades.

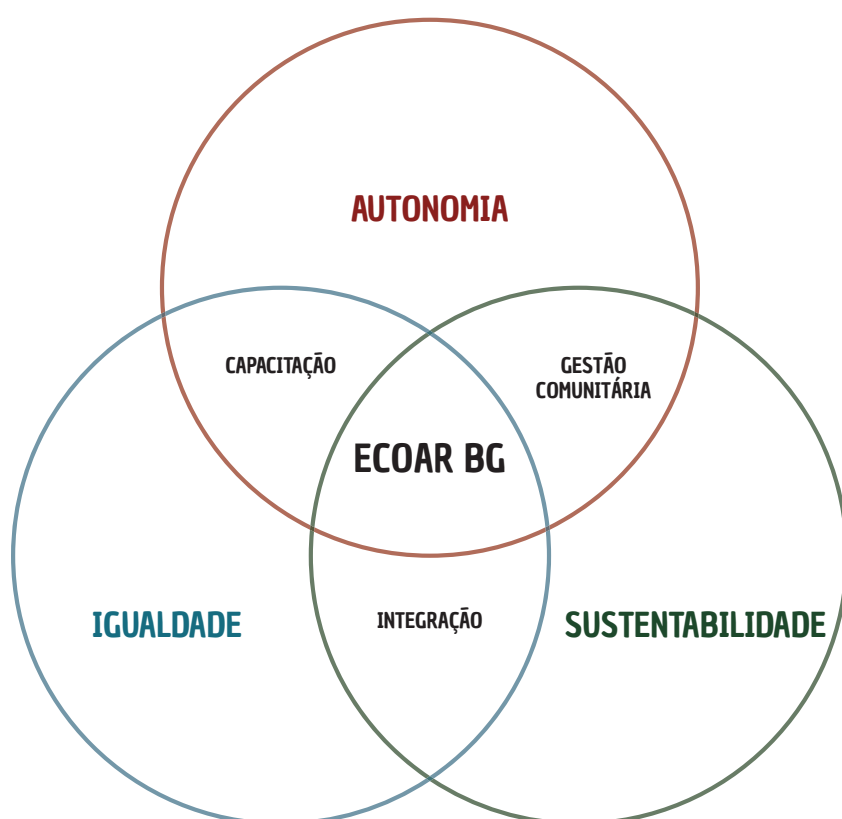


Figura 5.2 Diagrama de diretrizes e eixos projetuais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

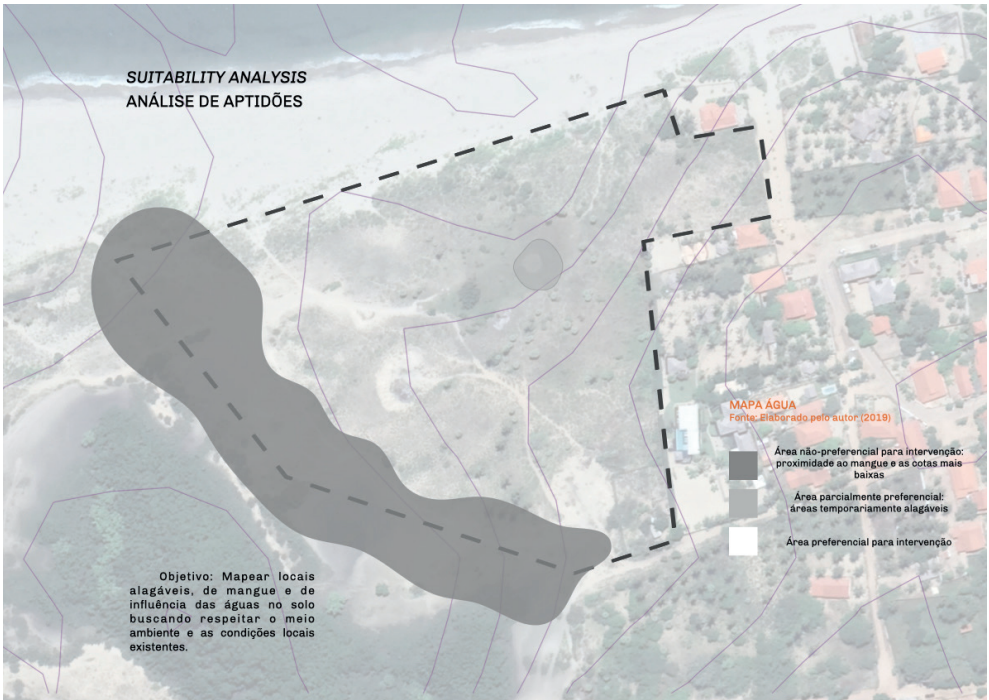
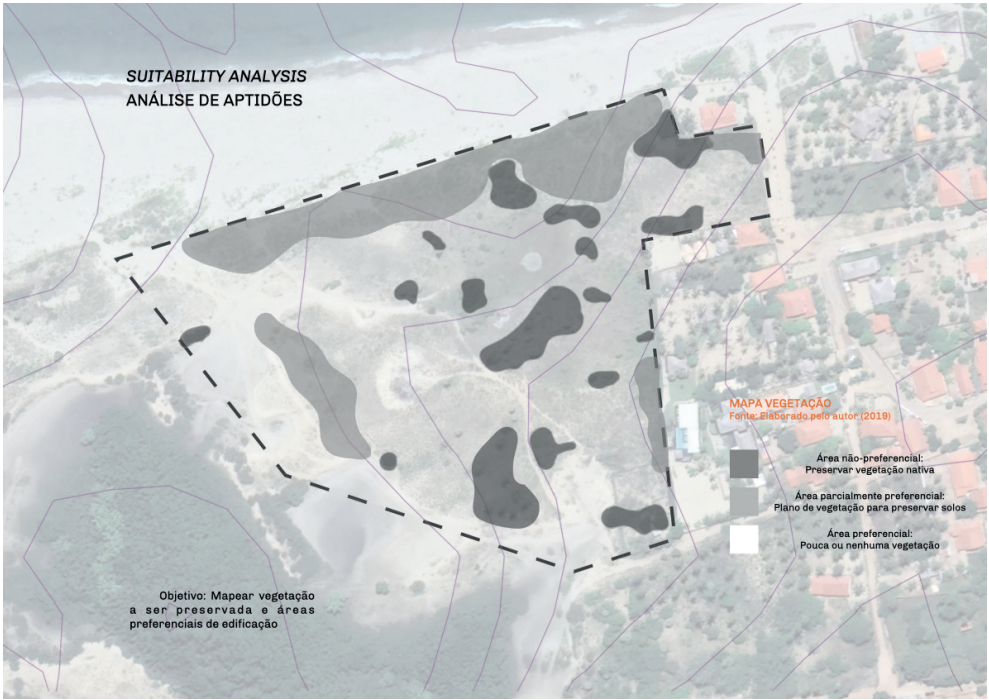
Gestão Comunitária		Área (m²)	
	Administração	10	
	Arquivo	6	
	Convivência	125	
	Copa	14	
	Empréstimo	9	
	Espaço trabalho cooperativo	85	
	Sala da Assembleia	45	
	Sala de Reunião	23	
	Vestiários / BWC	34	
Capacitação		Área (m²)	
	Administração	10	
	Almoxarifado	9	
	Auditório	92	
	Banco de sementes	150	
	Biblioteca	105	
	Compostagem	15	
	Copa	12	
	Hortas	2400	
	Oficina cozinha regional	56	
	Oficina de dança e expressões	70	
	Rádio ECOAR	43	
	Sala multiuso	35	
	Salão multiuso	160	
	Vestiários / BWC	37	
Integração		Área (m²)	Total (m²)
	Academia comunitária	65	
	Anfiteatro	130	
	Armazenamento Hortifruti	28	
	BarrOCA	175	
	Camara fria	19	
8	Artesanato	43,5	348
12	Cozinha regional	12,75	153
	Despensa	9	
	DML	5	
15	Hospedagem	65	975
	Playground	100	
	Portal do Ecoturismo	125	
	Preparo Alimentação	19	
	Preparo Hortifruti	37	
	Vestiários / BWC	145	

Processo de implantação

Para decisões relacionadas à implantação da proposta de intervenção, foi utilizado o método de **Suitability Analysis** descrito por **Ian McHarg** em sua publicação *Design with Nature* (1992, p.31-41). A metodologia é aplicada por meio da superposição de mapas que podem investigar desde questões geomorfológicas e ambientais a questões econômicas e sociais de um sítio, e também é utilizada para determinar a adequação de dada área para usos específicos, baseando-se em critérios estabelecidos em acordo com as dinâmicas próprias de cada localidade.

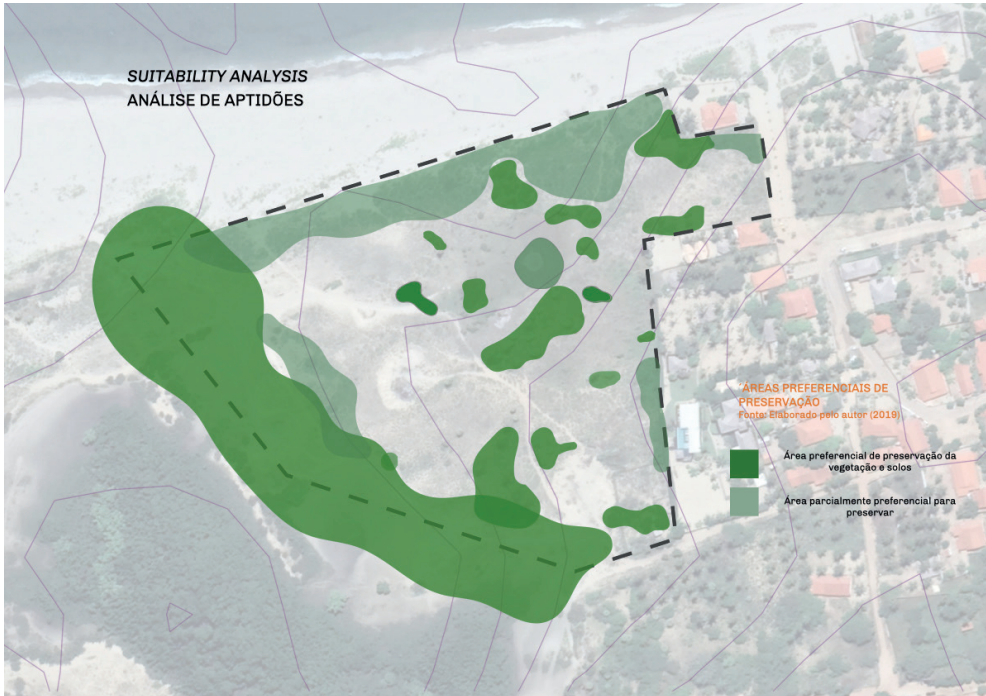
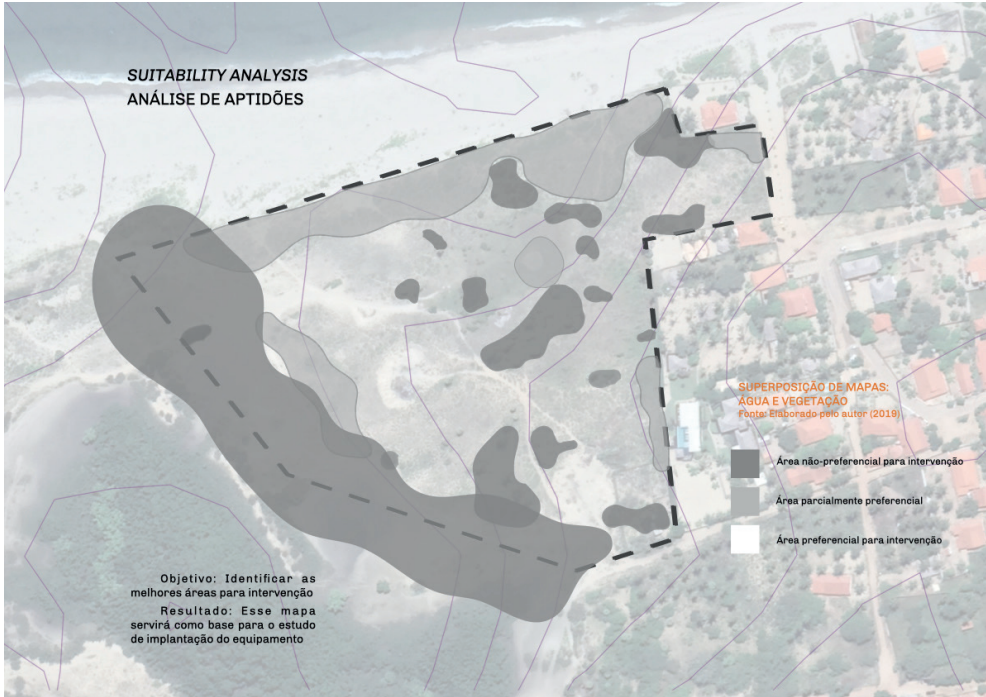
Sobre o terreno selecionado, foram gerados mapas com base em levantamentos cartográficos distintos, como relevo, água e vegetação. Em seguida, foram superpostos digitalmente em transparência, a fim de identificar os melhores espaços para alocação das atividades propostas pelo programa de necessidades.

Na sobreposição dos mapas se revelam as áreas ideais para construir, apontando as manchas mais claras para lugares mais propícios para edificação, enquanto as mais escuras, consequentemente, como os locais menos favoráveis para edificar. A escolha dos locais que abrigarão as diferentes edificações propostas para o Complexo Ecoar BG deu-se majoritariamente com base no agrupamento de atividades propostas pelo programa arquitetônico de necessidades. Além disso, também foram consideradas as potencialidades e fragilidades paisagísticas, permitindo assim uma distribuição das atividades de forma a impulsionar as qualidades do local e reduzir a fragilidade dos espaços mais suscetíveis, garantindo a estes uma requalificação de uso.



100m

Mapa 5.9 Mapa de vegetação.
Mapa 5.10 Mapa de água.
Fonte: Google Earth alterado pelo autor, 2019



Mapa 5.11 Superposição de mapas de vegetação e água.

Mapa 5.12 Áreas de preservação.

Fonte: Google Earth alterado pelo autor, 2019



100m

LEGENDA

- Preservação
- Integração
- Capacitação
- Gestão Compartilhada

Mapa 5.13 Estudo de setorização.
Fonte: Google Earth alterado pelo autor, 2019

Projeto

Masterplan



LEGENDA

- 1. As Caixas do Mirante
- 2. Bloco de Capacitação
- 3. Barroca
- 4. Central de Artesanato
- 5. Mercado
- 6. Casa Comum
- 7. Hospedagens
- 8. Portal do Ecoturismo
- 9. Composteira
- 10. Bacia de Evapotranspiração
- 11. Banco de Sementes
- 12. Hortas
- 13. Agrofloresta
- 14. Banheiros
- 15. Estacionamentos
- 16. Bacia de Evapotranspiração
- 17. Anfiteatro do Bosque
- 18. Academia e Brinquedos

- Deck de Madeira
- Terra Batida
- Concreto Drenante
- Bosque Central



1 As Caixas dos Mirantes

Os 03 mirantes (do Nascente, do Poente e do Mangue) não somente sustentarão os reservatórios de água potável e de captação pluvial que abastecerão o Complexo, mas presentearão moradores e turistas com belas vistas panorâmicas de todo o vilarejo. Essa união entre funcionalidade e produto turístico baseado em rotas cênicas pode contribuir para a consolidação de uma identidade arquitetônica de Barra Grande, uma vez que a utilização de caixas d'água como pontos de observação já é uma realidade em alguns estabelecimentos locais.

9 As Hortas Comunitárias e os Sistemas Agroflorestais

Estes espaços coletivos almejam combinar diferentes objetivos de capacitação, integração e gestão compartilhada. Além da geração e distribuição de renda permitida por meio do cultivo e distribuição da produção agrícola, as plantações também servirão como canteiro-escola, onde moradores e demais interessados poderão aprender sobre técnicas de cultivo, de segurança alimentar, de administração pessoal e coletiva e outros assuntos relacionados.

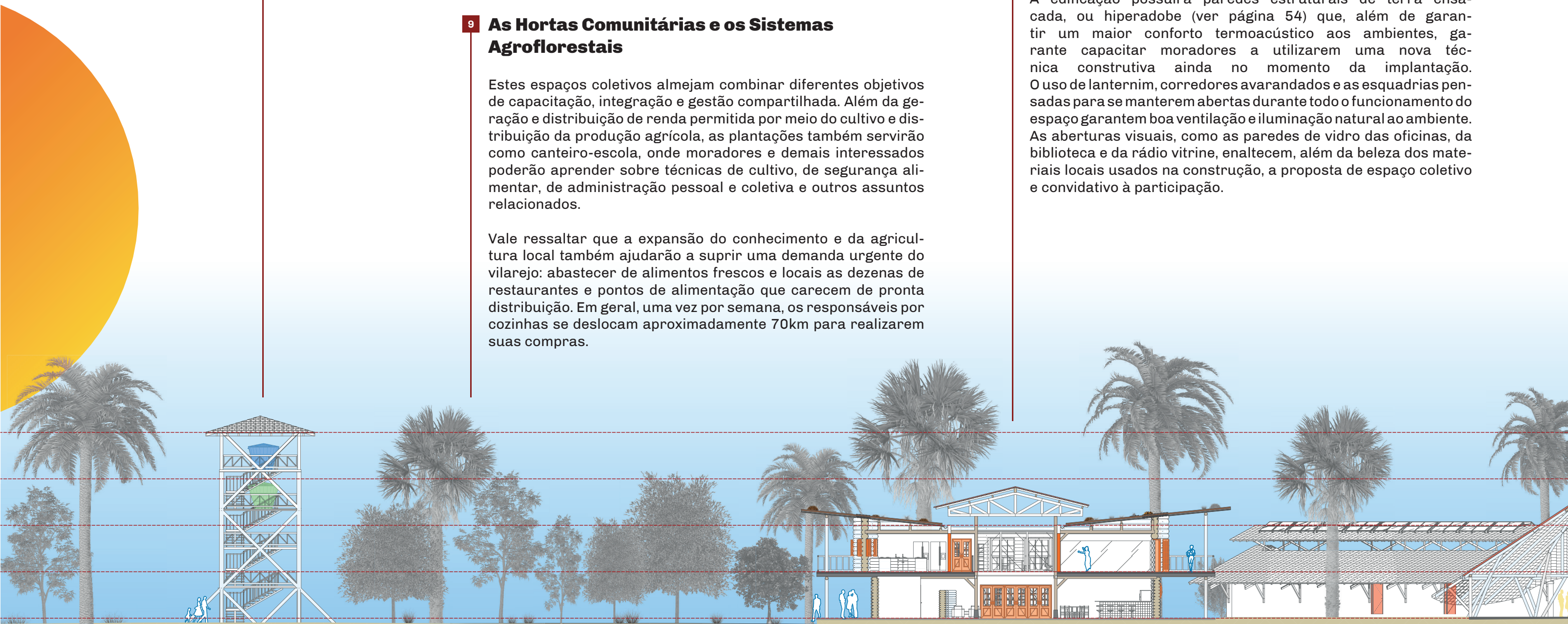
Vale ressaltar que a expansão do conhecimento e da agricultura local também ajudarão a suprir uma demanda urgente do vilarejo: abastecer de alimentos frescos e locais as dezenas de restaurantes e pontos de alimentação que carecem de pronta distribuição. Em geral, uma vez por semana, os responsáveis por cozinhas se deslocam aproximadamente 70km para realizarem suas compras.

2 Bloco de Capacitação

A proposta do espaço é criar um centro de referência de capacitação e estudos para a comunidade. A estrutura abriga um grande auditório, sala multiuso, oficina de cozinha regional, oficina de dança e expressão, e uma biblioteca, além de ser casa do principal veículo de comunicação do complexo: a rádio comunitária.

A Radio Ecoar é uma proposta de interação entre moradores, visitantes, investidores locais e poder público. O principal objetivo é, claro, fazer com que a comunidade seja ouvida e que tenha uma fonte local de informações. Além de informar o público com imparcialidade política, a rádio visa propor uma aproximação maior entre as pessoas, entretê-las e estimular o crescimento local através do conhecimento compartilhado.

A edificação possuirá paredes estruturais de terra encadada, ou hiperadobe (ver página 54) que, além de garantir um maior conforto termoacústico aos ambientes, garante capacitar moradores a utilizarem uma nova técnica construtiva ainda no momento da implantação. O uso de lanternim, corredores avarandados e as esquadrias pensadas para se manterem abertas durante todo o funcionamento do espaço garantem boa ventilação e iluminação natural ao ambiente. As aberturas visuais, como as paredes de vidro das oficinas, da biblioteca e da rádio vitrine, enaltecem, além da beleza dos materiais locais usados na construção, a proposta de espaço coletivo e convidativo à participação.



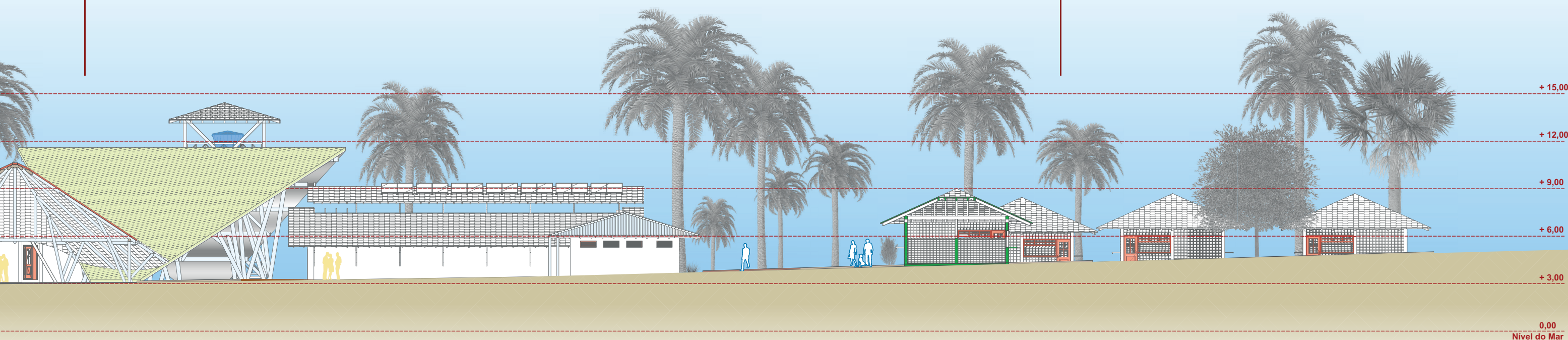
3 A Barroca

A oca da Barra é o espaço mais ao centro do Complexo, onde todos os caminhos se encontram. O local, que por seu grande destaque visual propende a se tornar referência para todo o vilarejo, também servirá para abrigar eventos, mostras, exposições, assembleias e reuniões ou qualquer atividade que demande de espaço aberto, amplo e ventilado.

4 Central de Artesanato

O corredor do artesanato propõe um passeio pela arte e cultura tradicionais de Barra Grande. Erguidos sobre o deck de madeira que se estende ao longo da central de artesanato e permeando todo o Complexo estão os módulos do artesanato. A proposta sugere que as paredes sejam construídas em taipa (ver página 52), resgatando simples padrões construtivos locais que são aos poucos esquecidos. A cobertura terá longos beirais para proteger das intempéries não apenas os usuários, mas também as paredes de barro da edificação. Aproveitando a abundância da palha na região e a habilidade dos locais com esse tipo de material, este será o material utilizado para cobrir os módulos.

Os caminhos sinuosos que permeiam a central aguçam nos usuários a curiosidade e o interesse por circular livremente pelos caminhos que serpenteiam a paisagem. A qualidade artística dos artesão, rendeiras, carpinteiros, pintores e toda classe artística da Praia da Barra Grande fará com que os corredores se tornem coloridos e cheios de vida, criando ali uma zona de intensa circulação.



O local é segmentado em duas edificações, conectadas por um teto jardim, que proporciona um maior conforto térmico aos ambientes. A cobertura chama a atenção não só de moradores e usuários do Complexo, mas de todos que passeiam pela orla e poderão avistar, mesmo a uma grande distância, a pungente cobertura em forma de pipa verde, fazendo referência ao esporte que, anualmente, atrai centenas de turistas ao vilarejo: o kitesurfe.

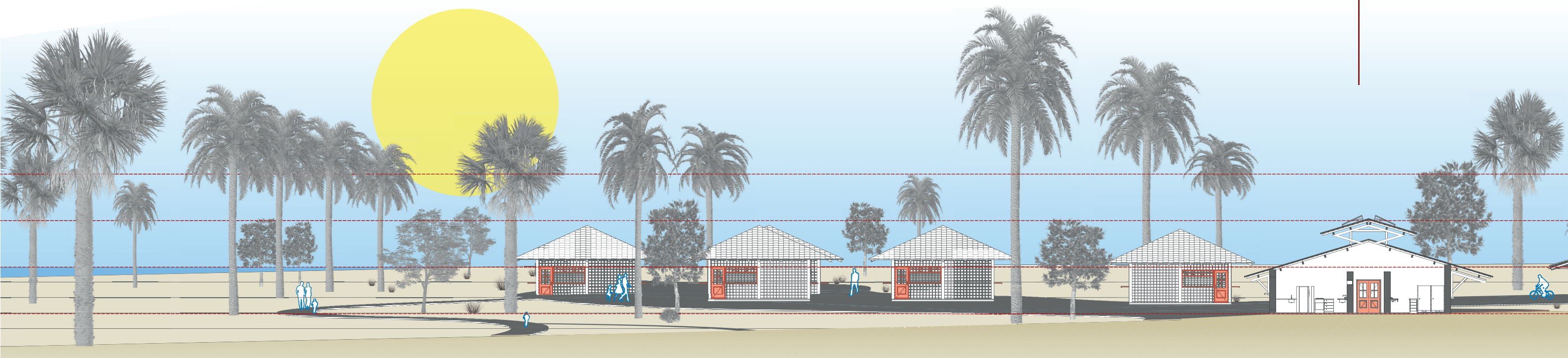
O mercado incorporará, ao norte, cozinhas regionais e, ao sul, o mercado de hortigranjeiros. Distribuídas em 12 módulos, as cozinhas regionais estão voltadas para o norte, portanto, para o mar. Ali, usuários poderão apreciar a boa gastronomia local enquanto apreciam toda a orla da Barra Grande.

O afastamento dos blocos edificados permite a permeabilidade visual e de fluxos dos usuários, causando ainda, a sensação de atravessamento de portal ao cruzar a área coberta pelo teto verde.

No lado sul das edificações - o lado que se conecta com o interior do Complexo - estarão distribuídos os feirantes do mercado da Barra. Na ala leste, ocorrerá a comercialização de produtos agrícolas produzidos nas hortas comunitárias ou na residência dos moradores, enquanto na oeste, o espaço é para pescadores e granjeiros locais. A determinação das alas foi baseada na direção dos ventos predominantes.

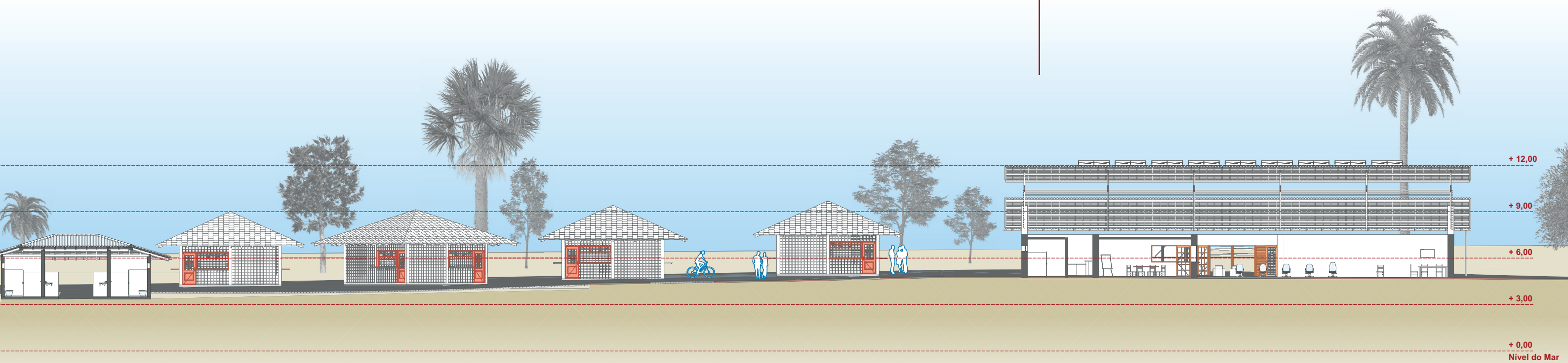
Vale ressaltar que as edificações possuem corredores centrais para a operacionalização dos serviços internos, que envolvem higienização, armazenamento e pré-preparo dos alimentos vendidos no mercado.

Além de qualidade estética na construção, as paredes estruturantes de COB (ver página 56) propostas visam proporcionar maior conforto térmico para os ambientes internos. Ademais, as edificações possuirão lanternim para permitir a ventilação natural, refrescando o ambiente, e agindo como exaustor natural para eliminação de odores das cozinhas e áreas de higienização e pré-preparo de alimentos, além, claro, de permitir adequada incidência luminosa em todo o espaço durante o dia. Placas solares serão instaladas para suprir a utilização de energia para refrigeração de hortigranjeiros acondicionados nas câmaras frias e áreas de armazenamento, bem como para fornecer energia para iluminação de áreas comuns e sistemas de irrigação.

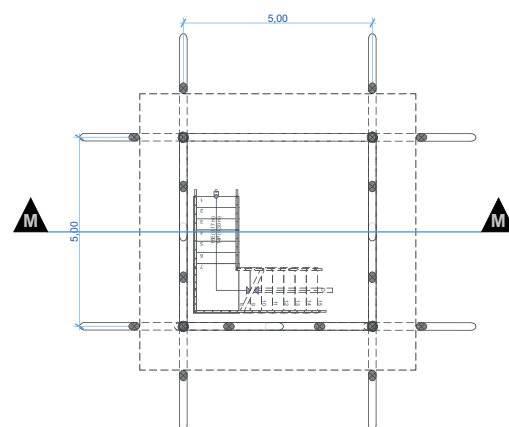


6 A Casa Comum

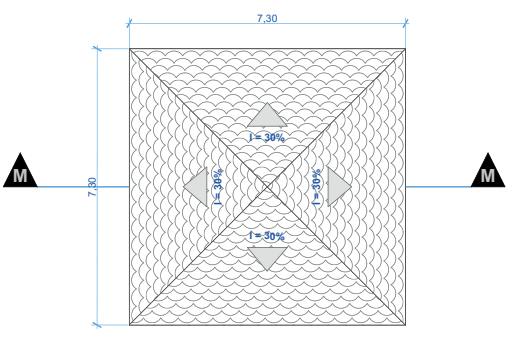
Este bloco servirá para abrigar o trabalho cooperativo das associações, que nele encontrarão espaços de trabalho colaborativo e com um núcleo de suporte comunitário. A proposta é que nesta edificação, as associações encontrem postos de trabalho e locais de organização onde possam melhor estruturar suas ações e serviços. Além do mais, o núcleo de gestão poderá articular novas estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável local. Para tal, foram propostos diversos espaços de vivência e salas de reuniões para pequenos e grandes grupos, como no caso da Sala da Assembleia, pensada para alimentar o sentimento de fortalecimento comunitário. A sala de empréstimos servirá como uma grande despensa de materiais de uso comum (ex.: furadeira, motosserra, roçadeira). O arquivo ajudará a manter organizada a história das associações de moradores, das atividades do Complexo e, conseqüentemente, do desenvolvimento da Praia da Barra Grande.



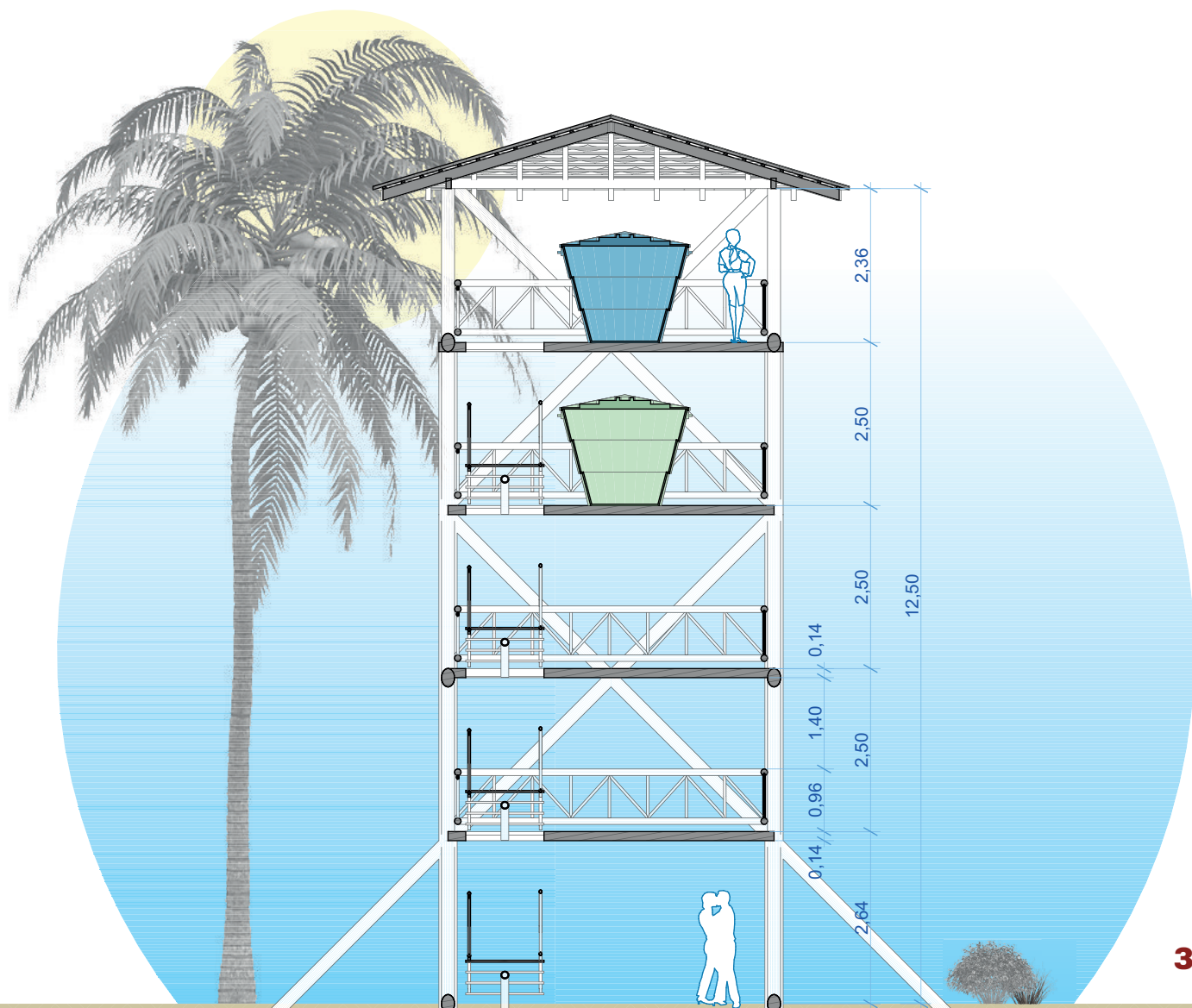
1 As Caixas dos Mirantes



1 Planta Baixa Térreo
Escala 1:200



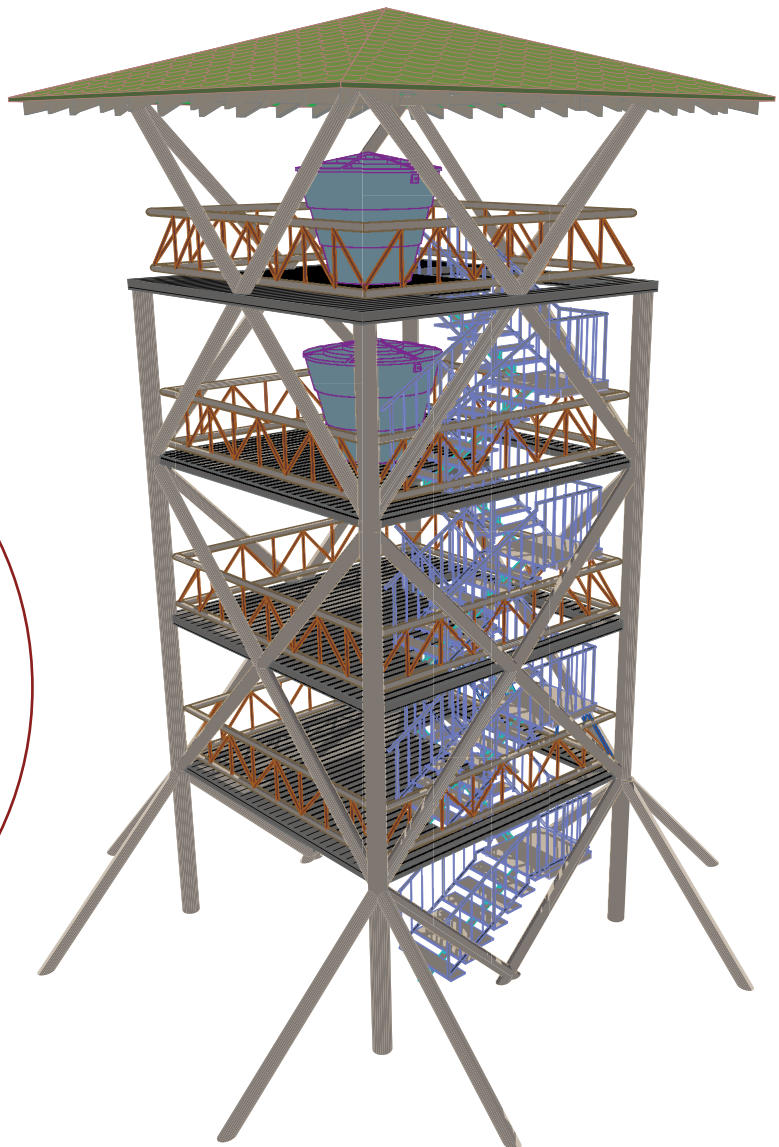
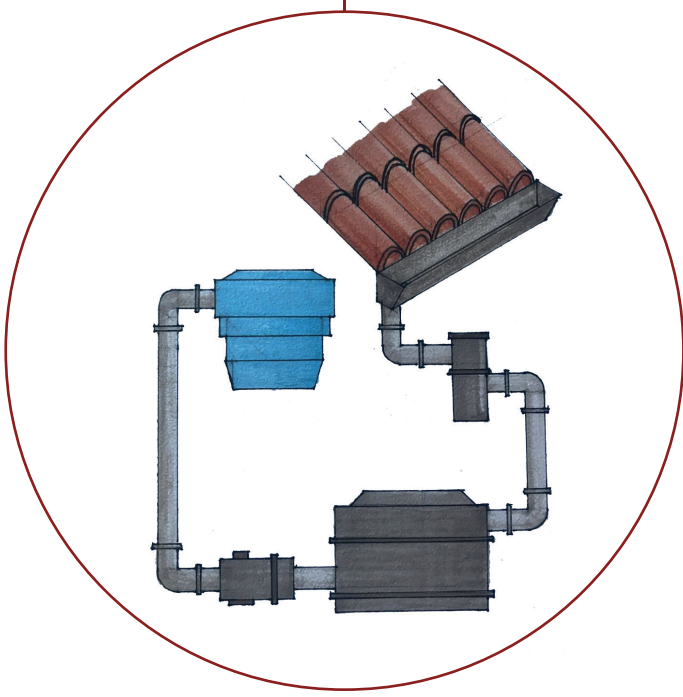
2 Planta de Cobertura
Escala 1:200



3 Corte MM
Escala 1:200

Captação de Águas Pluviais

As edificações que possuem sistema de captação de águas pluviais se conectarão a um modelo simples de recepção, filtragem e bombeamento da água filtrada para os reservatórios localizados nos mirantes, que destinam as águas de reuso para banheiros e regas da vegetação.



4 Perspectiva
Sem Escala



2 Bloco de Capacitação

- LEGENDA**
1. Salão das vivências

2. Copa

3. Administração

4. Almoxarifado

5. BWC PcD

6. BWC / Vestiário

7. Auditório

8. Hall

9. Rádio comunitária Ecoar

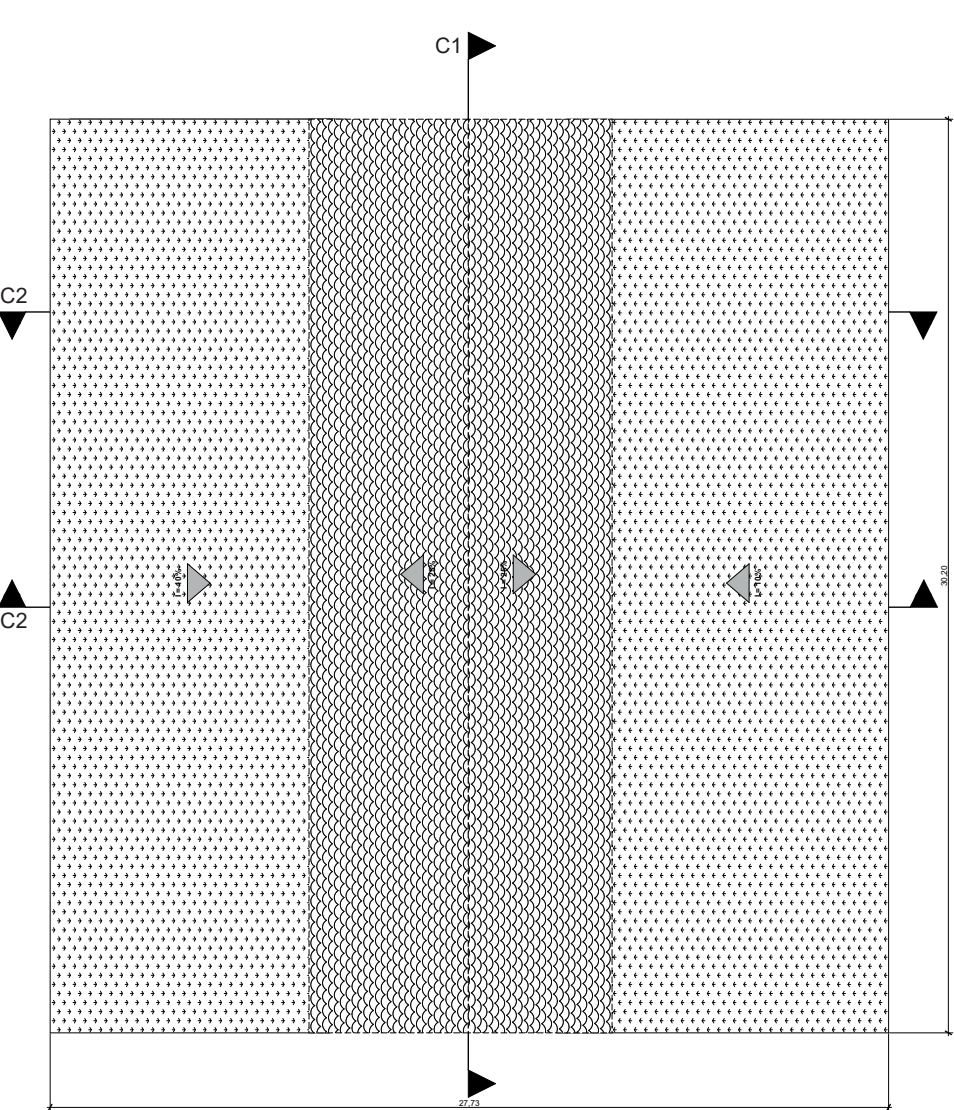
10. Oficina de dança e expressão

11. Biblioteca

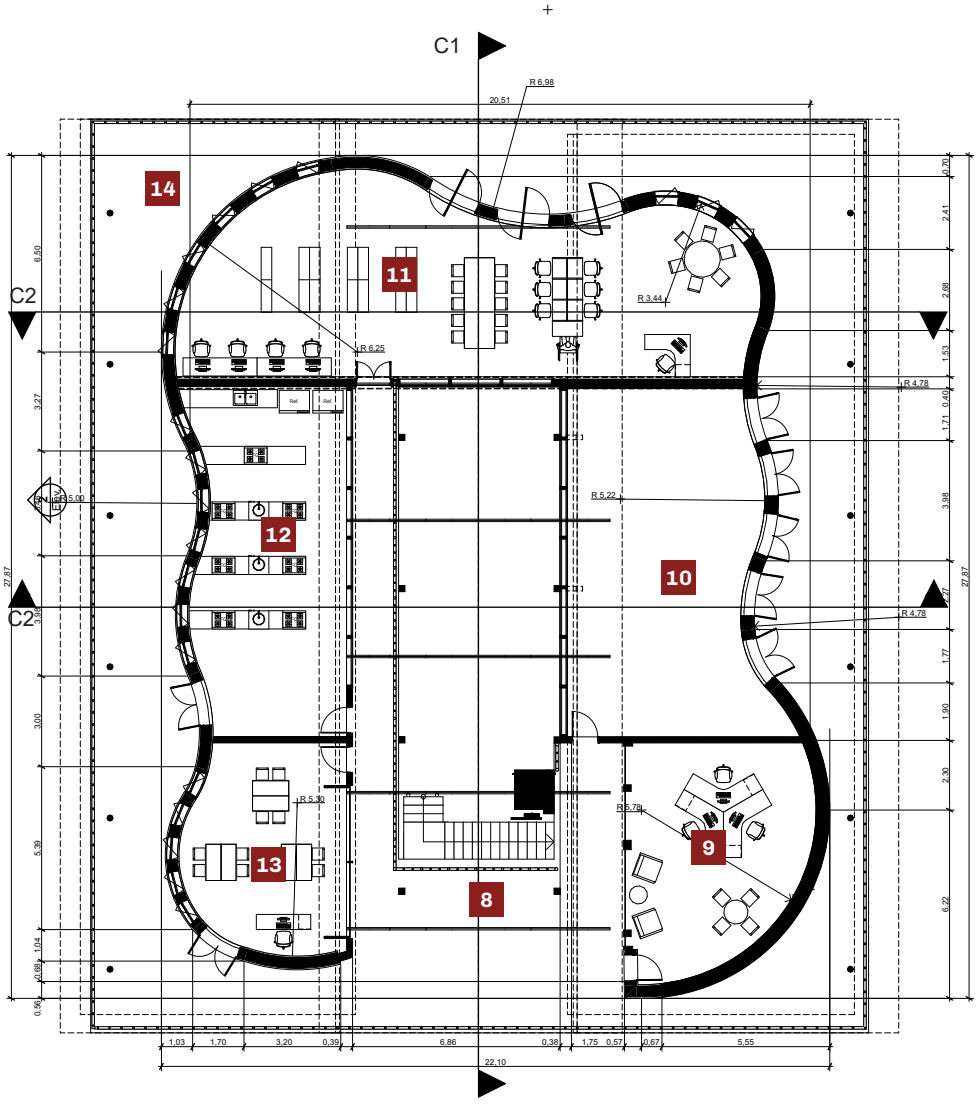
12. Oficina cozinha regional

13. Sala multiuso

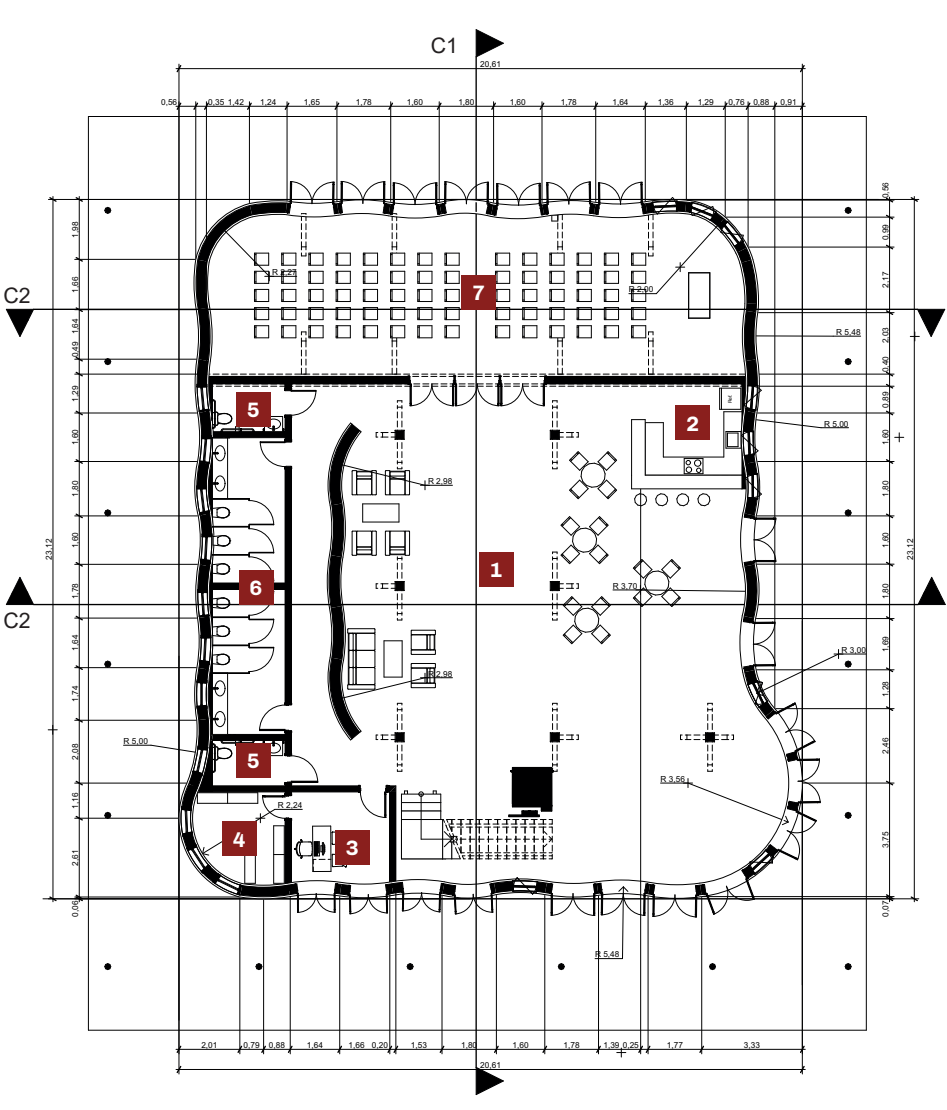
14. Varanda



1 | Planta de Cobertura
Escala 1:250

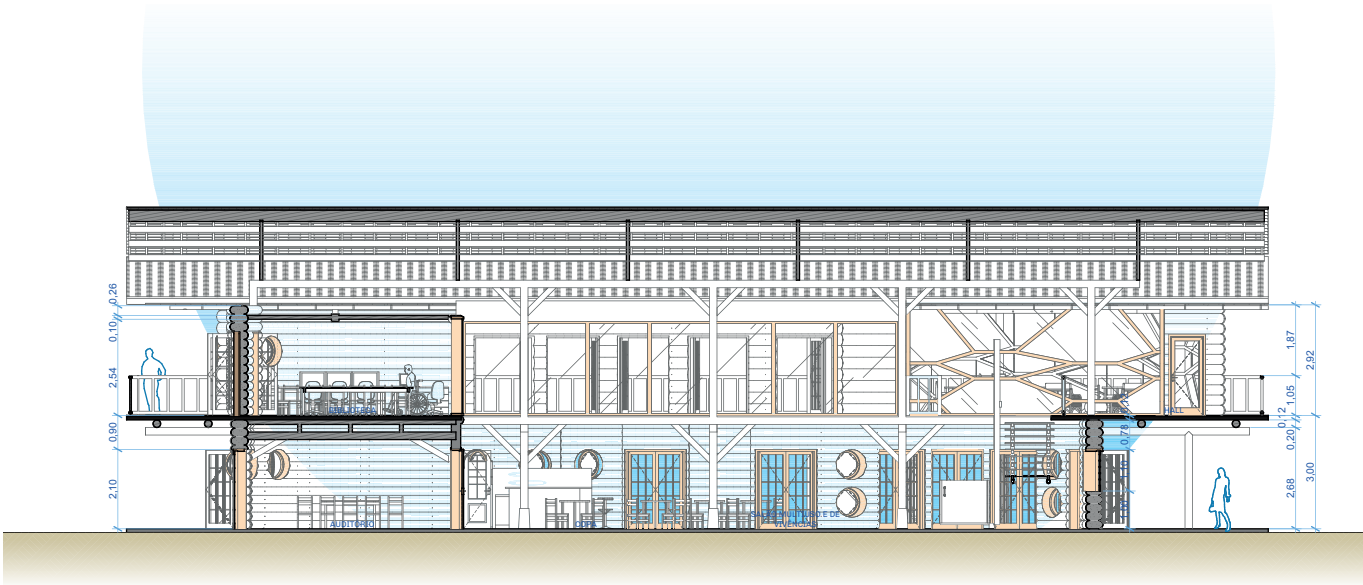


2 | Planta do 1º Pavimento
Escala 1:250

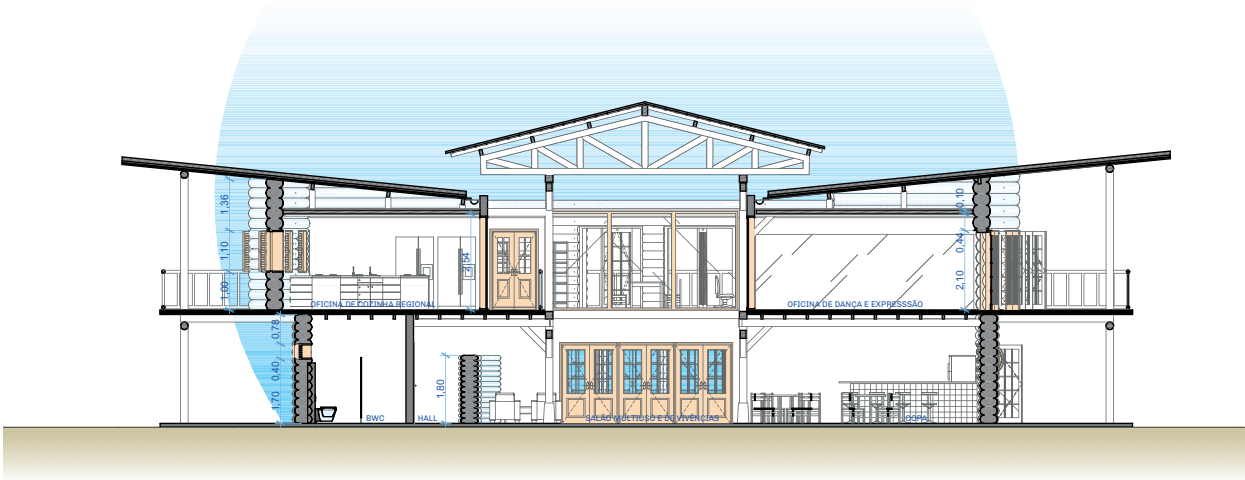


3 | Planta de Cobertura
Escala 1:250

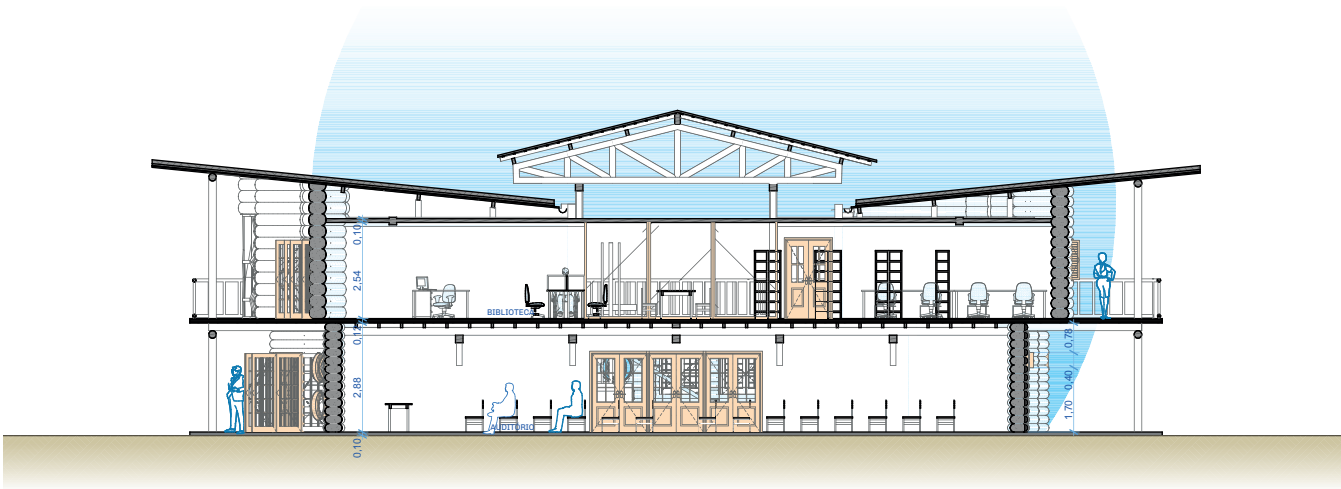
2 Bloco de Capacitação



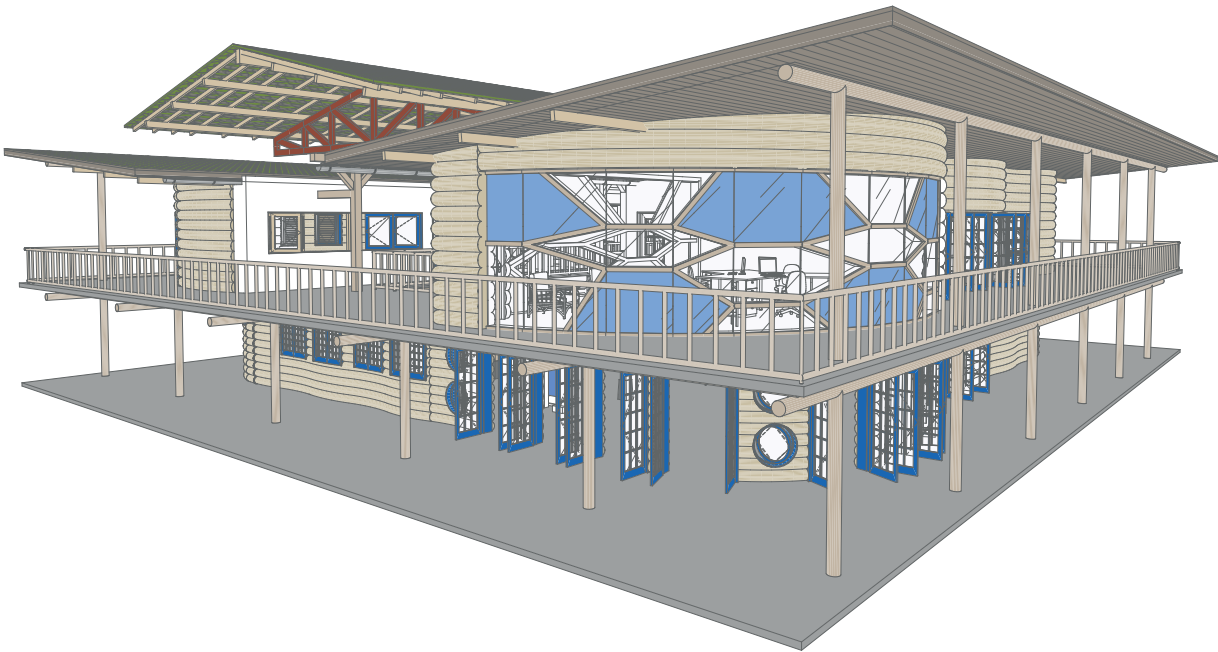
1 | **Corte C1**
Escala 1:200



3 | **Corte C3**
Escala 1: 200

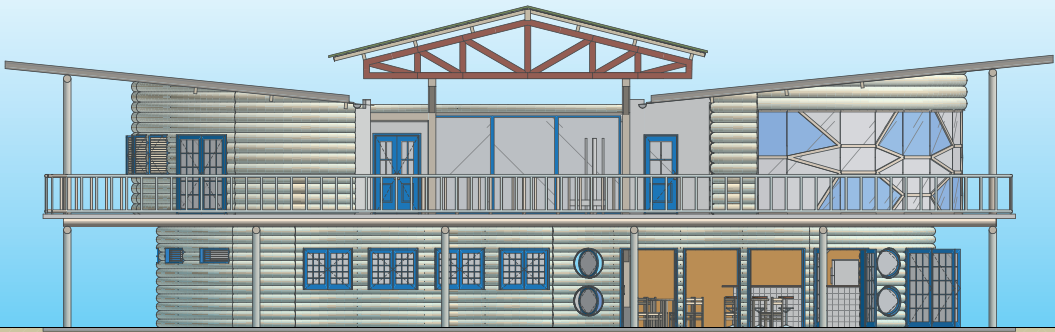


2 | **Corte C2**
Escala 1: 200

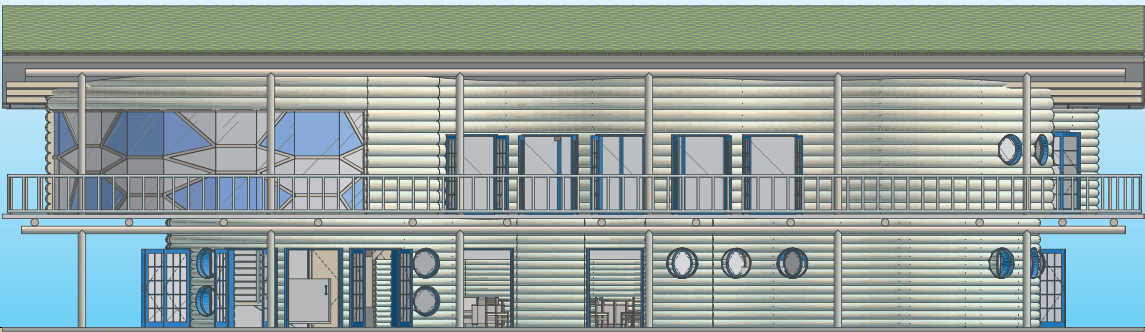


4 | **Perspectiva**
Sem Escala

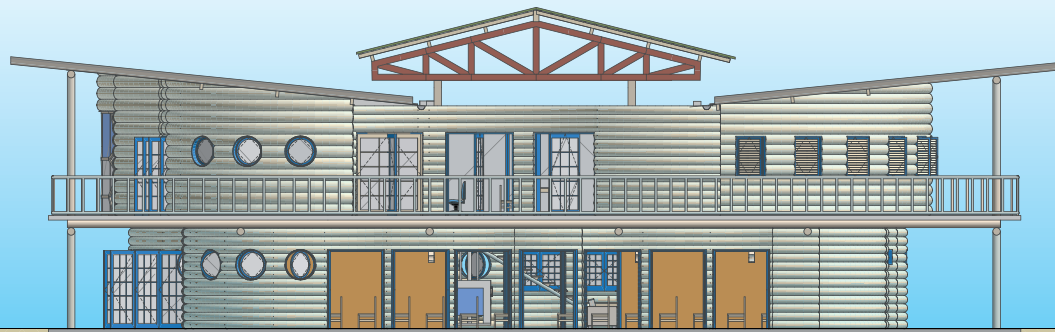
2 Bloco de Capacitação



1 | Elevação Sul
Escala 1:100



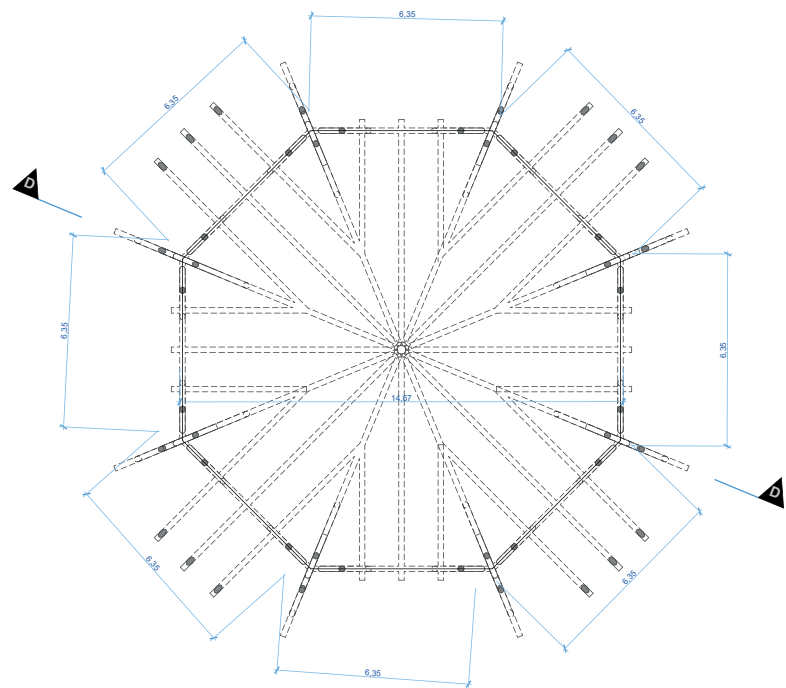
2 | Elevação Leste
Escala 1:100



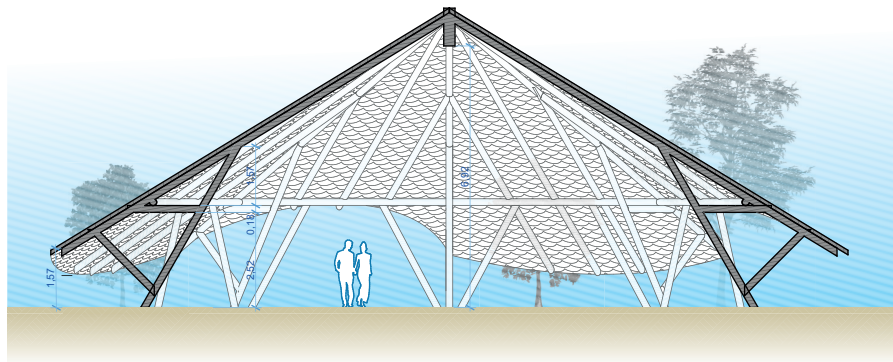
3 | Elevação Norte
Escala 1:100



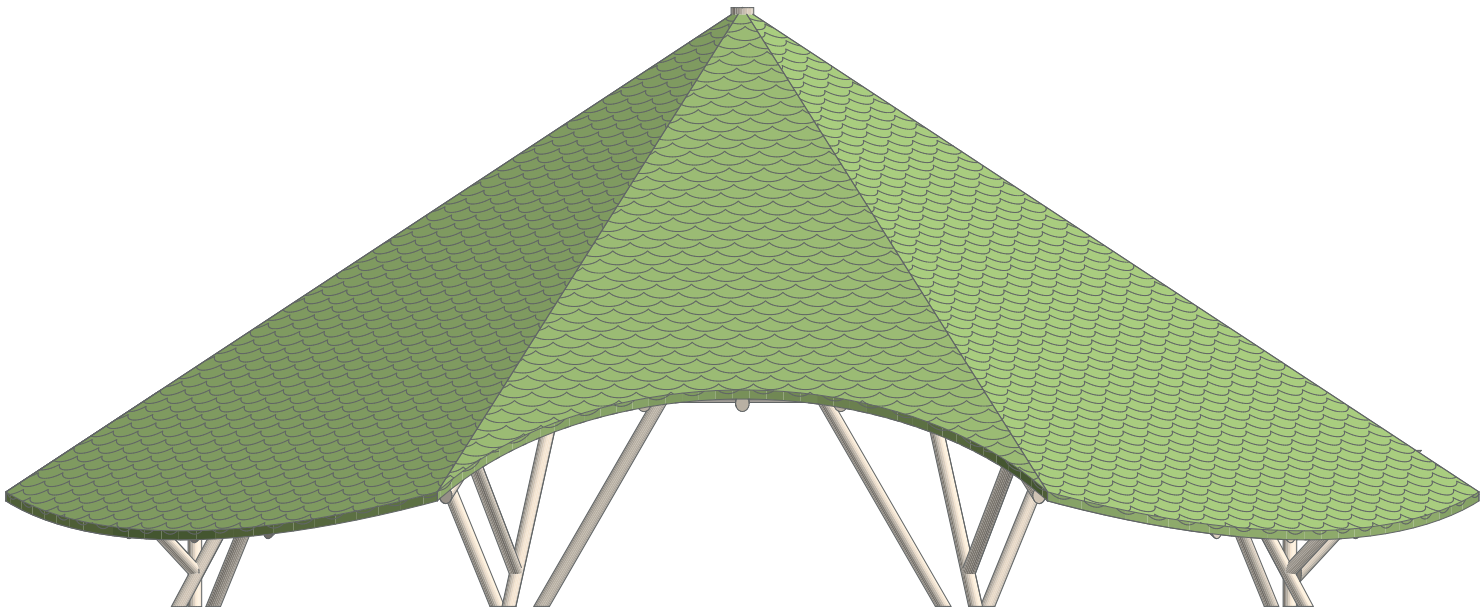
4 | Elevação Oeste
Escala 1:100



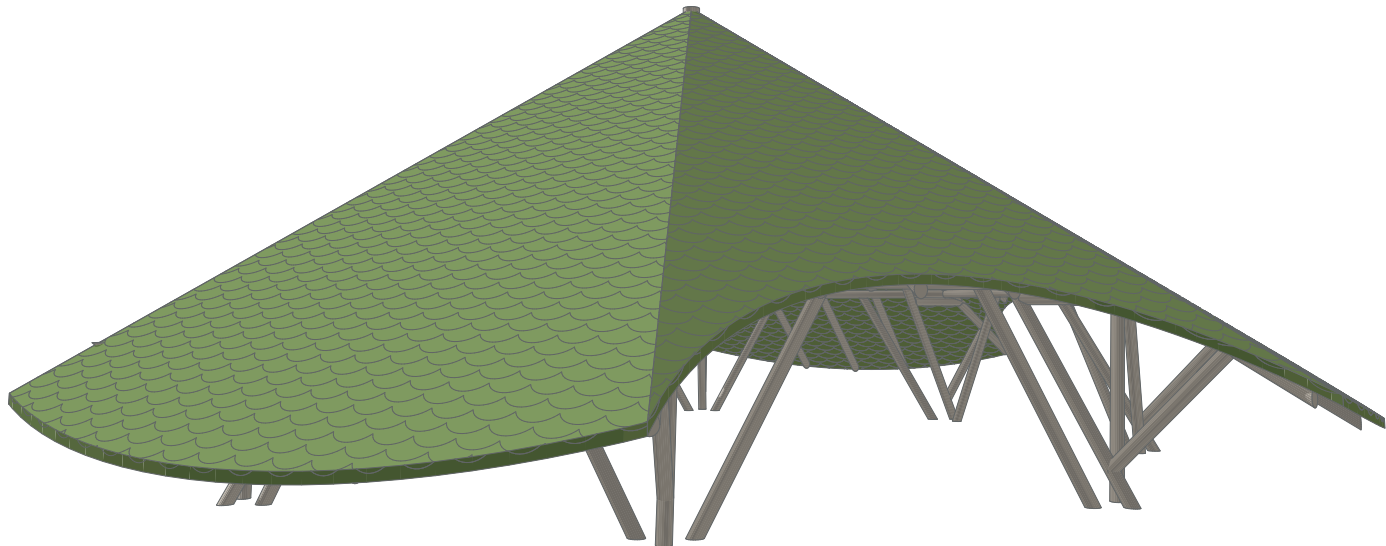
1 | Planta Baixa
Escala 1:250



2 | Corte D
Escala 1:200

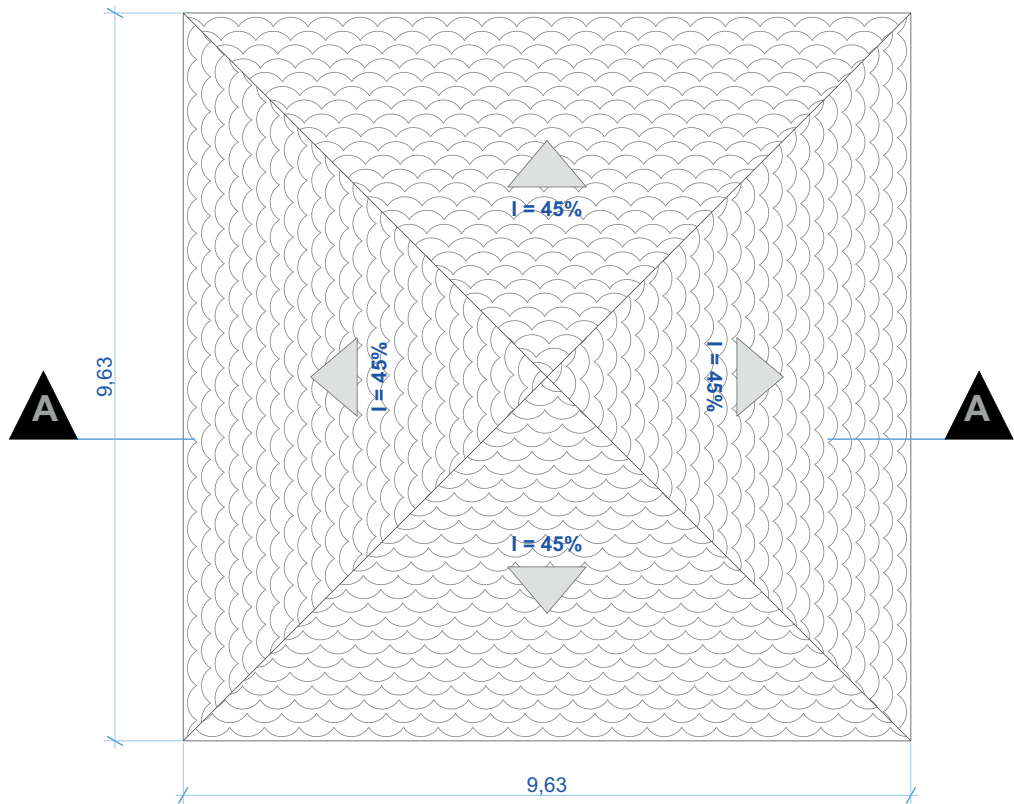


3 | Elevação
Escala 1:100

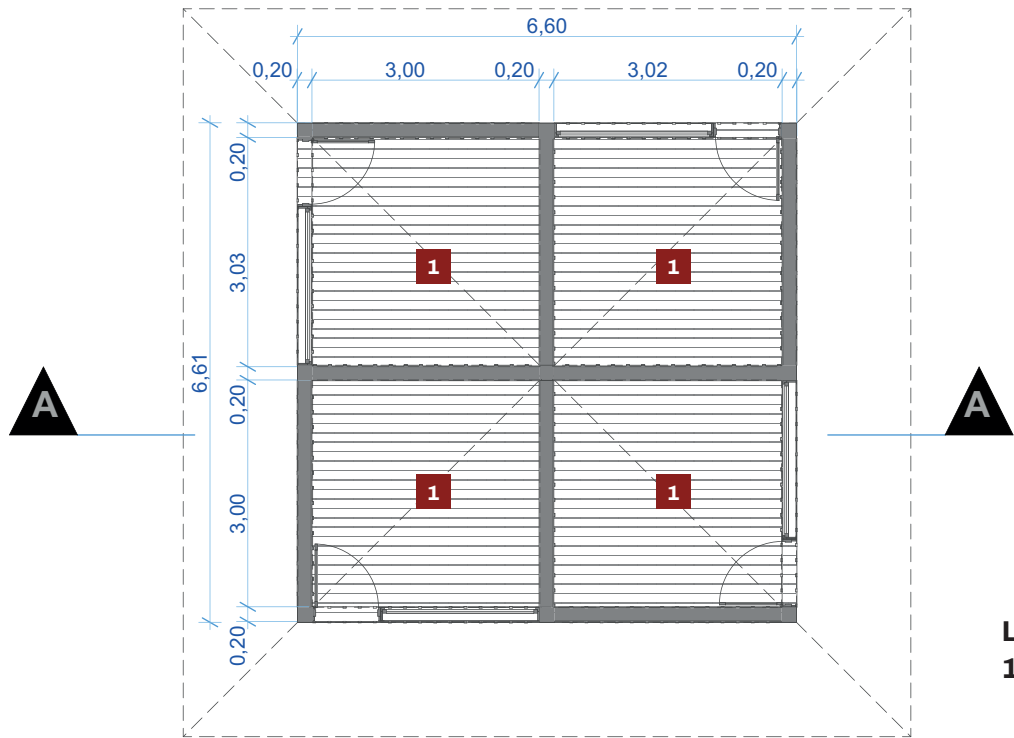


4 | Perspectiva
Sem Escala

4 Central de Artesanato

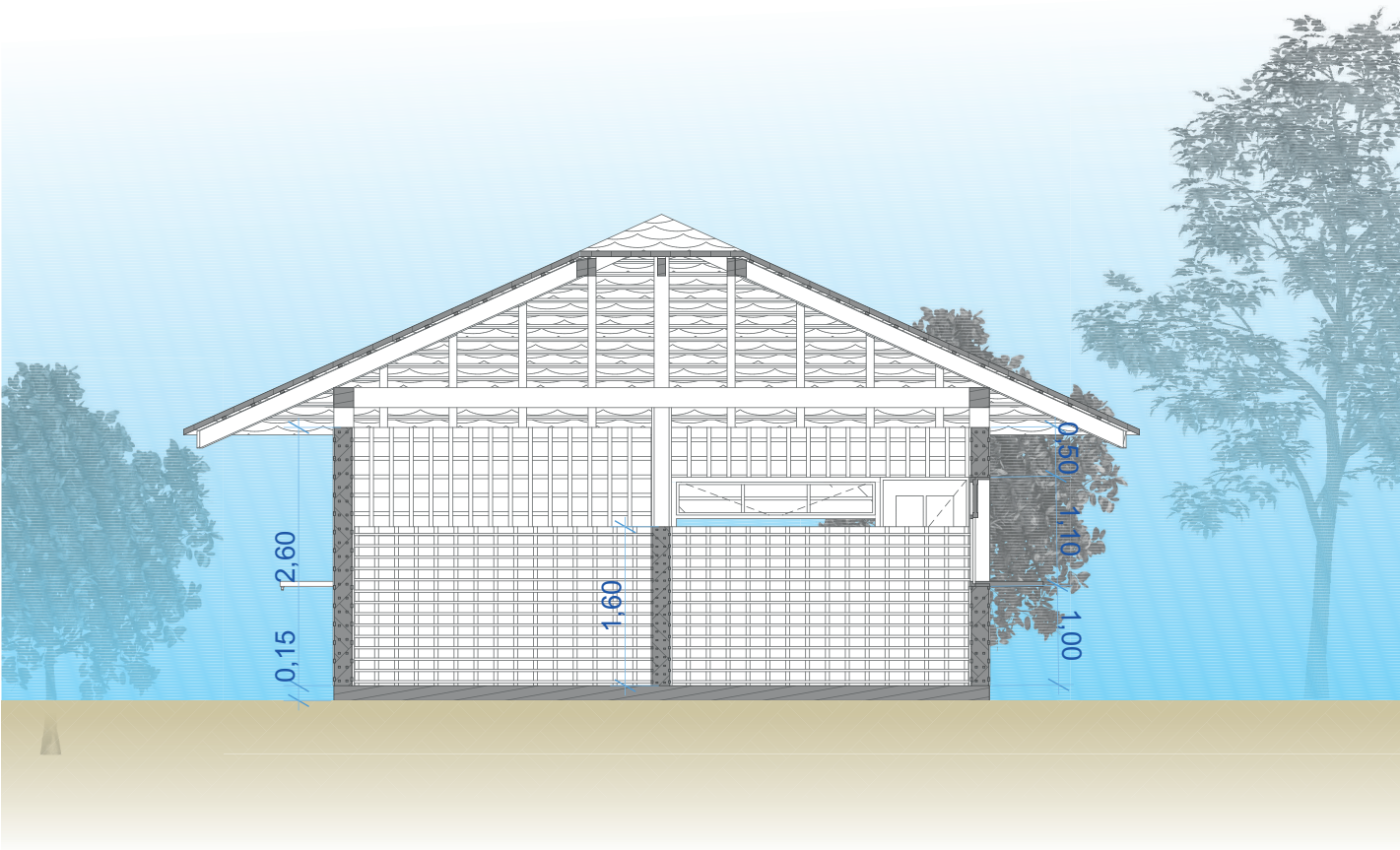


1 Planta de Coberta
Escala 1:100

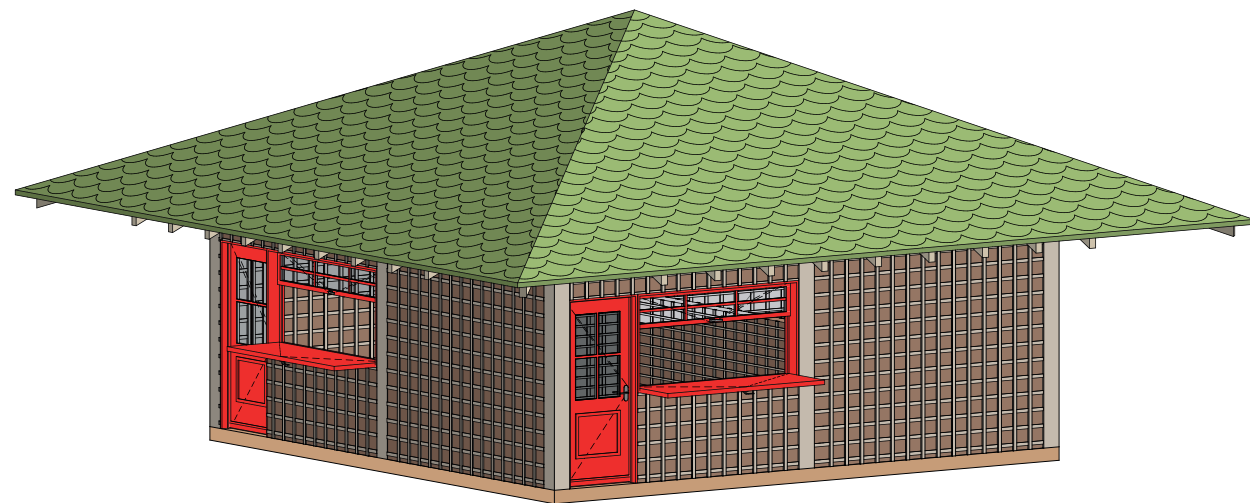


LEGENDA
1. Lojinha

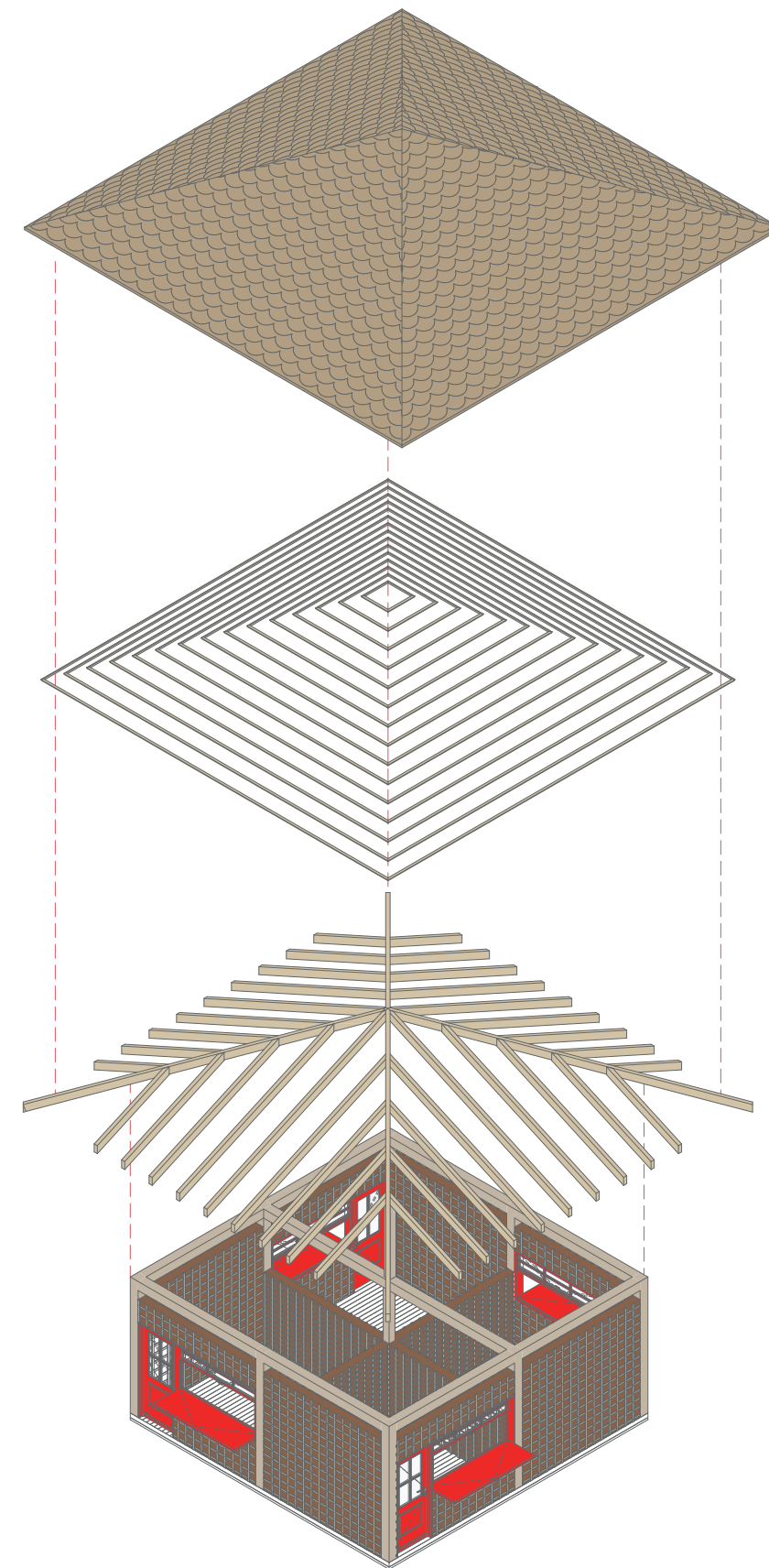
2 Planta Baixa Térreo
Escala 1:100



3 Corte
Escala 1:100



1 | Perspectiva
Sem Escala



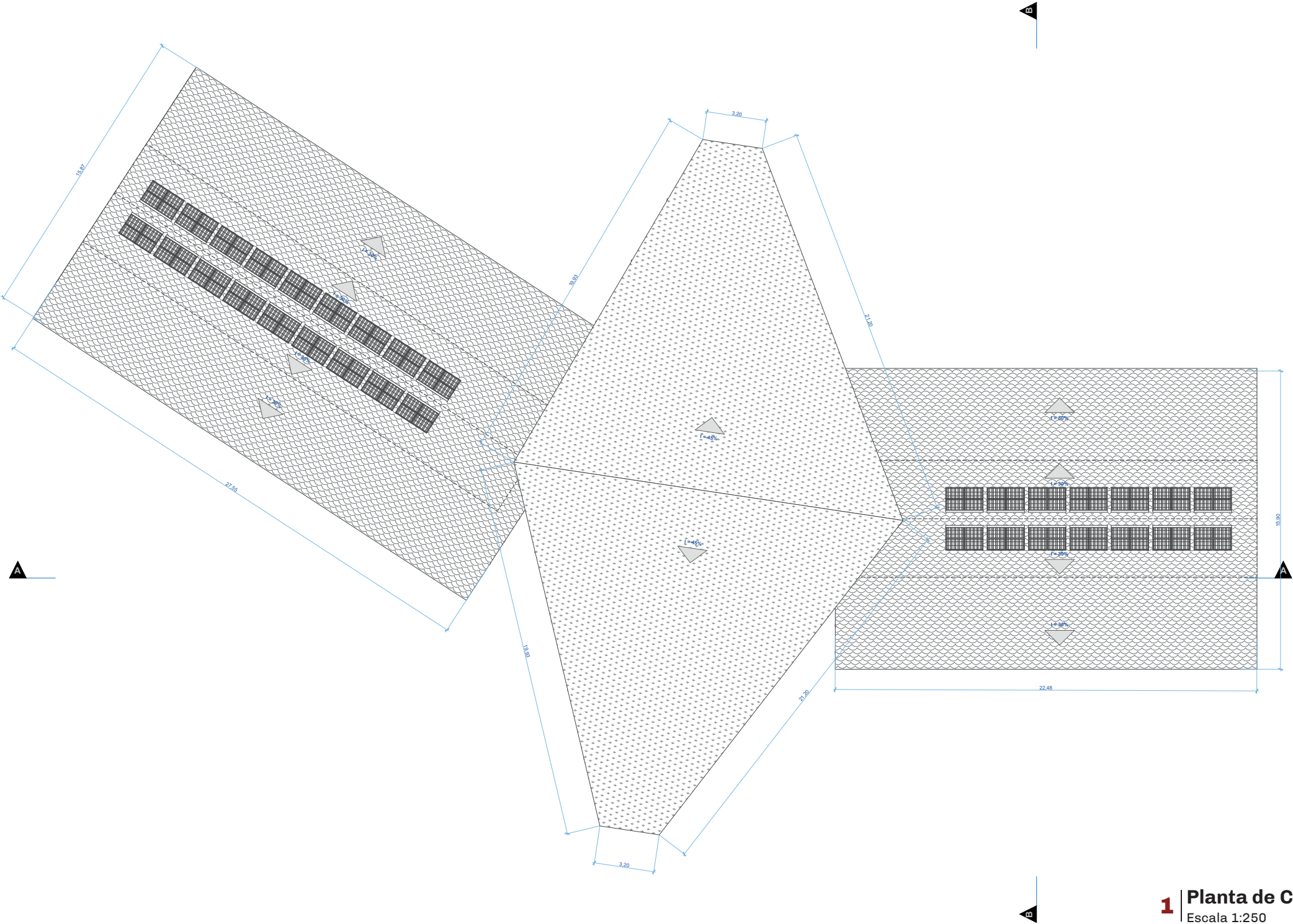
2 | Isométrica Explodida
Sem Escala

LEGENDA

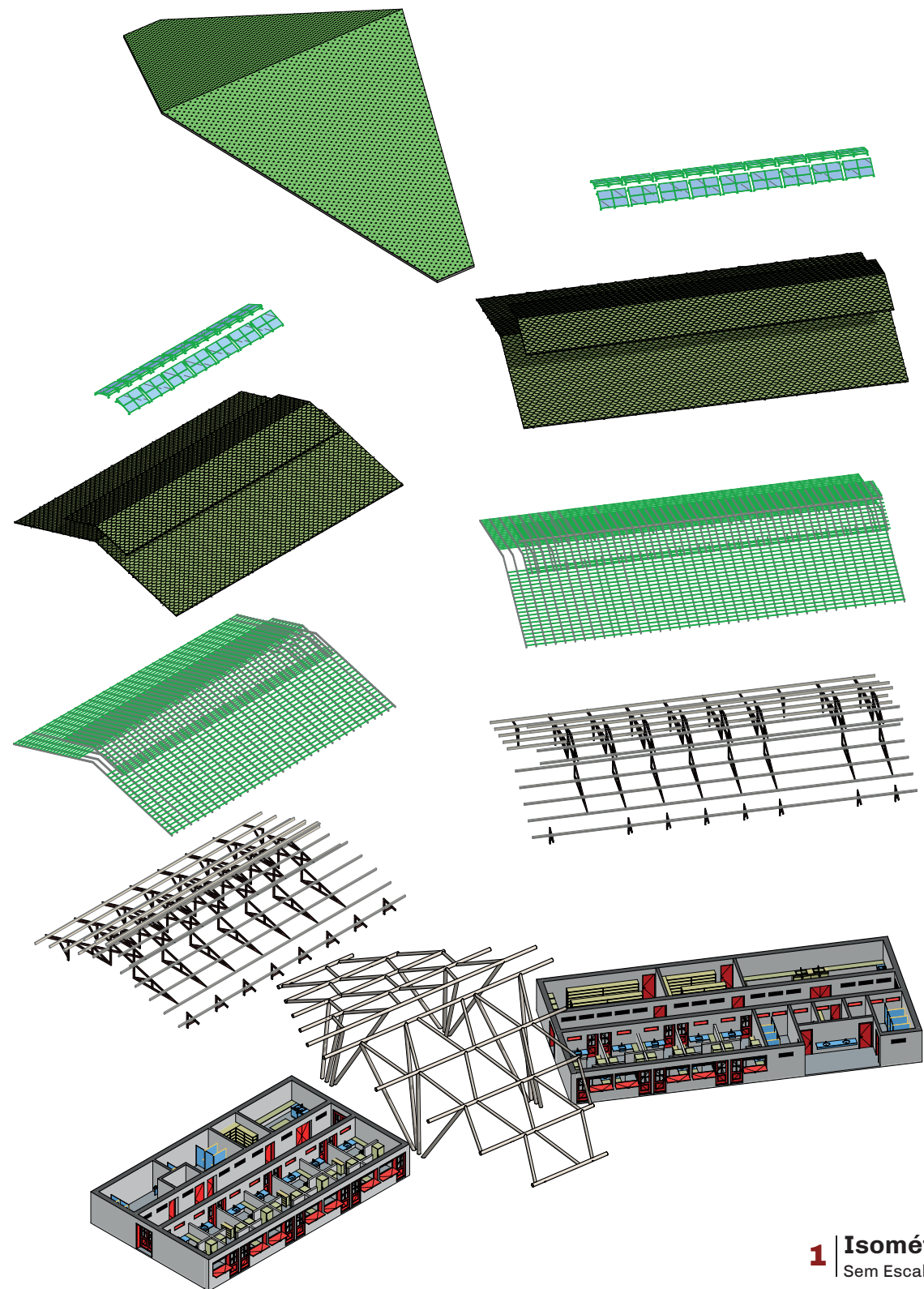
1. BWC Clientes
2. Cozinhas regionais
3. Higienização granjeiros
4. Câmara fria
5. Armazenamento
6. DML

7. Higienização (cozinhas)
8. Despensa
9. BWC / Vestiários
10. Hall

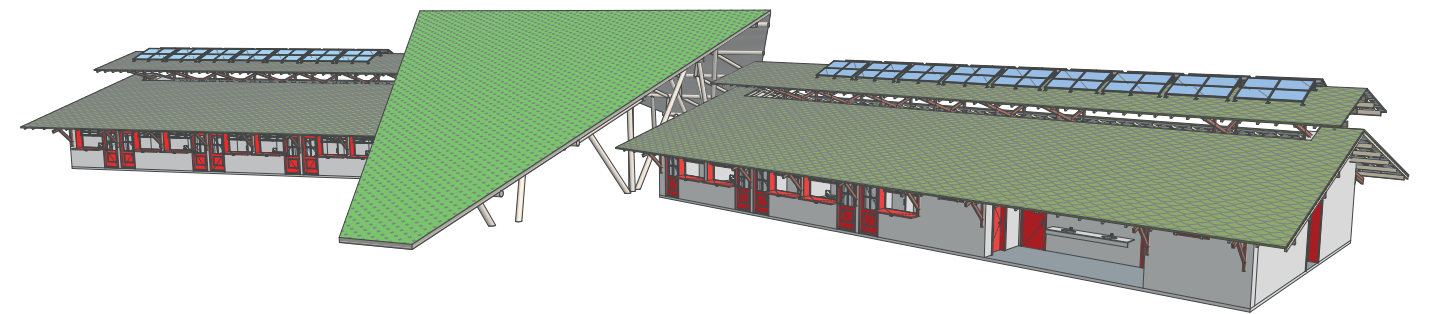




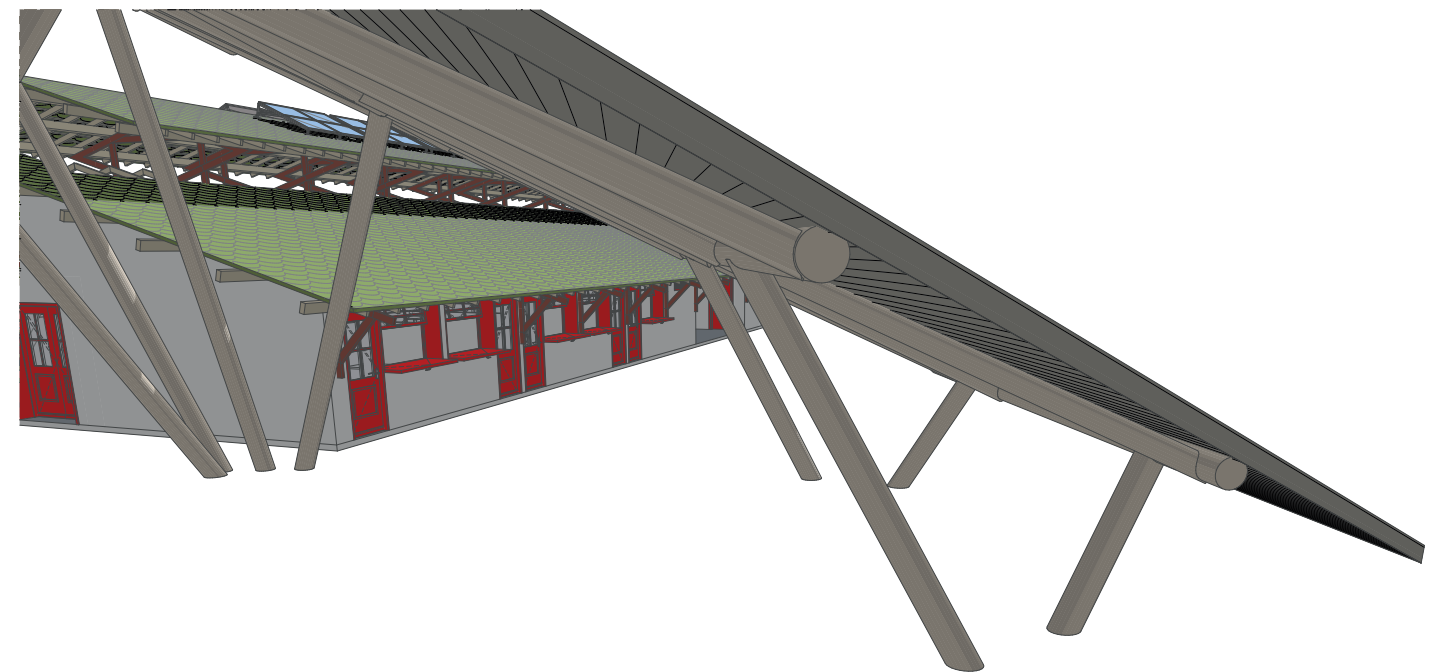
1 | Planta de Cobertura
Escala 1:250



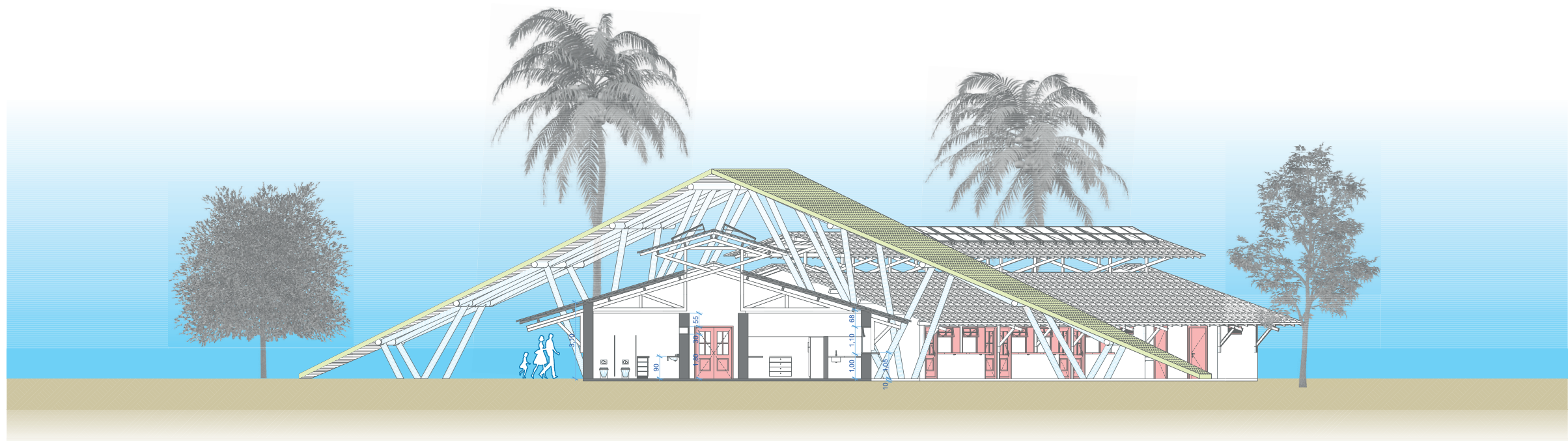
1 Isométrica Explodida
Sem Escala



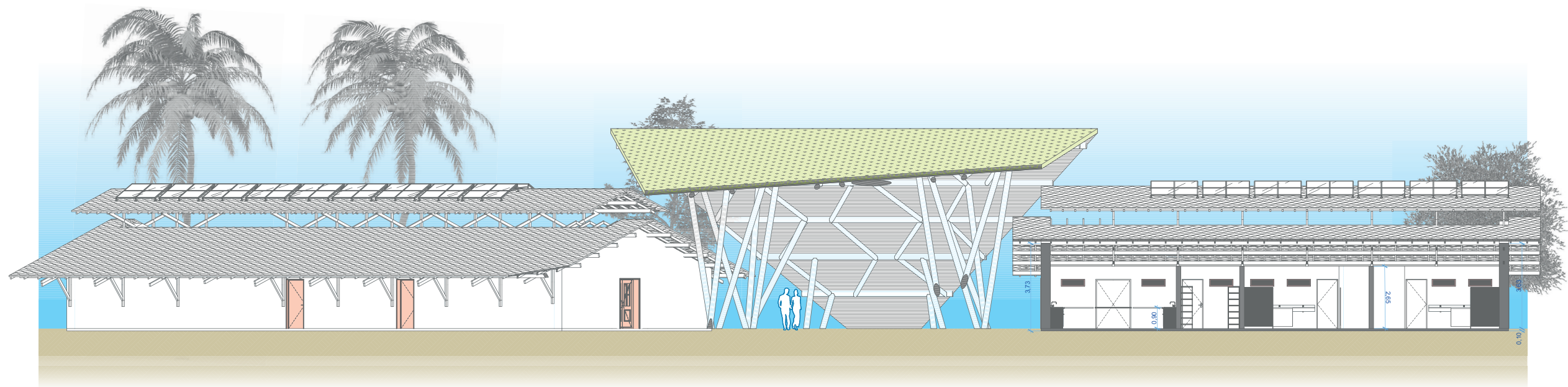
2 Perspectiva
Sem Escala



3 Perspectiva 2
Sem Escala



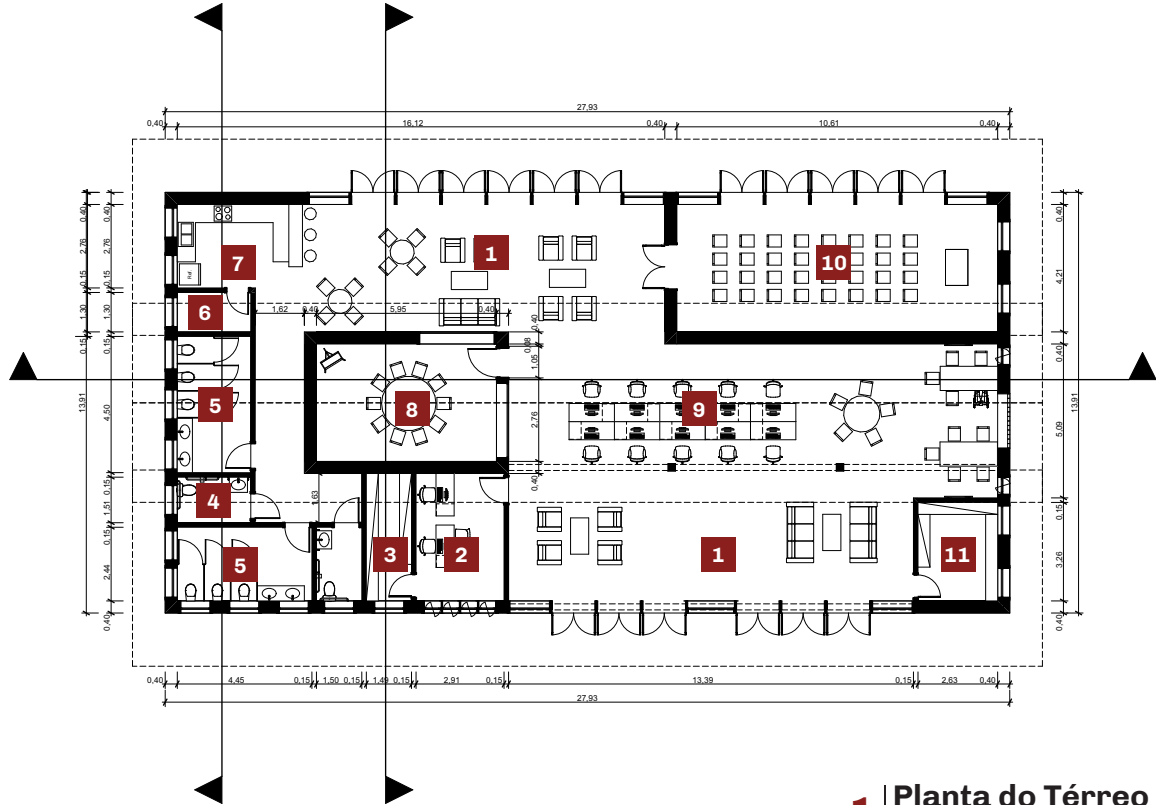
1 | Corte BB
Escala 1:200



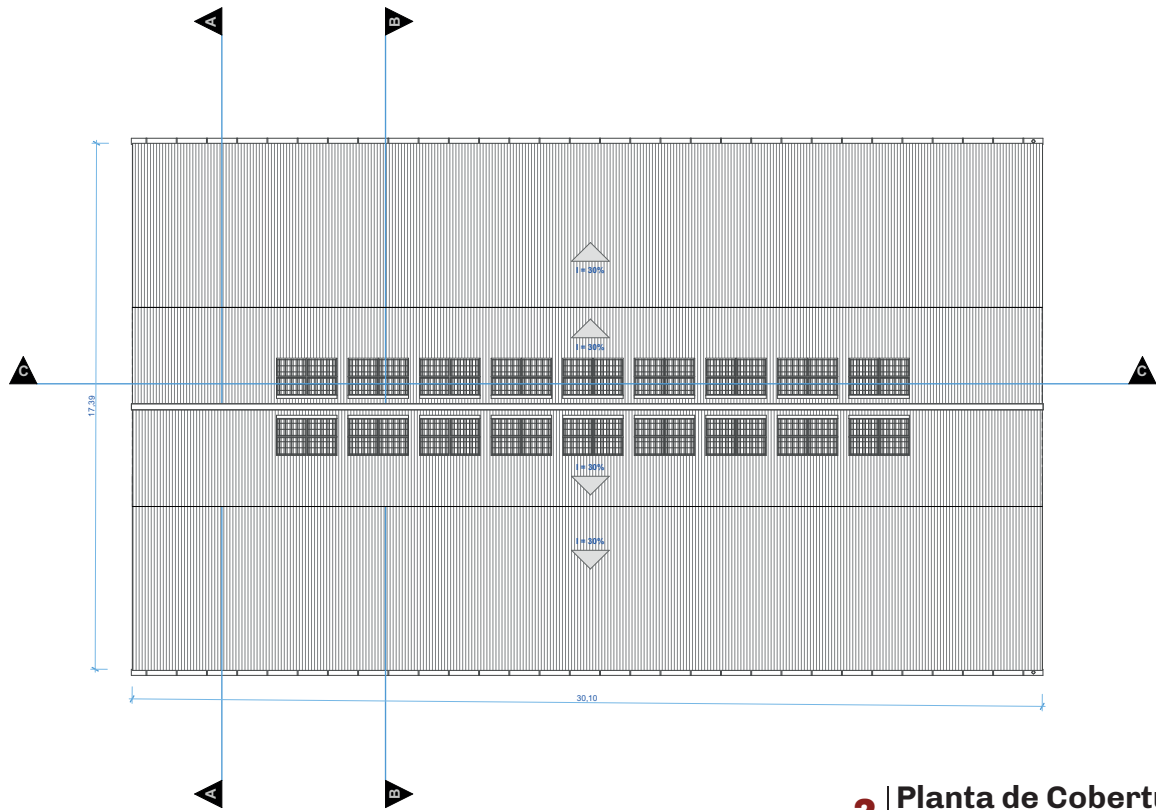
2 | Corte AA
Escala 1:200

6 Casa Comum

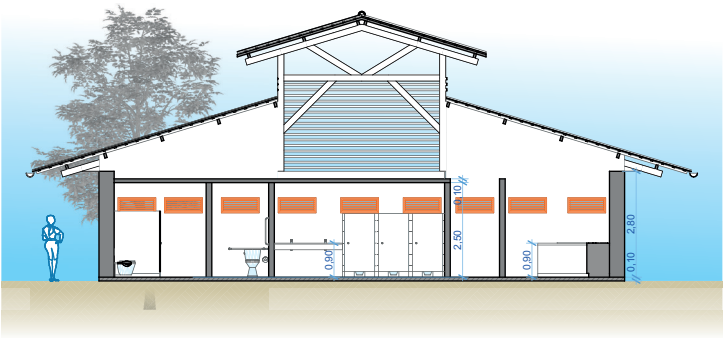
- LEGENDA
- 1. Hall / estar
 - 2. Administração
 - 3. Arquivo
 - 4. BWC PcD
 - 5. BWC
 - 6. DML
 - 7. Copa
 - 8. Reuniões
 - 9. Espaço colaborativo
 - 10. Assembleia geral
 - 11. Empréstimo



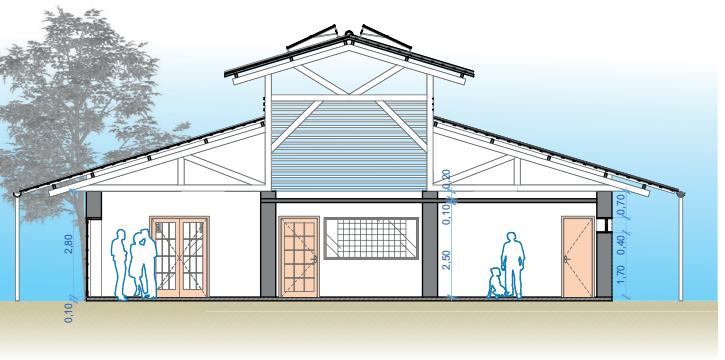
1 Planta do Térreo
Escala 1:250



2 Planta de Cobertura
Escala 1:250

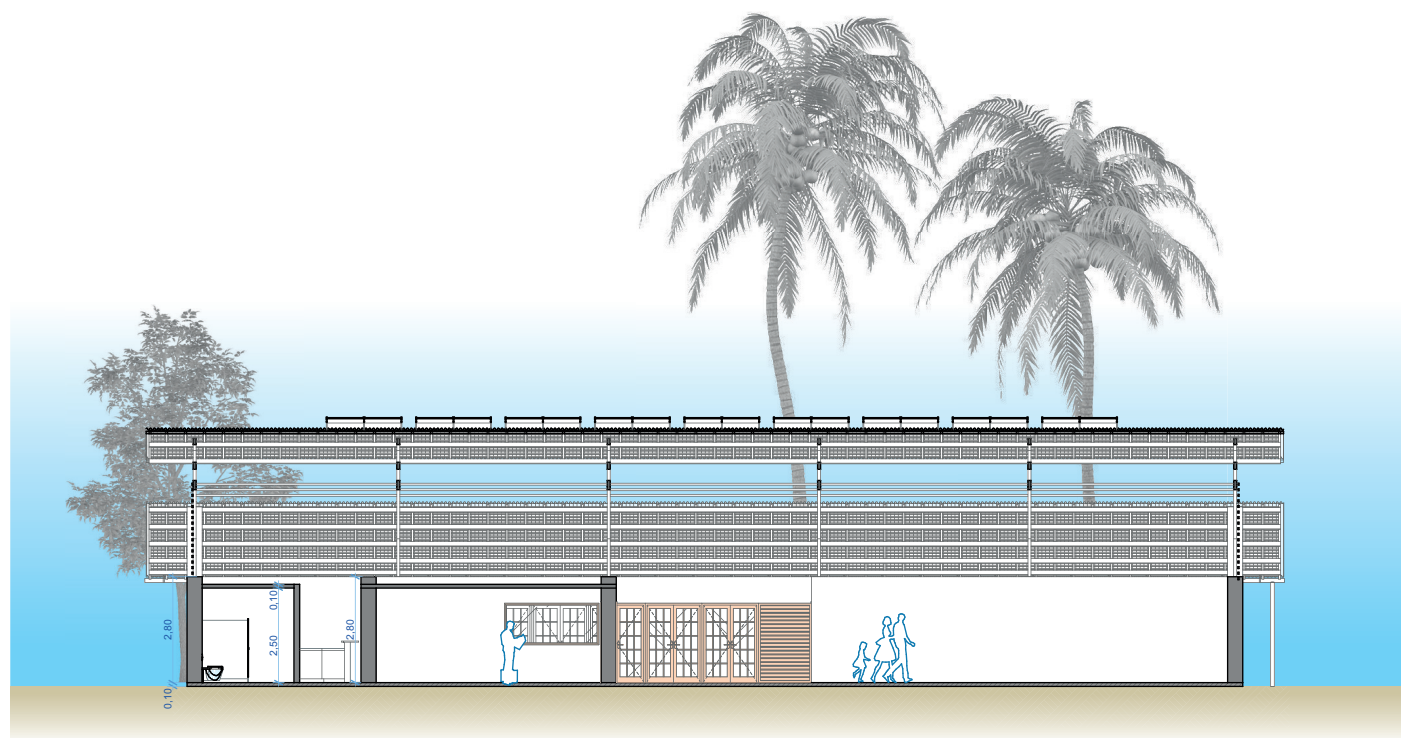


3 Corte AA
Escala 1:200

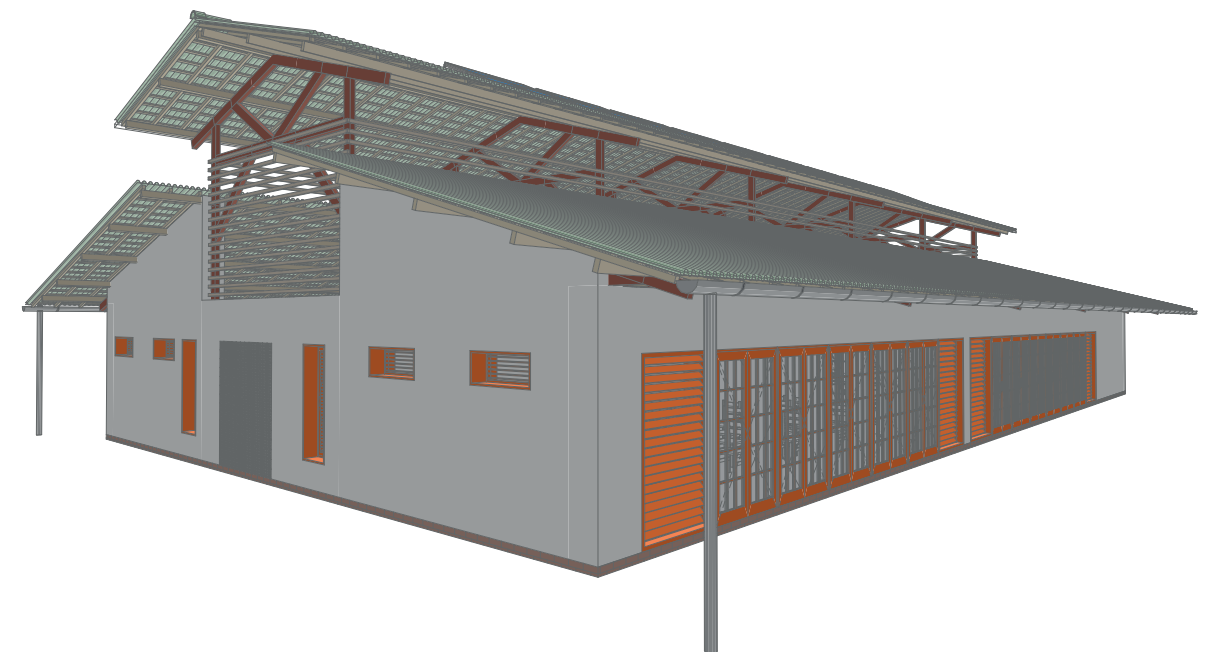


4 Corte BB
Escala 1:200

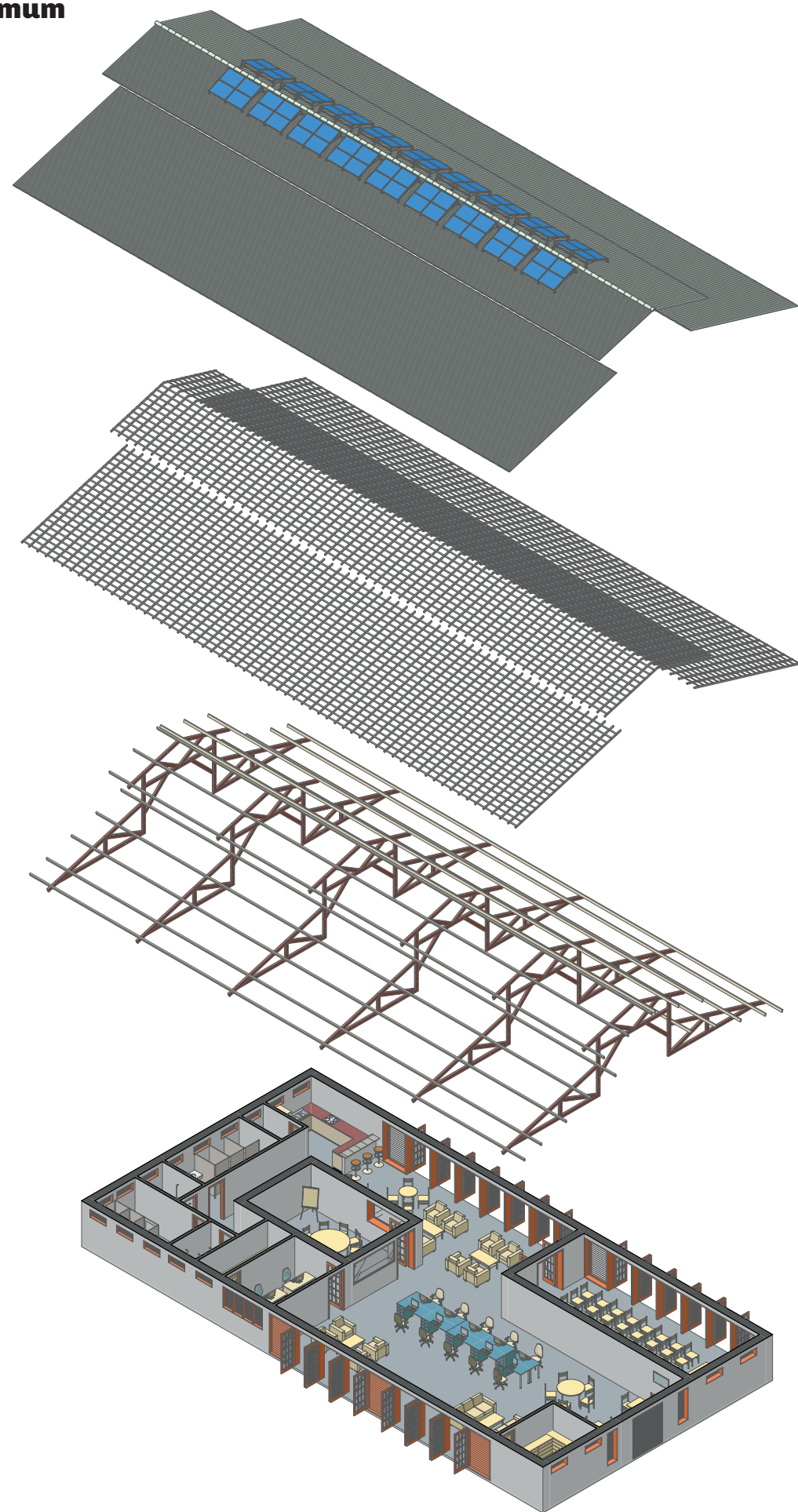
6 Casa Comum



1 | **Corte CC**
Escala 1:200



2 | **Perspectiva**
Sem Escala

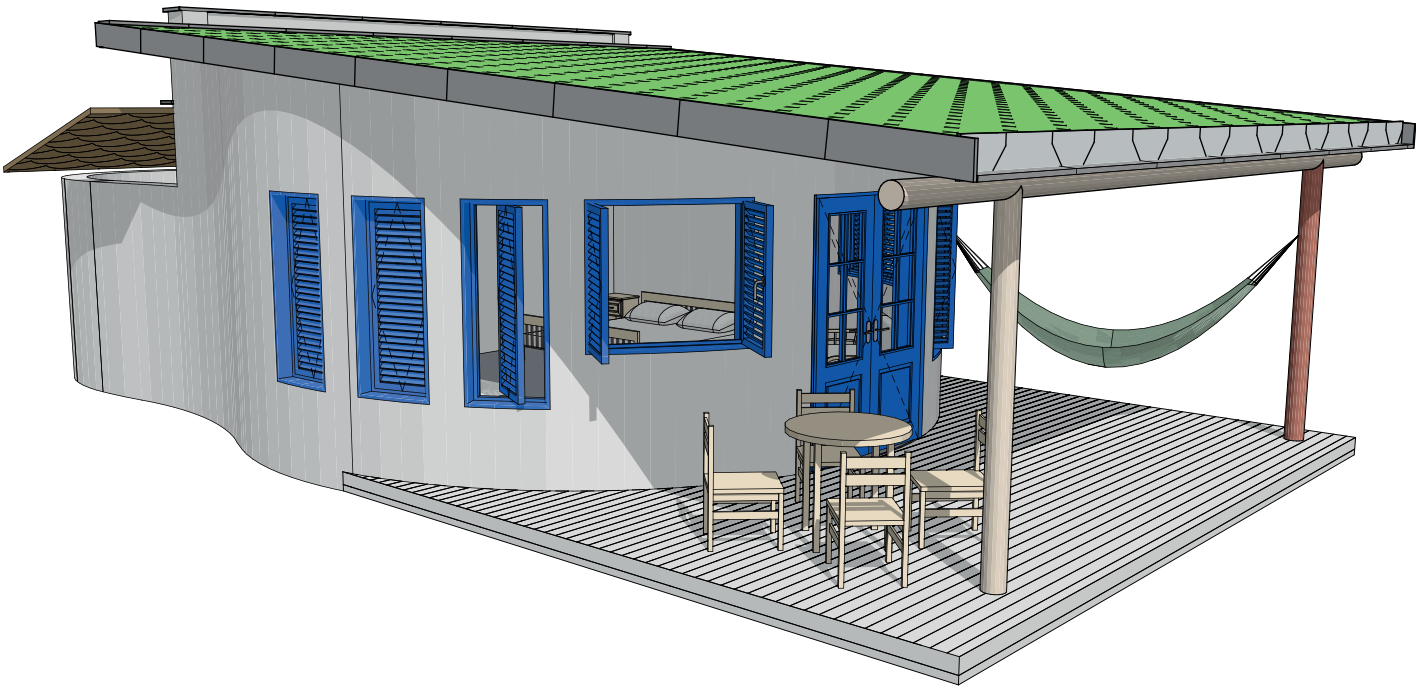
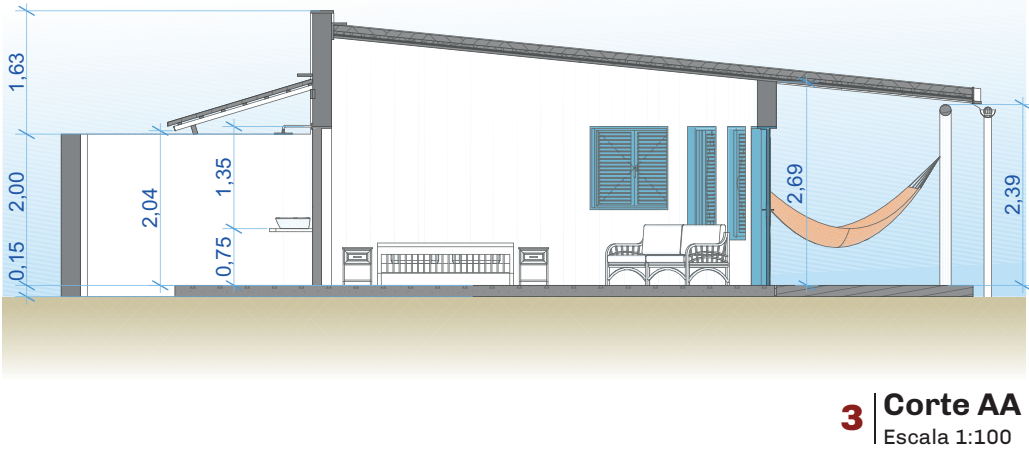
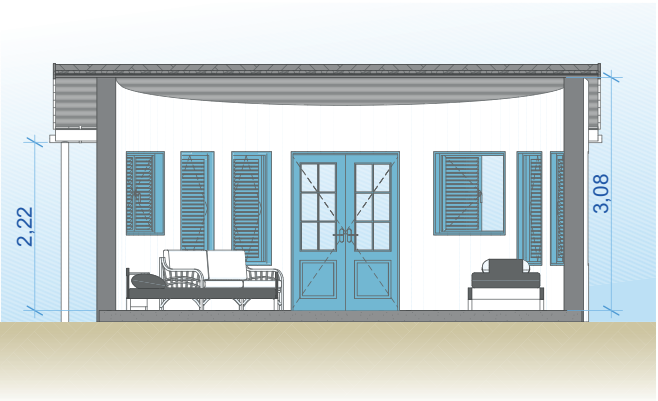
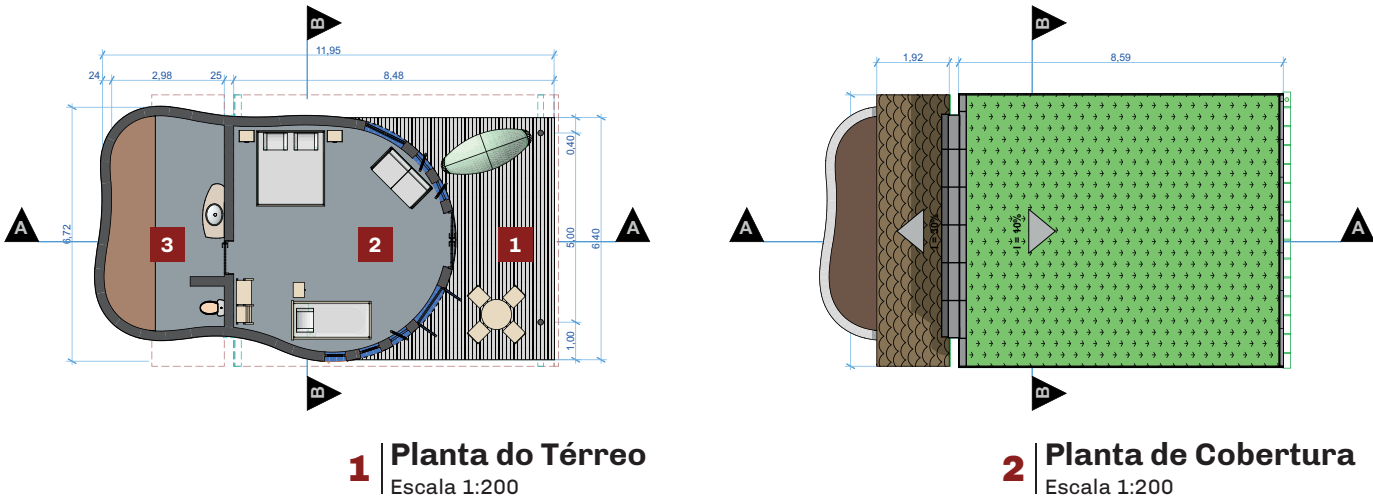


7 As Hospedagens

As hospedagens, muito além de viabilizarem a geração de renda à administração e associados do Complexo, permitem proporcionar intercâmbio cultural entre moradores e visitantes interessados no turismo gerido pela comunidade. Essa integração fortalece as redes de conexão e possibilita alavancar novas e presentes oportunidades aos moradores.

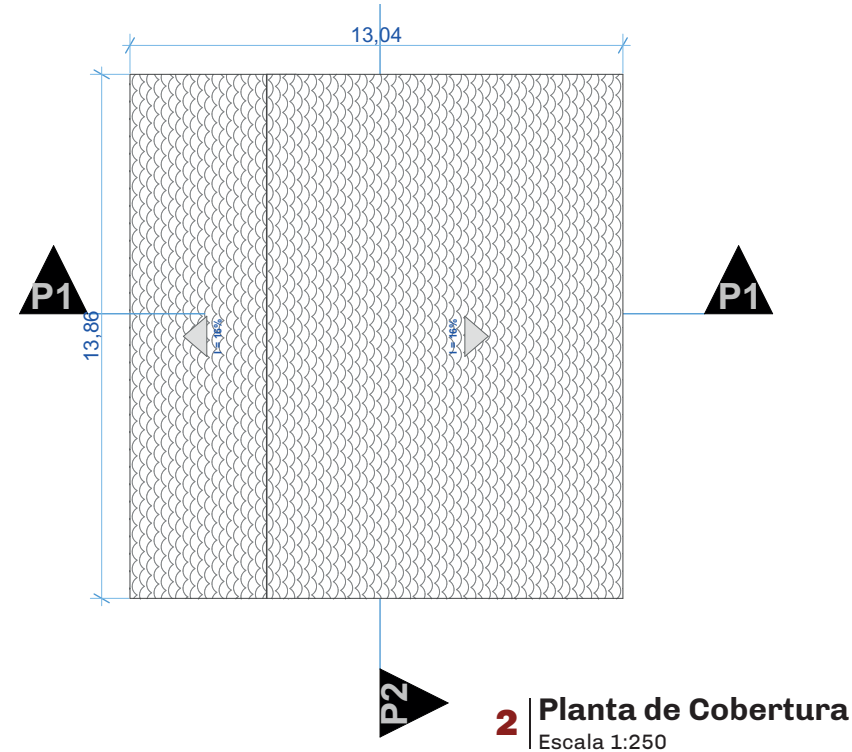
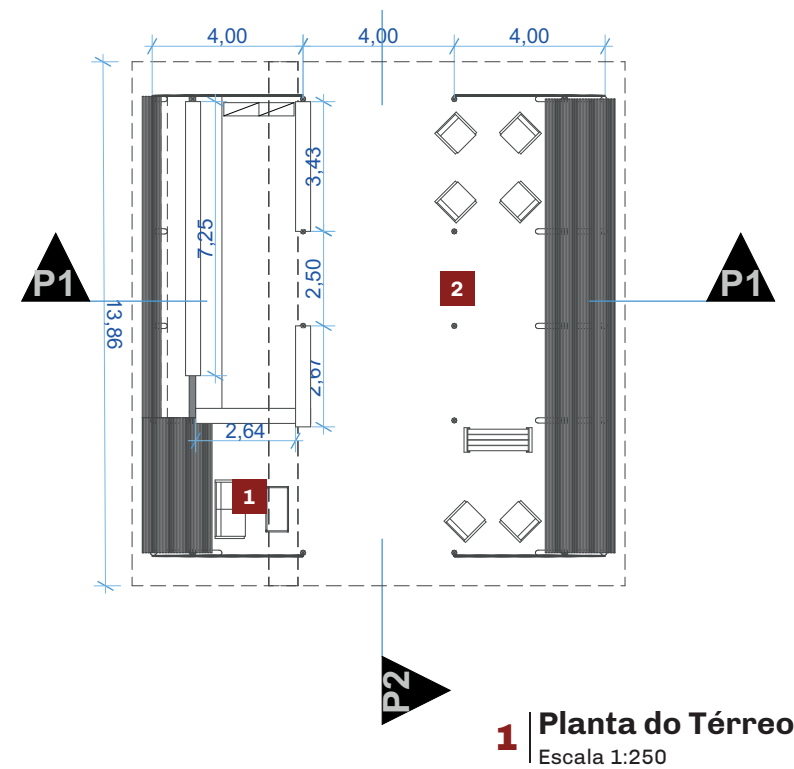
Somado a isto, o sistema de captação de águas pluviais para reuso e os módulos bioconstruídos com paredes de COB (ver página 56) apresentam aos moradores possibilidades construtivas para replicação em outras construções.

- LEGENDA
- 1. Varanda
 - 3. Quarto
 - 4. Banheiro

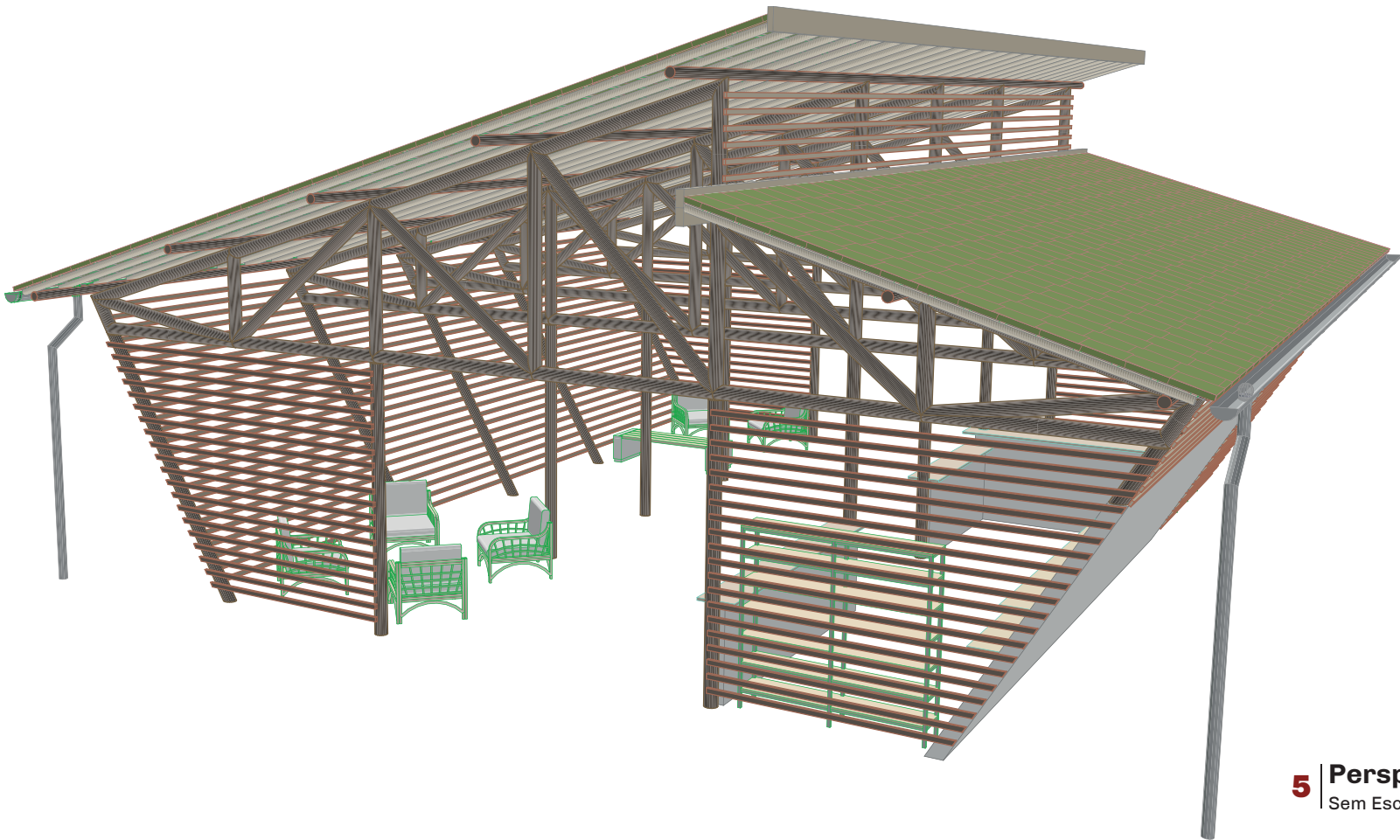
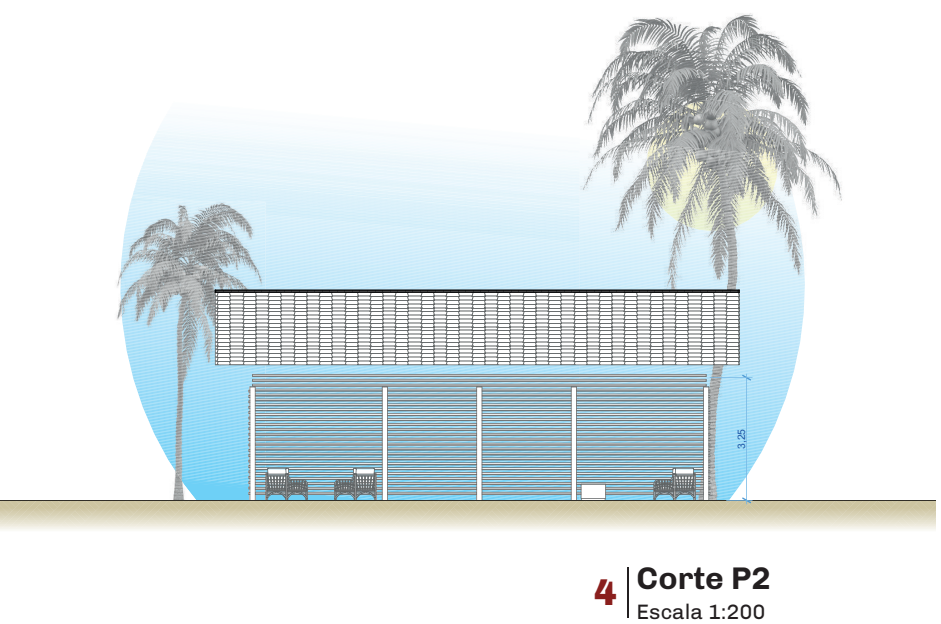
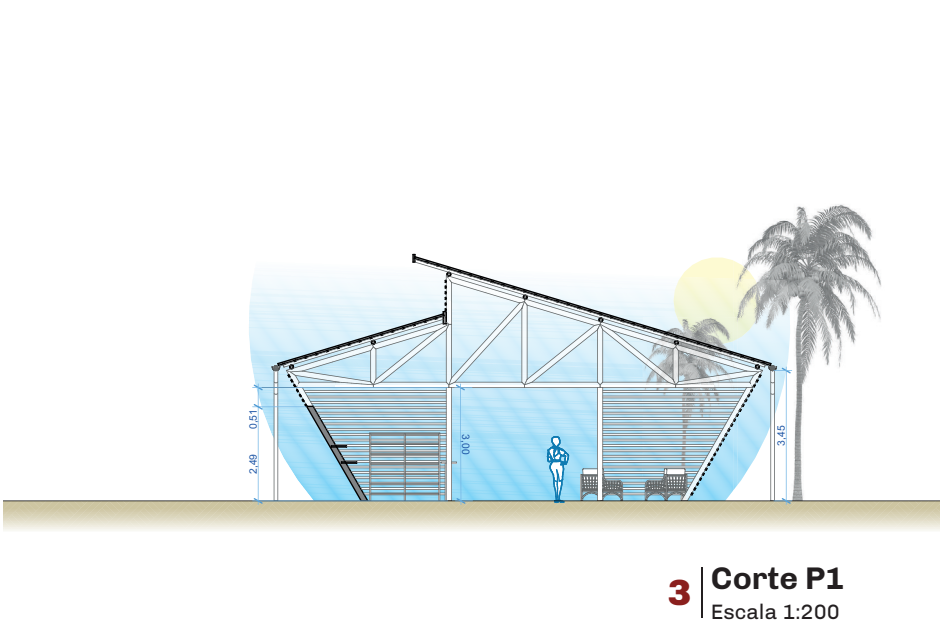


8 Portal do Ecoturismo

Espaço destinado para facilitar o encontro e as vivências entre visitantes e guias de turismo. O local será implantado ao sul do terreno, ponto mais próximo do estacionamento do Complexo e, principalmente, dos acessos às rotas do mangue e dos passeios de ecoturismo organizados pelas associações de moradores.

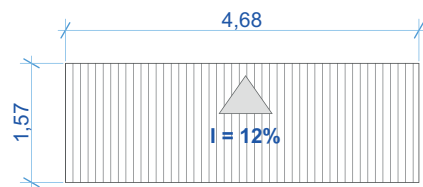


LEGENDA
1. Recepção
3. Espera

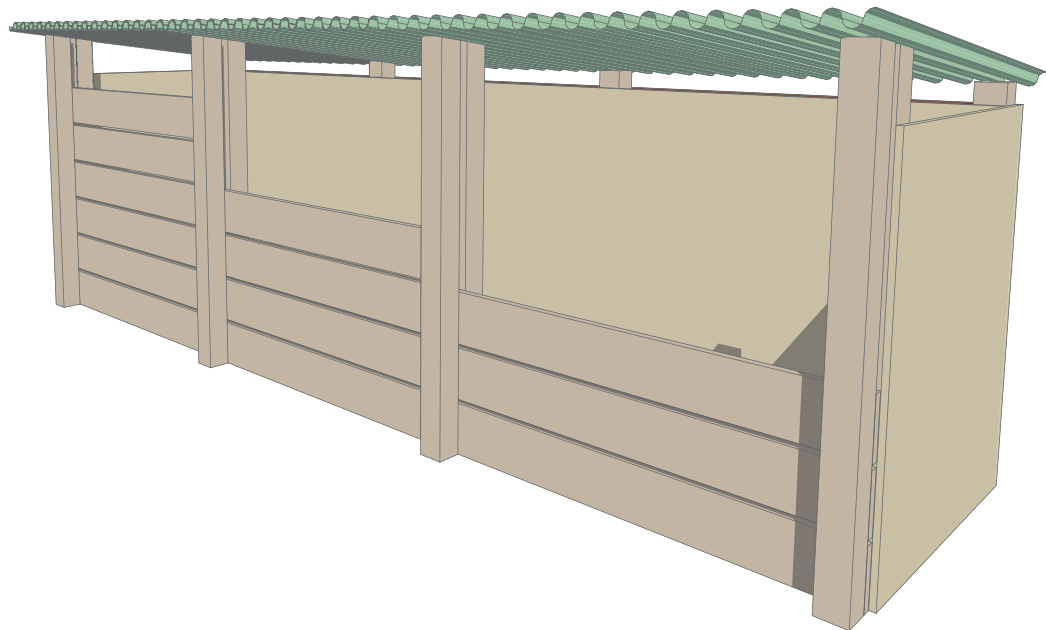


9 Composteira

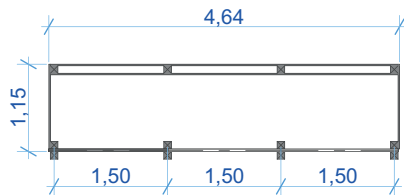
Transformação do lixo orgânico do complexo em adubo para uso nas hortas, jardins e sistemas agroflorestais.



2 Planta de Cobertura
Escala 1:200



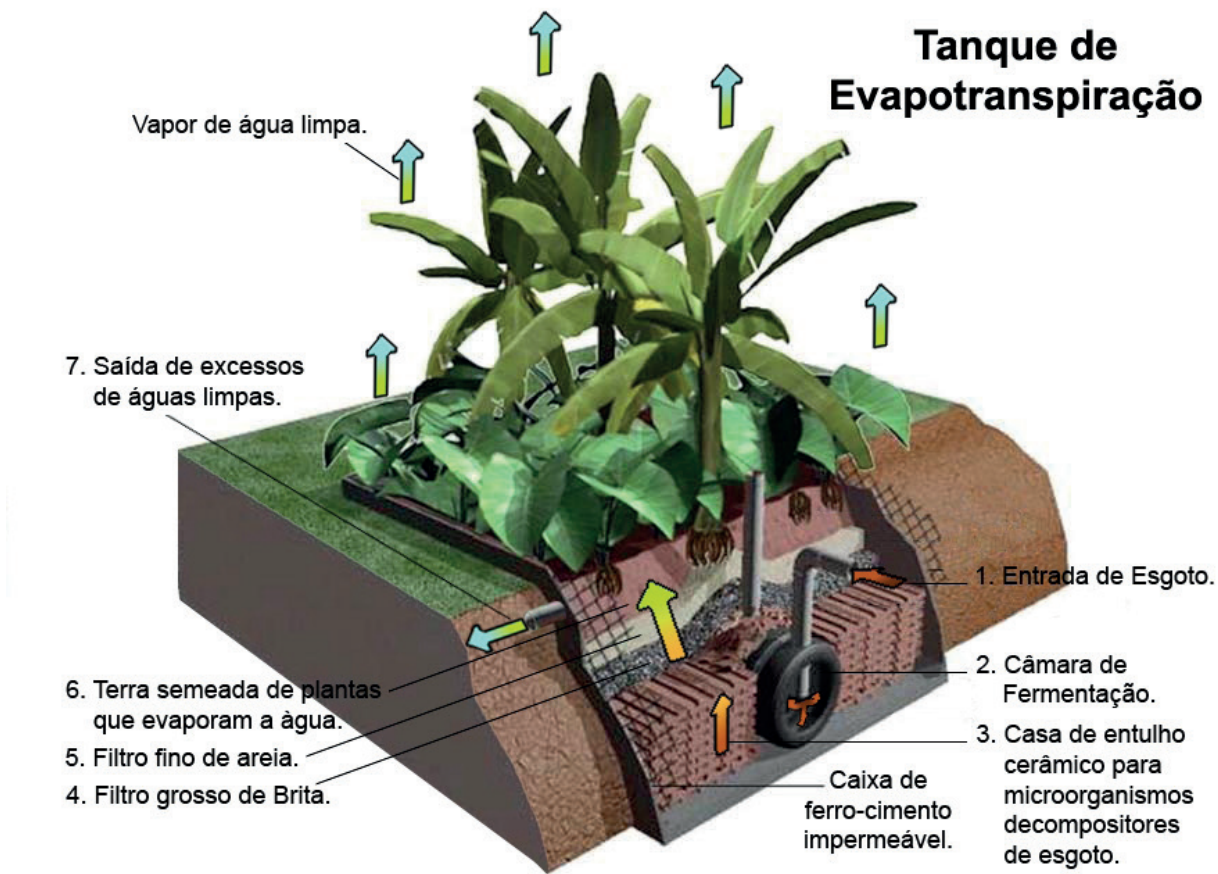
3 Perspectiva
Sem Escala



1 Planta do Térreo
Escala 1:200

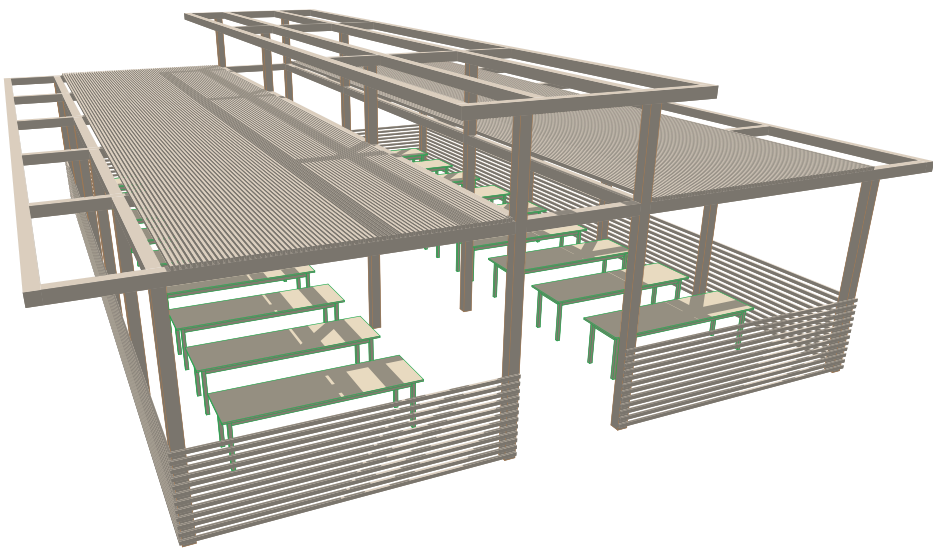
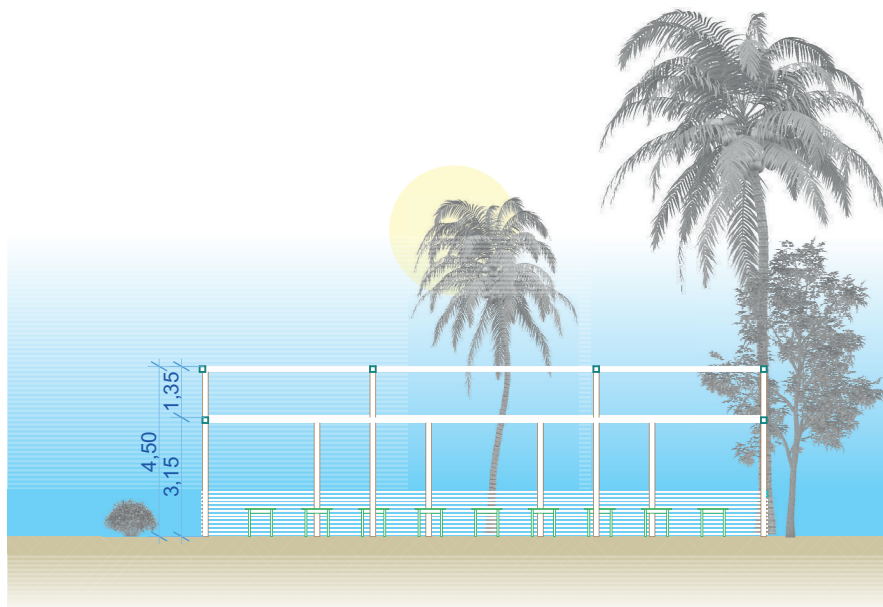
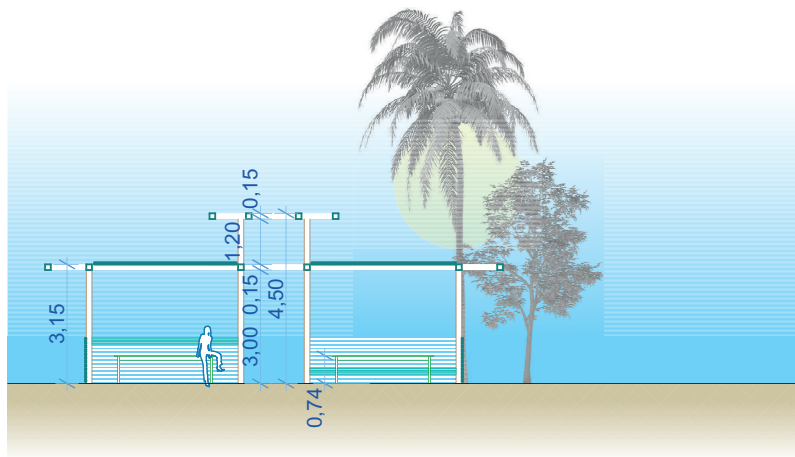
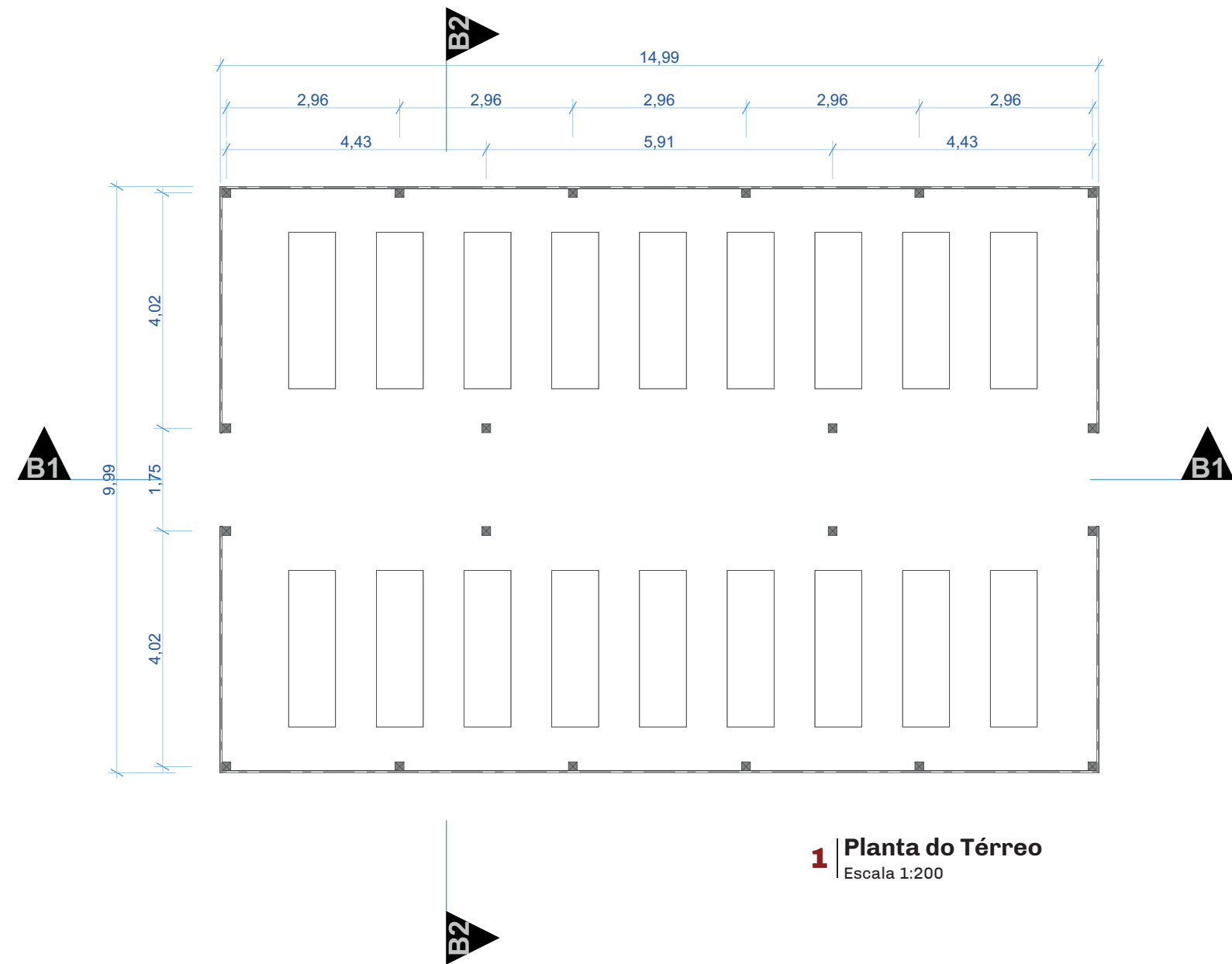
10 Bacia de Evapotranspiração

A Bacia de Evapotranspiração, conhecida popularmente como “fossa de bananeiras”, é um sistema fechado de tratamento de água negra, aquela usada na descarga de sanitários convencionais. Nesse sistema, as águas negras, aquelas usadas nas descargas de sanitários convencionais (ver página 56).



4 Bacia de Evapotranspiração
Fonte: ecoeficientes.com.br, 2017

11 Banco de Sementes





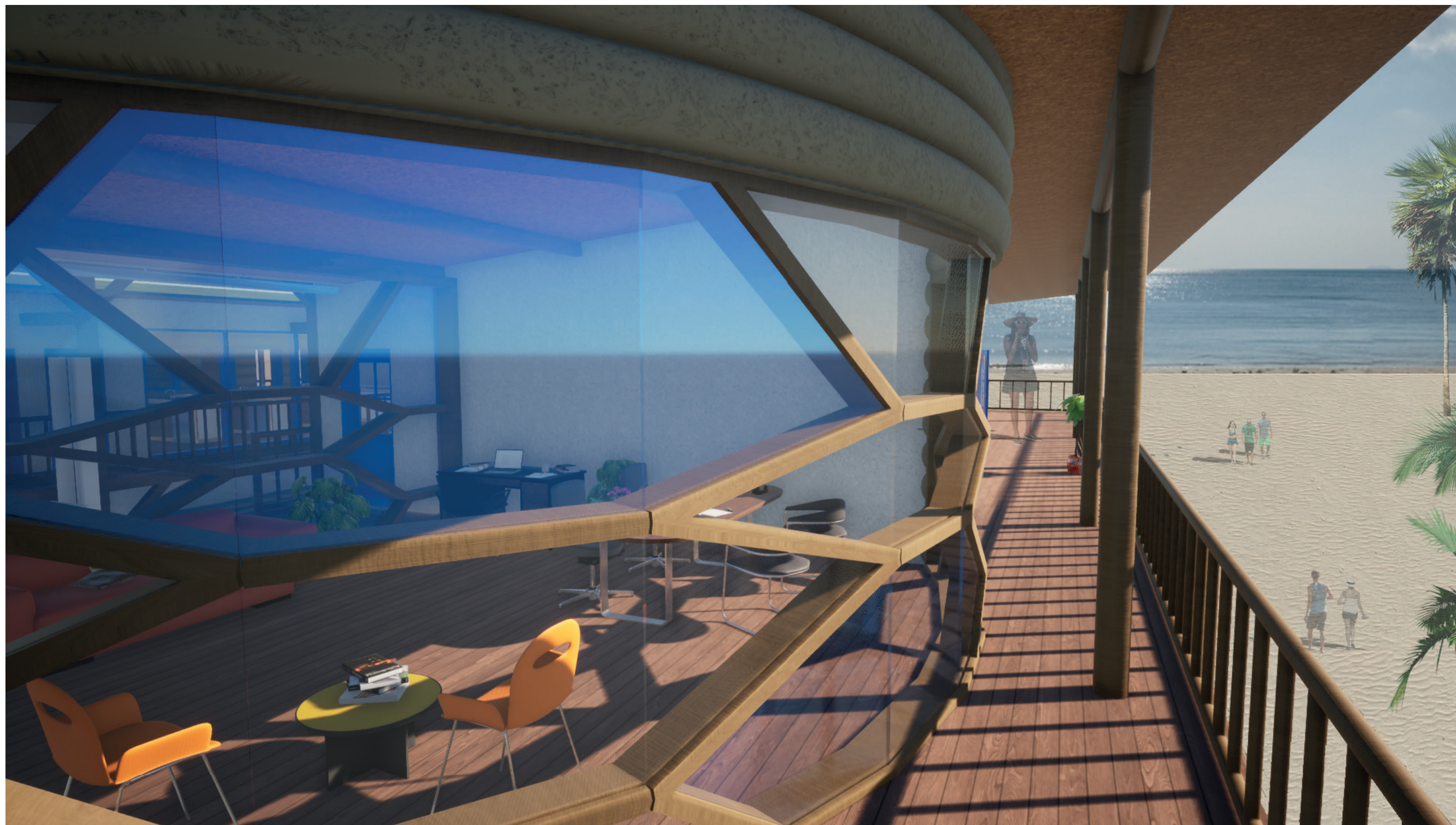
Perspectiva 1 - Hospedagens e bacias de evapotranspiração



Perspectiva 2 - Vista do pavimento superior do bloco de capacitação



Perspectiva 3 - Radio ECOAR



Perspectiva 4 - Vitrine da Radio ECOAR



Perspectiva 5 - Vista interna do bloco de capacitação



Perspectiva 6 - Mercado da Barra



Perspectiva 7 - Casa Comum



Perspectiva 8 - Portal do ecoturismo



Perspectiva 9 - Vista da Barroca e do bloco de capacitação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, este trabalho tentou chamar a atenção para algo que parece ser, para a maioria, invisível: as rápidas transformações nos modos de vida de pequenas comunidades e os impactos que, necessariamente, acompanham essas mudanças. Ao se sugerir um projeto que foca no diálogo íntimo entre turismo e desenvolvimento sustentável, buscou-se alertar sobre a premente necessidade da abertura de novos caminhos a serem tomados pela comunidade da Barra Grande. A decisão por dar ênfase a esse diálogo tão necessário não se baseou em teorias ou ideias distantes da realidade local, mas com o ouvido atento às demandas e aos problemas do lugar. Tentou-se escutar, com toda atenção, os ecos da Barra, que reverberam nas paredes do cotidiano daquele vilarejo, nas conversas com o habitante nativo que, em poucos anos, viu sua pequena e tranquila vila de famílias de pescadores ser catapultada para os cenários nacional e internacional do turismo de esporte.

Assim, ao escutar e refletir os ecos da Barra, acredita-se que este trabalho – em harmonia com a própria essência da arquitetura de transcender a mera finalidade construtiva – buscou ir além, não só levantando questões e processos sociais de desenvolvimento sustentável, mas também baseando nesses detalhes todas as decisões arquitetônicas que informam o projeto. De qualquer maneira, não se tentou aqui apresentar uma solução definitiva para os problemas e anseios locais. Muito ao contrário, o objetivo maior do presente trabalho é, mais do que dar fim a um questionamento, auxiliar na resolução de outros e projetar Barra Grande como prova de que o turismo pode, sim, atrair investimentos externos sem esquecer do meio ambiente e daqueles que formam uma comunidade e, ao fim e ao cabo, são os responsáveis últimos pela atratividade do local.

Por fim, foi dessa forma singela que este trabalho tentou apresentar um caminho para o desenvolvimento sustentável da Barra Grande, ouvindo os ecos das demandas da comunidade local, colocando-a em posição de destaque no planejamento local e, dessa forma, devolvendo-lhe o controle sobre seu próprio território.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE TURISMO COMUNITÁRIO. **A empresa**. Disponível em: <https://turismocomunitariofcg.wordpress.com/a-empresa/> Acesso em: 12 de julho de 2019.

AIRBNB. **Como funciona**, 2020. Disponível em: <<https://www.airbnb.com.br/d/howairbnbworks>>. Acesso: em 02 de junho de 2020.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

_____. **Política e planejamento do turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C.(org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, Recife. Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BOOKING.COM. **Sobre a Booking.com**, 2020. Disponível em: <<https://www.booking.com/content/about.pt-br.html?>>. Acesso em: 02 de junho de 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo**: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003.

_____. **Portaria nº 105, de 16 de maio de 2013**. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de maio de 2013.

_____. **Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil** : Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 54 p. : il.

CAPUCCI, M. Aspectos fundiários das comunidades tradicionais caiçaras. In: NETO, P. S. (org.). **Direito das comunidades tradicionais caiçaras**. São Paulo: Café com Lei, 2016. p. 105-131.

CARVALHO, Stella Maria Sousa. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia(PI)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). **Geografia e turismo. Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 94-121.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. Da sedução do turismo ao turismo de sedução. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org). **Turismo: modernidade e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 119-135.

_____. A Contribuição do Turismo ao Desenvolvimento Local. In: **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local** / Anderson Pereira Portuguese, Giovanni Seabra, Oda-léia Telles M. M. Queiroz (Organizadores).- - João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

_____. et al. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário**: Atores e Cenários em Mudança. Fortaleza: EdUECE, 2009.

_____.; VASCONCELOS, Fábio P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades conflitos e resistências**. Fortaleza: Ed UECE, 2007.

COSTA, H. a. **Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade**. rio de Janeiro: FGV, 2013.

DELAMARO, M.; BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. Turismo pra quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan, **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**, Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DOWBOR, Ladislau. A intervenção dos governos locais no processo de desenvolvimento. In: BAVA, Silvio C. (org.). **Desenvolvimento local. Geração de emprego e renda**. São Paulo: Polis, 1996, n. 25, p. 29-44.

Ecoturismo: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

FABRINO, Nathalia Hallack; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; COSTA, Helena Araújo, Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas, **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, p. 172–190, 2016.

GUIZI, Alan; FARIAS, Ana; MARCHESINI, Renato. Gestão das experiências em hospitalidade no turismo comunitário, **Revista Turismo e Desenvolvimento**, v. 27/28, p. 149–158, 2017.

HENRIQUES, Gonçalo Castro. **Severiano Porto. Sintaxe e processo, que futuro(s)? Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 198.03, Vitruvius, nov. 2016 Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.198/6303>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

HESPANHA, Sérgio Augusto Menezes. **Severiano Porto. Entre o regional e o moderno**. Arquitextos, São Paulo, ano 09, n. 105.05, Vitruvius, fev. 2009. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.105/76>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

ICMBio. **Unidades de Conservação**. Apresenta informações sobre todas as unidades de conservação federais existentes no Brasil administradas pelo ICMBio. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros.html>>. Acesso em: 12 de agosto 2020.

_____. **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba**. 2020

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cajueiro da Praia**. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/cajueiro-da-praia/panorama>>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2019. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>>. Acesso em: 20 de outubro de 2019.

IRVING, M.A. **Reinventando a reflexão sobre Turismo de Base Comunitária** – inovar é possível? in: BARTHOLO, r.; SAN SOLO, D. g.; BURSZTYN, i. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-119

LOPES, Alba de Oliveira Barbosa; TINÔCO, Dinah dos Santos; ARAÚJO, Richard Medeiros, **Turismo como Vetor de Desenvolvimento Local: um olhar através das ideias de Theodor Adorno e Max Horkheimer**, v. 23, n. 1, p. 24, 2012.

MACEDO, Ermínia Medeiros, **O TURISMO NA PRAIA DE BARRA GRANDE-PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local**. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MACEDO, Ermínia Medeiros; RAMOS, Ricardo Gomes, **O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM BARRA GRANDE, PIAUÍ (BRASIL) E SEU SIGNIFICADO PARA A COMUNIDADE LOCAL**, v. 2, 2012.

MCHARG, Ian L. **Design with nature**. New York: Natural History Press, 1969.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete ecopedagogia. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/ecopedagogia/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa; PEGAS, Fernanda Vasconcellos, Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão, **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170–189, 2013.

NEEF Max, Manfred. A. **Desarrollo a escala humana**. Barcelona: Icaria Editorial. 1994.

OLIVEIRA, Wellington. **GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA PRÁTICA DO TURISMO SUSTENTÁVEL: A APA DO DELTA DO PARNAÍBA**, p. 14, 2016.

Organização Mundial do Turismo (OMT). **Código Mundial de ética do turismo**. Santiago do Chile: OMT, 1999.

PERMACULTURA SEM FRONTEIRAS. **PET a Pique** - uma nova técnica. Disponível em: <<http://permaculturasemfronteira.blogspot.com/>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PDITS**. Polo Costa do Delta. Piauí, 2012.

PNUD Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>> Acesso em: 09 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJUEIRO DA PRAIA. **Lei nº 181, de 15 de outubro de 2008**: Institui o Plano Diretor do Município de Cajueiro da Praia.

PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. **Quem somos**. Disponível em: <<https://saudeealegria.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 12 de julho de 2019.

RIBEIRO, Mônica. Rede Tucum: o turismo sob uma nova perspectiva. **Conexão Planeta**, 2016. Disponível em: < <https://conexaoplaneta.com.br/blog/rede-tucum-o-turismo-sob-uma-nova-perspectiva/#fechar>> Acesso em: 19 de julho de 2020.

ROVO, Mirian Keiko Ito; SANTOS OLIVEIRA, Beatriz. **Por um regionalismo eco-eficiente: a obra de Severiano Mário Porto no Amazonas**. Arqutextos, São Paulo, ano 04, n. 047.04, Vitruvius, abr. 2004. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.047/594>>. Acesso em: 05 de julho de 2020.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SANTOS, Soraia Costa dos; COSTA, Silvia Kimo, ARQUITETURA VERNACULAR OU POPULAR BRASILEIRA: CONCEITOS, ASPECTOS CONSTRUTIVOS E IDENTIDADE CULTURAL LOCAL, **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218–259, 2017.

SARAIVA, Ana Vanessa das Neves. **Hostels independentes: o caso de Lisboa**. 2013. 199f. Dissertação (Mestrado em Turismo). Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Estoril, 2013

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO DO PIAUÍ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa do Delta**. PRODETUR NE II. RUSCHMANN Consult, 2009.

_____. **Plano Diretor Participativo. Produto I: Caracterização da Situação Atual do Município de Cajueiro da Praia- PI**. Cajueiro da Praia- PI. Technum Consultoria, 2008.

SINGHS, S. "Biodiversity Conservation Through Ecodevelopment. Planning and Implamentation: Lessons from India". In Aragon, L.E. & Clüsener-Godt, M. (eds.), **Reservas da Biosfera e Reservas Extrativistas: Conservação da Biodiversidade e Econdesenvolvimento**. Belém: UNAMAZ-UNESCO, p. 21-90.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

TAUMATURGO DOS SANTOS, Italo Anderson et al, Bem-vindo, a casa é sua! o turismo comunitário da Fundação Casa Grande, **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 3, p. 89, 2019.

VIEIRA, Anderson Fontenele; LOPES, Wilza Gomes Reis; ARAÚJO, José Lopes, Indicadores ambientais aplicados ao turismo: um estudo na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia (PI), **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 2, 2019.

ZAPATA, Tânia, **Gestão participativa para o desenvolvimento local**, [s.l.]: BNDES: PNUD, 2000.

